UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALAN COSTA CERQUEIRA

DE ÓRFÃOS A TRABALHADORES: TRAJETÓRIAS DAS CRIANÇAS EXPOSTAS NO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA (1862-1889)

Salvador
2016

ALAN COSTA CERQUEIRA

DE ÓRFÃOS A TRABALHADORES: TRAJETÓRIAS DAS CRIANÇAS EXPOSTAS NO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DA BAHIA (1862-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Profª. Drª. Gabriela Reis Sampaio

Salvador
2016

Cerqueira, Alan Costa
C416 De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889) / Alan Costa Cerqueira. – Salvador, 2016.
180 f.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Gabriela Reis Sampaio
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016.

1. Menores abandonados. 2. Identidade de gênero. 3. Trabalho. 4. Asilo Nossa Senhora da Misericórdia. I. Sampaio, Gabriela Reis. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD – 362.7

ALAN COSTA CERQUEIRA

DE ÓRFÃOS A TRABALHADORES: TRAJETÓRIAS DAS CRIANÇAS EXPOSTAS NO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DA BAHIA (1862-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Profª. Drª. Gabriela Reis Sampaio

Banca examinadora:

_____

Professora Doutora Gabriela Reis Sampaio – (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia

_____

Professora Doutora Iacy Maia Mata
Universidade Federal da Bahia

_____

Professor Doutor Robério Santos Souza
Universidade Estadual da Bahia

Dedico à minha mãe, Josenita Costa Cerqueira.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa árdua e muitas vezes solitária, sobretudo durante o processo de escrita. Este trabalho só foi possível por conta do financiamento da CAPES. Por isso, gostaria de agradecer a esta instituição.

Várias pessoas cruzaram o meu caminho e contribuíram para o desfecho desta dissertação. Espero lembrar-me de todos que partilharam da realização deste sonho. Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter colocado muitas pessoas fantásticas da minha vida. Sou afetuosamente grato aos meus familiares por todo amor que compartilhamos, especialmente à Josenita, minha mãe, e aos meus irmãos, Tino (Paulo), Ron (Ronaldo), Breno e Aline. Agradeço à Eveline, minha amorosa companheira, por fazer parte da minha vida e desta dissertação.

Sou grato à Gabriela Reis Sampaio, minha orientadora, amiga, e profissional competente. Suas observações criteriosas e indicações de leitura foram precisas. Sua personalidade sincera, acessível, compreensiva e otimista conduziu a relação orientadora e aluno de maneira harmônica. Gabriela foi uma espécie de mentora a quem eu me inspiro desde a graduação. Sua competência diante de temas ligados a História Social e Escravidão ajudaram nas discussões mais delicadas desta dissertação.

Agradeço ao programa *A Cor da Bahia* pela oportunidade de fazer parte do curso de acesso à Pós-graduação. Agradeço ao Museu da Santa Casa de Misericórdia pelas fotografias cedidas, em especial à Claudijane Pereira Palma. Sou grato a todos que trabalham no Centro de Memória Miguel Calmon, o arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Agradeço à Liliana por fornecer algumas fontes em formato digital e à Drica (Adriana), por indicar e compartilhar fontes preciosas. Agradeço a Jorge, funcionário mais antigo do arquivo, sempre solícito e de espírito jovial. Não poderia deixar de agradecer à Rosana Souza, coordenadora do arquivo, por ser uma pessoa acessível, competente, e por gerir de maneira sublime este importante pedaço da História do Brasil. Agradeço à Diana, minha amiga desde os tempos de graduação na primeira turma do curso de História noturno da UFBA. Diana, além de me apresentar o acervo da Misericórdia, contribuiu com indicações de fontes e sugestões de enfoque. Pude aprender muito com todos vocês durante o tempo em que também fiz parte desta equipe, enquanto estagiário, durante a graduação.

Aos colegas de turma do mestrado de 2014, sobretudo aos amigos Ailton, Moisés, Emile e Zéu (Eliseu), por suas sugestões de leitura e troca de experiências. Agradeço a

Ricardo Sizilio, amigo e colega de turma, por abrir as portas de sua casa durante a etapa inicial do processo de escrita. Ricardo sempre se mostrou solícito com os trâmites burocráticos do curso. Nossas pesquisas foram ganhando contorno em meio a diálogos sérios e conversas do dia a dia. Sou grato ao meu amigo Leonardo pela tradução do resumo.

Um agradecimento especial aos professores com quem eu tive o prazer de cursar as disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Aos professores Antonio Luigi Negro (Gino), Marcelo Lima, Lígia Bellini, Lina Aras e Wlamyra Albuquerque. A professora Lina Aras, sempre carismática, além de me passar confiança, indicou caminhos analíticos para pensar as relações entre história e literatura no século XIX. A professora Wlamyra Albuquerque contribuiu com a bibliografia que aborda as discussões raciais, identidade e liberdade. Os professores Marcelo e Lígia Bellini conduziram refinadas discussões sobre relações de gênero e abordagens no campo da cultura. Sou grato ao professor Gino por apontar caminhos metodológicos e por transformar meu projeto de preliminar em uma pesquisa com objetivos coerentes.

Meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História na figura dos ilustres professores Carlos Zacarias e Marcelo Lima que ocuparam respectivamente os cargos da coordenação e da vice-coordenação durante o período em que estive matriculado no curso. Um abraço especial para Gilvan, funcionário eficiente e dedicado, sempre disposto em ajudar os alunos e professores nos trâmites burocráticos.

E, finalmente, sou grato à banca por ter aceitado este desafio. Meus sinceros agradecimentos à professora Lígia Bellini que participou da banca de qualificação e contribuiu com preciosas observações. Agradeço ao professor Robério Souza e à Iacy Maia Mata pelo nível de excelência em suas análises cruciais na banca de defesa desta dissertação.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 78.

RESUMO

Em 1862, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia inaugurou o Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, mais conhecido como Asilo dos Expostos, para abrigar crianças abandonadas na cidade de Salvador. O objetivo principal desta dissertação é analisar as trajetórias das crianças enjeitadas no Asilo dos Expostos, em meio aos princípios institucionais do acolhimento infanto-juvenil, entre 1862 a 1889. A Misericórdia da Bahia criou mecanismos de acolhimento infantil de acordo com a política oficial da institucionalização da criança pobre e órfã que estava se formando no Brasil. Os órfãos do Asilo foram educados a partir dos pressupostos da instrução pública, que tinham o intuito de controlá-los e transformá-los em trabalhadores hábeis, que poderiam se tornar uma alternativa ao trabalho escravo. Outra preocupação desta pesquisa é perceber, através dos discursos oficiais e de ações veladas, como a questão racial e de gênero se relacionaram com o sistema de classificação dos expostos da Misericórdia, bem como suas respectivas experiências no mundo do trabalho. Utilizamos a legislação imperial e provincial, jornais ligados à medicina, à educação, à religiosidade e às relações sociais, de modo geral, como pano de fundo desta pesquisa que também buscou analisar, de maneira exaustiva, a documentação interna da Santa Casa, em especial os livros de matrículas dos expostos, cujos dados foram cruzados com aqueles obtidos em contratos de trabalho, relatórios administrativos e o regulamento do Asilo.

Palavras-chave: criança abandonada; raça; trabalho; identidade de gênero; Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.

ABSTRACT

In 1862, the Santa Casa de Misericórdia da Bahia oponed the Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, commonly known as Asilo dos Expostos, to harbor abandoned children on the city of Salvador. The main objective of this dissertation is to analyze the trajectories of the foundling children at the Asilo dos Expostos amidst the institutional principles of junenile care between 1862 and 1889. The Santa Casa has created child care policies according to the official policy of institutionalization of poor and orphan children that was forming in Brazil. The orphans of the Asilo were educated from the assumptions of public instruction, who had the purpose of controlling them turn them into skilled workers, which could become an alternative to slave labor. Another concern of this research is to realize, through official speeches and covert actions, how racial and gender issues were related to the classification system of exposed of the Santa Casa as well as their respective experiences the working world. We used the imperial and provincial legislation, newspapers linked to medicine, education, religion and social relations, in general, as a background to this research which also sought to analyze exhaustively, the internal documentation of the Santa Casa, especially the exposed enrollment books, whose data were compared with those obtained in labor contracts, administrative reports and regulation of the Asilo.

Keywords: abandoned child; race; job; gender identity; Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.

ABREVIATURAS

ASCMBA - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa.

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal.

CRL - Center for Research Libraries.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FBN - Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MSCMBA – Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (1629) 38
Figura 2 – Representação do interior da Roda dos Expostos 41
Figura 3 - Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia 42
Figura 4 - Anúncio de venda da farinha láctea 85
Figura 5 – Anúncio de venda de mamadeira 87
Figura 6 - Pavilhão Martagão Gesteira (1934) 100
Figura 7 – Sala de aula da Escola Interna do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia....101
Figura 8 – Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus (1878) 106
Figura 9 – Meninos do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia 110
Figura 10 – Escola Agrícola de São Bento de Lages 127
Figura 11 – Meninas do Asilo dos Expostos 130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População livre infanto-juvenil de Salvador por raça (1872) 32
Tabela 2 – Cor e sexo dos expostos acolhidos pela Roda e enviados para o Asilo dos Expostos (1862-1864) 52
Tabela 3 – Cor e sexo dos expostos mantidos no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, em 30 de junho de 1864 53
Tabela 4 – Matrícula de expostos por cor no Asilo dos Expostos (1870-1894) 55
Tabela 5 – Expostos que foram batizados no dia 29 de junho de 1862.....72
Tabela 6 – Entrada e falecimento dos expostos por meses e anos (1862-1864) 83
Tabela 7 – Distribuição de livros pelas Escolas Públicas Primárias da Bahia (1872) ..104
Tabela 8 – Cor dos órfãos do sexo masculino alugados para serviços domésticos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1904) 124
Tabela 9 – Desempenho escolar das expostas por inspeção realizada entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861.....135
Tabela 10 – Cor das expostas que se desligaram da Santa Casa de Misericórdia através do casamento (1870-1894) 142
Tabela 11 – Cor das órfãs que deixaram o Asilo para “viver por si” (1870-1894) 148
Tabela 12 - Cor das expostas alugadas para serviço doméstico pelo Asilo dos Expostos (1870 a 1904) 156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Órfãos que faleceram na Casa dos Expostos em Educação (1847-1858) ...81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1. A RODA DOS EXPOSTOS: POBREZA, RAÇA, ESCRAVIDÃO E INSTITCIONALIZAÇÃO INFANTO-JUVENIL 24

1.1 A cidade abandonada: "moleques, escravos e vadios insubordinados" 27

1.2 O papel social da Santa Casa de Misericórdia da Bahia 36

1.3 Os usos e abusos da Roda dos Expostos 40

1.4 Sexo e raça das crianças acolhidas 50

1.5 O "menor" Thomé: escravo, ingênuo ou exposto? 61

CAPÍTULO 2. "O ASYLO SE PRESTA AOS VERDADEIROS NECESSITADOS": DO ACOLHIMENTO ÀS PRIMEIRAS LETRAS 68

2.1 Idades e batismo 70

2.2 A morte dos "anjinhos" 77

2.3 As amas de leite: "um mal necessário"? 84

2.4 O ensino das primeiras letras 101

CAPÍTULO 3. DE DOMÉSTICAS (OS) A OUTROS OFÍCIOS: LETRAS, CASAMENTO E CONTRATOS DE TRABALHO 108

3.1 "Alimenta-lo, vesti-lo e ensinar-lhe o ofício" 109

3.2 Mulheres educadas nos costumes e nos "misteres do sexo" 130

3.3 Casar ou "viver por si" 139

3.4 Os contratos de "porta adentro" 149

CONSIDERAÇÕES FINAIS 159

BIBLIOGAFIA E FONTES 165

ANEXO 180

INTRODUÇÃO

Este estudo se iniciou a partir de um dos primeiros documentos que li, quando comecei a pesquisar a documentação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, intitulado: "Livro de Locação e Serviço dos Expostos", sobre os contratos de trabalho a que as crianças e adolescentes da Santa Casa eram submetidos.[1] Desta análise surgiu, talvez, a principal questão deste trabalho: como as crianças expostas se tornaram trabalhadoras? A partir da leitura da bibliografia preliminar foi possível perceber que as pesquisas sobre a História da Criança no Brasil ainda são incipientes, se comparadas ao seu potencial. Pois, conforme aponta Mary Del Priore, "a história da criança fez-se à sombra daquela dos adultos".[2] Durante muito tempo, estes estudos estiveram à margem da historiografia. O suporte da demografia histórica e os novos olhares lançados pelos historiadores da chamada "Nova História" influenciaram no avanço de pesquisas ligadas à criança, sobretudo as crianças da classe trabalhadora.[3] No Brasil, a história da criança pegou carona nos estudos sobre a família. Neste contexto, podemos dizer que o trabalho pioneiro do francês Philippe Ariès, intitulado *História Social da Criança e da Família*, sobre a "descoberta" do sentimento de infância na Idade Moderna, influenciou gerações de historiadores brasileiros.[4]

O primeiro passo desta historiografia foi demarcar o campo de pesquisa. Desta forma, os primeiros trabalhos sobre a temática da infância no Brasil tiveram como características levantar a documentação nos arquivos brasileiros e portugueses sobre a infância desvalida. Inicialmente, em 1984, foi criado o projeto de pesquisa intitulado "A Família e a Criança na História Social da População Brasileira". Este trabalho contou com a presença de profissionais de diversas áreas ligados ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da Universidade de São Paulo. Os historiadores Renato Pinto Venâncio, Mary Del Priore, Maria Lúcia Mott e Maria Luiza Marcílio, entre outros, publicaram trabalhos pioneiros sobre a história da infância no Brasil. As primeiras obras

---

[1] ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870. Os contratos apresentavam uma riqueza de detalhes e possibilidades interpretativas, mas, que, no entanto, se tornariam obsoletas sem a investigação do cotidiano dos sujeitos que foram submetidos a este tipo de relação de trabalho.

[2] DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996, p. 7.

[3] Ver MARCÍLIO, Maria Luiza Marcílio. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 12.

[4] ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução: Dora Flaksman, 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

sobre a temática infantil tiveram como objetivo destacar como viveram ou foram representadas as crianças em diversos momentos da história do Brasil.

Alguns trabalhos mais recentes avançaram sobre o campo aberto por historiadores nas décadas passadas. É possível encontrar estudas mais detalhadas sobre a infância no Brasil. Estes textos tendem a aprofundar objetos de pesquisas de maneira mais fracionada, levando em consideração localidades e tipos de relações sociais nos quais os sujeitos estavam inseridos. Em um destes estudos, Lívia Maria Botin procura analisar a intervenção das instâncias jurídicas sobre a vida das crianças pobres na cidade de Campinas, na segunda metade do século XIX. A pesquisadora analisa as ações de tutelas em que o Juizado de Órfãos encaminhava as crianças para famílias que se dispusessem a criá-las.[5] Em outro trabalho interessante, intitulado *A infância esquecida*, Andréia Rocha Rodrigues analisa as concepções e práticas em relação à infância pobre em Salvador, de 1900 a 1940.[6] Esta obra se inclinou a entender as políticas republicanas voltadas para infância, os discursos médicos e notícias dos meios de comunicação. A autora analisa a atuação da Casa Pia e do próprio Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, conhecido como Asilo dos Expostos. Rodrigues alerta que na maioria das vezes encontramos o olhar adulto e privilegiado sobre um grupo de excluídos na sociedade, tanto por faixa etária, quanto por origem social, e poderíamos acrescentar também a condição racial.[7]

Esta dissertação trabalha em uma perspectiva próxima ao trabalho indicado acima. A proposta principal era, inicialmente, investigar estreitamente os contratos de trabalho de locação e serviço das meninas acolhidas pelo Asilo. Entretanto, ao notar a substituição do contrato direcionado apenas às moças por um que englobava também os meninos, surgiram novas questões, especialmente em relação à percepção de uma política diferenciada entre os órfãos de ambos os sexos.[8] Dessa forma, tornaram-se evidentes as contradições e tentativas de se construir uma política para ambos os sexos. Havia muitas teorias, mas o enfoque apenas nos contratos de trabalho deixava passar despercebida a dinâmica do acolhimento infantil e os pressupostos da instrução recebida pelas crianças. Todavia, esta perspectiva não dava conta dos projetos institucional em

---

[5] BOTIN, Lívia Maria. *Trajetórias cruzadas:* meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
[6] RODRIGUES, Andréia da Rocha. *A infância esquecida*: Salvador 1900-1940. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
[7] Ibidem, p.5-6.
[8] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893.

torno da infância pobre e abandonada, moldadas a partir das relações de gênero e das discussões raciais fortemente arraigadas aos discursos sobre a formação das crianças abandonadas no século XIX.

Deste modo, o tema central desta dissertação passou a ser a instrução para o trabalho recebida pelas crianças que foram acolhidas pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A reconstituição das trajetórias dos órfãos teve como objetivo compreender a experiência social dos órfãos no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, entre 1862 a 1889. Dito de maneira mais simples, este trabalho versa sobre as perspectivas de meninos e meninas acolhidas em uma instituição religiosa, dentro de um quadro mais amplo dos projetos educacionais. Este projeto teve como mote a instrução dos filhos da crescente classe trabalhadora formada por livres, libertos e escravos, na segunda metade do século XIX. Neste sentido, a intenção foi tentar compreender o que veio a ser uma longa e inacabada política de institucionalização da criança no Brasil. Para isso, utilizei as noções de "classe" e "experiência" como conceitos analíticos, sem deixar de levar em consideração as discussões de gênero e de raça, que foram fundamentais para compor as questões centrais desta dissertação.

O contexto no qual está inserida a problemática deste trabalho diz respeito aos rumos da escravidão no país, a partir da segunda metade do século XIX. Depois da proibição do tráfico transatlântico no Brasil, em 1850, autoridades, juristas, políticos e membros das elites econômicas iniciaram debates sobre possíveis formas de substituir o trabalho escravo. E, a partir deste período, as crianças abandonadas entraram na pauta como uma alternativa à eminente extinção da mão de obra cativa. É neste momento que o Estado começa a protagonizar - em conjunto com as instituições religiosas que acolhiam as crianças - o primeiro projeto de institucionalização infanto-juvenil do Brasil.[9] Mas, a grande mudança veio, de fato, após aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que acentuou os debates sobre a infância. Neste período, sobretudo na cidade de Salvador, o aumento do número de pessoas livres e libertas, "de cor", coincidiu com o aumento de crianças não brancas que eram deixadas às portas da Misericórdia. Surgiram, neste período, instituições como as Escolas Agrícolas, criadas especificamente para acolher crianças pobres e órfãs. Instituições como a Marinha também voltaram suas atenções para receber e disciplinar este público que crescia a

[9] MARCÍLIO, *História Social da criança abandonada*, p. 193. Ver também: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004, p. 21-29.

cada década que passava. Este período também foi marcado pelo crescimento da ação disciplinar contra a população "de cor" nos espaços públicos.[10] Conforme observa o historiador Álvaro Nascimento, existia uma ínfima parcela de homens que se apresentavam voluntariamente ao serviço militar. Havia, portanto, instituições civis e judiciais que auxiliaram na "captura" de novos homens para o recrutamento forçado.[11] Todavia, a Misericórdia firmou acordos para que os órfãos do sexo masculino fossem levados para a Escola de Aprendizes da Marinha, sobretudo quando a Misericórdia considerava que os meninos apresentavam comportamentos indisciplinados.

As crianças ingênuas (filhos (as) livres de mães escravas), pobres e enjeitadas passaram a ser encaradas pelas autoridades como um verdadeiro problema social. Conforme a lógica de dominação, estas crianças deveriam receber instrução carregada de elementos ligados aos valores que os senhores impunham aos escravos, tais como: submissão e disciplina. É neste período que surge o termo "menor", que se tornou, consequentemente, sinônimo de crianças em situação de conflito com a lei, pobres e/ou "de cor".[12]

Em meio ao fim do tráfico transatlântico e a Lei do Ventre Livre, que afetaram as relações sociais e trabalhistas no Brasil, é criado na cidade de Salvador, pela Santa Casa de Misericórdia, o Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, em 1862. Portanto, situamos oficialmente o nosso recorte temporal entre 1862 a 1889, ou seja, entre o ano de inauguração do Asilo dos Expostos e o final do império, tendo as leis relacionadas à escravidão como episódios de destaque que guiaram nossas discussões. Vale ressaltar que a Misericórdia acolhia crianças órfãs desde a Colônia. Porém, até o surgimento do Asilo dos Expostos, a política voltada para o acolhimento do público infanto-juvenil estava em segundo plano. As crianças enjeitadas, até este período, viviam em locais provisórios como o *Recolhimento do Santo Nome de Jesus*.[13]

Maciel Henrique Silva, em brilhante estudo sobre a formação da classe das trabalhadoras domésticas no Brasil, faz uma leitura comparada entre as trabalhadoras de

---

[10] Ver: FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996; REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 18, p. 6-29, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988/27719>. Acesso em: 03 de junho de 2015.

[11] NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 84.

[12] BOTIN, *Trajetórias cruzadas*, p. 133-159.

[13] SILVA, Ivani Almeida Teles da. *Porta adentro:* formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Salvador e Recife. Parte da documentação sobre Salvador nos revela informações importantes sobre as relações entre as expostas, os empregadores e a Santa Casa. Como estratégia analítica, o historiador explica que a classe opera "como principal catalisador do conflito entre subordinados e dependentes".[14] Em sua investigação, os meninos e meninas enjeitadas são parte de um processo mais amplo sobre a formação de classe das trabalhadoras domésticas. Entretanto, é preciso lembrar que seu objeto se liga de maneira muito mais direta à discussão da classe, que ele considera como central em sua análise. Isso não quer dizer que discordamos desta perspectiva. Diante de relações experimentadas em uma instituição claustral de características femininas, em que os arrolamentos raciais ditaram destinos, foi preciso interpretar a relevância destas categorias a partir de situações específicas.

A percepção racial foi um importante demarcador das experiências sociais no Brasil do século XIX. O modelo de classificação racial da Santa Casa de Misericórdia acompanhou os ditames das discussões raciais no país, criando uma complexa categoria cromática para registrar seus órfãos.[15] O sistema de classificação racial no mundo ocidental foi utilizado sistematicamente desde o século XVI. O uso dos conjuntos de medidas modernas das categorias raciais germinou através da consolidação da presença europeia ao longo do oceano Atlântico. No Brasil, como em outros países, a categorização racial foi usada com diferentes sentidos por nossas instituições religiosas e seculares. Na segunda metade do XIX, o emprego científico da categoria "raça" se tornou consenso no Brasil.[16] Até 1890, no Brasil, a cor operava como marca identitária e funcionava como o princípio da construção de valores sociais distintos. Em estudo sobre o significado da liberdade no sudoeste escravista, Hebe Mattos observa, através de inventários, jornais, processos crimes e civis, o desaparecimento da cor nos documentos

---

[14] SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais*: Recife e Salvador (1870 -1910). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 21.

[15] SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos poucos claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 115-137, 2005.

[16] Ver: SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, n. 18, p, 165-188, 1996; MONTEIRO, John M. As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 15-22; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*: As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo, Cia. Das Letras, 1993, p. 43. Ver também: DUNN, L. C. e DOBZHANSKY, Theodosius, *Herança, raça e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1962; SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, 23, p. 87-144, 1999; SKIDMORE, Tomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

da capital fluminense durante a década de 1880.[17] Segundo a historiadora, o quadro de mobilidade escrava do final do século XIX incidiu sobre o desaparecimento dos ditames clássicos das categorias raciais. Em minha pesquisa, busque investigar os usos da cor como mecanismo hierarquizante das relações de trabalho no Asilo dos Expostos. Os resultados apontaram a existência de práticas veladas, sobretudo dentro das possibilidades do universo masculino – ao menos nas décadas iniciais da instituição. Entre meados da década de 1880 e 1890, o modelo de construção das categorias raciais apresentadas nas matrículas das crianças expostas simplesmente desapareceu; o que se nota é a manifestação esporádica das categorias raciais anteriores identificadas como: cabra, branco escuro, pardo escuro e crioulo. Em termos gerais, os registros de matrículas dos expostos passam a silenciar sobre a cor. Termos anteriormente utilizados como "crioulo" e "cabra", por exemplo, deixam de fazer parte da documentação. O uso da categoria "de cor" passa a ser adotado como um "guarda-chuva" conceitual para se referir aos não brancos.

Esta pesquisa também buscou discutir algumas questões sobre o tipo de instrução que havia para as crianças órfãs. Os meninos aprendiam apenas as primeiras letras no Asilo. Em seguida, eram enviados para o trabalho manual fora da Misericórdia. Já a instrução para meninas se estendia ao longo do tempo em que estas permaneciam tuteladas pelo Asilo. Nota-se que a instrução oferecida tinha como objetivo prepará-las para o casamento, havia também a tentativa de gerenciamento das relações matrimoniais por parte da Misericórdia. A Santa Casa desejava formar mulheres a partir de um ideal que destoava tanto da classe a que estas pertenciam, como das referências de sua cor. Como ferramenta de controle, foram desenvolvidas técnicas de disciplinamento que envolvia a hierarquização do poder distribuído entre muitos agentes, como a figura do provedor (que era o cargo máximo da Santa Casa), os irmãos da mesa administrativa, o escrivão, o mordomo dos expostos, a madre superiora e as irmãs de caridade. Em muitos casos, as tentativas de disciplinar as expostas foram respondidas com resistência e negociação. Neste aspecto, busquei discutir as relações de poder entre as diversas autoridades e as meninas expostas, levando em conta categorias analíticas de gênero. Compreendo gênero a partir das discussões cuja definição como categoria analítica possibilita a produção de uma nova história. Segundo Scott, gênero constitui as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Em sua análise, o gênero

[17] MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p.106-107.

é, portanto, um primeiro modo de significar poder.[18] Outra importante observação decorre das observações da teórica feminista Kia Lilly Caldwell, que aponta a questão de gênero e da raça como elementos centrais na interpretação histórica.[19] Estes esquemas se configuraram dentro campo das relações patriarcais. Gerações de historiadores vêm desnaturalizando e desconstruindo as explicações conservadoras de subordinação das mulheres aos homens, sobretudo no que diz respeito à reprodução, como uma resposta aos teóricos que não explicaram como a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades.[20]

Com estas discussões em mente, passei a estruturar os capítulos desta dissertação. O primeiro capítulo procura desvendar as motivações e a lógica de acolhimento infantil oferecida pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Também busco entender os motivos do enjeitamento infantil. Em meio a mudanças na legislação ligada à escravidão em 1850, e depois da Lei de 1871, percebo como a questão escravista ajudou a moldar a política oficial de institucionalização infanto-juvenil. Além do aumento considerável de não brancos como público interno do Asilo dos Expostos, dedicamos especial atenção aos métodos de classificação racial da Misericórdia. Estes esquemas foram influenciados pelas discussões raciais, presente nos meios intelectuais do país, especialmente nas últimas décadas do século XIX. É neste capítulo que se inicia o debate sobre o aumento de entradas de crianças do sexo feminino, o que vai desembocar em uma crescente aptidão institucional no acolhimento de meninas.

O segundo capítulo amplia o foco sobre as práticas de acolhimento e os cuidados com as crianças nos anos iniciais. O objetivo central é analisar personagens como as amas de leite, criadeiras e os médicos *higienistas* que se tornaram cada vez mais

---

[18] SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), p.71-99, 1995.

[19] A autora, além de incorporar questões raciais como problema central, também trabalha em uma perspectiva de dessencialização da questão de gênero, entendida para além das relações sociais historicamente constituídas entre homens e mulheres, tendo como objetivo delimitar sua análise a contextos locais através da observação da especificidade social, cultural e histórica das experiências e das identidades das mulheres. CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras das diferenças: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2º sem. 2002, p. 92-93.

[20] Ver: SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, set. 87/fev. 88; _____, As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX, São Paulo: Ed. Marco Zero/Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; SILVA, Maria Odila L. da. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertino de O. Costa; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima*. O caso de Luiza Jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia (1780-1830). Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

presentes em instituições que acolhiam crianças enjeitadas. Para isso, utilizei a documentação dos médicos do Asilo, os relatórios da Presidência da Província e a documentação interna da Santa Casa. As preocupações e os rituais referentes ao batismo e à morte "menina" eram dominadas pela religiosidade.[21] Também analisamos o batizado como catalisador de oportunidades sociais na vida dos expostos. O aumento do interesse médico sobre o tema do aleitamento fez emergir uma atmosfera laica em que as mulheres conhecidas como amas de leite passaram a ser vigidas por médicos, tornando-se alvos de perseguições e de enquadramentos jurídicos.[22] Diante disso, desenvolveu-se uma verdadeira campanha para disciplinar e controlar cada vez mais de perto estas mulheres. Outra questão importante do capítulo diz respeito à instrução infantil oferecida pela Santa Casa. Nos anos iniciais, os meninos e meninas passaram a utilizar livros e métodos educacionais equivalentes àqueles adotados nas primeiras décadas do projeto de instrução pública na Bahia, no último quartel do século XIX.

O terceiro capítulo versa sobre a introdução de crianças e adolescentes do Asilo dos Expostos no mundo do trabalho. Há, aqui, uma tentativa de retornar aos primeiros documentos investigados durante a pesquisa. Analiso, portanto, as trajetórias de das crianças expostas a partir das relações de trabalho em que foram inseridas e seus respectivos desligamentos do Asilo. No processo em que crianças órfãs tornaram-se trabalhadoras, surge um emaranhado de discussões sobre o sentido de sua formação. A estratégia usada foi a de analisar os episódios em que envolveram meninos e meninas de maneira separada. Porém, em determinado momento, cruzamos estas análises, para observar as contradições da Santa Casa ao relacionar a idealização do lugar de cada um destes sujeitos com os desafios cotidianos. Busquei entender os critérios que tentaram transformar a criança abandonada em mão de obra barata e disciplinada. A ideia foi perceber como a "cor" hierarquizou – em caráter não oficial – a vida produtiva dos expostos do sexo masculino e os respectivos postos de trabalho em que foram submetidos. Por receber cada vez mais meninas, e por contar com uma tradição em que as visões sobre o feminino foram forjadas a partir da tradição da religiosidade, temas como casamento e trabalho receberam destaque no texto. Estas questões causaram um sentido mais profundo na educação das moças. Além disso, os contratos de trabalho

---

[21] VIDE, D. Sebastião Monteiro. *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Typographya 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em: 22 de março de 2015.

[22] O Jornal *Gazeta Médica da Bahia* publicou uma série de notícias em prol da regulamentação das amas de leite, inspirado nos projetos de leis que estavam sendo discutidos por médicos do Rio de Janeiro.

produzidos especificamente para o público feminino mereceram atenção especial devido a sua singularidade. Nota-se que o debate sobre o trabalho doméstico ainda é recente e por décadas a historiografia não se ateve a discutir seus significados.[23] Para isso, foram investigadas as matrículas, o Regulamento dos Expostos, os termos de locação e saída dos expostos e as Leis do Império.

Antes de expor as fontes, é necessário fazer algumas considerações sobre seus usos e desafios, sobretudo diante das características específicas da documentação usada neste trabalho. Ainda que a imaginação do historiador tenha um papel importante, e que a utilização da literatura, através da representação do verossímil, nos possibilite avançar nos debates, a principal marca dos documentos produzidos por instituições moldadas a partir da vida claustral - é o silêncio. No entanto, ao indagar o documento de maneira exaustiva, podemos ir do silêncio a novas perspectivas. Este silêncio é o produto do perfil institucional das fontes, da falta de voz ativa das amas de leite e criadeiras, do duplo silêncio das crianças – por se tratarem de crianças e por não deixarem registros através das próprias perspectivas. Alguns documentos possuem o perfil estreitamente oficial e teórico, como o Regulamento do Asilo dos Expostos e as Atas da Mesa administrativa da Santa Casa. Nas demais, como o livro de matrículas e contratos, por exemplo, é possível perceber o desenrolar das normas oficiais misturadas às atitudes dos diversos sujeitos envolvidos no contexto de sua produção. Como estratégia de leitura das fontes, busquei fazer ligações entre o prescrito e o cotidiano. Além disso, optei por trabalhar estes últimos documentos de maneira mais detalhada, pois acredito que boa parte das trajetórias das crianças e as mudanças de atitudes na política institucional do Asilo estavam ali. Durante toda a pesquisa o tipo de análise que se mostrou mais eficaz foi o de confrontar os números quantitativos com as informações qualitativas. Esta estratégia comparativa foi novamente usada em vários jogos de escala: entre as leis imperiais e as práticas oficiais da Misericórdia.

Ao me deparar com os jornais que se destacaram dos demais periódicos em termos de conteúdo e valor de informações sobre o cotidiano do Asilo dos Expostos, foi possível perceber que os responsáveis pela produção da documentação estavam de

---

[23] Foi possível identificar apenas dois trabalhos anteriores aos anos 2000. Ver: BAKOS, Margareth Marchiori. Regulamento sobre os serviços dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984. Disponível em: <http://ampuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=33g/>. Acesso em: 22 de abril de 2014; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

alguma maneira ligados à Misericórdia. Estes jornais traziam perspectivas diversas, sobretudo ligadas à medicina e à religião. Em ambos os casos, estes meios de comunicação eram dirigidos por membros da Santa Casa de Misericórdia ou prestadores de serviço. Segundo Le Goff,

> O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a "verdade".[24]

A produção do documento revela em si os limites de percepções sobre determinada realidade. Cabe ao historiador desconstruir o documento e perceber sua condição de produção para compreender a intencionalidade de determinados discursos. As práticas discursivas que letrados e intelectuais impuseram sobre a população infanto-juvenil demonstraram o desejo de construir um lugar social das crianças abandonadas. Tendo os valores ligados ao trabalho como carro chefe, os setores da classe dominante pareciam empenhadas em, pelo menos, manter o ideário paternalista. A difusão de características como lealdade, submissão, honra, outrora usados para idealizar o escravo, e para demarcar a condição feminina, foram paulatinamente inseridas na instrução das crianças expostas. Isso mostra os esforços pela manutenção da ordem vigente que foi parcialmente abalada após o fim do tráfico escravo em 1850. Ao buscar o olhar dos grupos sociais mais privilegiados sobre as crianças enjeitadas, através dos registros oficiais ou de jornais, por meio de prédicas religiosas, textos filosóficos, educativos e médicos; enxerguei diversas contradições presentes naquele momento histórico. Por meio destas fontes foi possível notar desejos, ações e estratégias individuais ou coletivas das famílias que enjeitavam e, sobretudo das crianças que eram submetidas às regras deste jogo.

---

[24] LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 5 ed. Trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 76.

CAPÍTULO 1. DA RODA AO ASILO DOS EXPOSTOS: POBREZA, RAÇA, ESCRAVIDÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO INFANTO-JUVENIL

> Foi exposta uma menina parda, com algumas camisas de caça (sic) lisa velha com babado e bico no colarinho [...] caça (sic) lisa com biquinho, cueiro de carcomida azul claro, já solto, bordado, fita de cinto de algodão e seda.[25]

Dia 27 de agosto de 1849, cidade de Salvador, Rua da Misericórdia, o relógio marcava meia noite no momento em que uma criança foi abandonada às portas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, na *Roda dos Expostos*.[26] Era comum que se recorressem à Roda entre às 22hs e 5hs da manhã, para poder preservar a identidade de quem praticava a exposição infantil.[27] Depois de ser devidamente avaliada conforme as regras da Casa, a criança foi "enfaixada", pesada e amamentada sob as vistas da Irmã Regente da Roda.[28] Tratava-se de uma menina, descrita por sua tez "parda" e por apresentar marcas de coceiras. A criança foi avaliada em bom estado de saúde. Sua condição médica significava um alívio diante dos altos índices de mortalidade infantil neste tipo de estabelecimento. Quais seriam as motivações para o abandono? A pobreza, o desleixo, amores proibidos? Seriam as escravas que depositavam seus filhos nas rodas para que estas fossem criadas como livres? Essas e outras questões certamente povoaram o imaginário social dos baianos, em especial dos funcionários da Misericórdia, ao longo do século XIX.

Dois dias após o abandono, a menina foi batizada com o nome de Agostinha Ermes de Mattos. Em seguida, a exposta foi "dada a criar" para Rita Maria de Andrade, moradora do Rio Vermelho, no largo de S. Anna, Freguesia de Nossa Senhora da

---

[25] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº1206, Est. H, 1843-1854, p. 106.

[26] A *roda* era um cilindro de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual a criança era depositada, bastava agitar a sineta que ficava acima do artefato e girá-lo; dessa forma, a criança era dirigida para a parte interna do local de recepção, mantendo em segredo a identidade da pessoa que enjeitou o bebê. Sobre o acordo para criação da Roda dos Expostos de Salvador, ver: DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*. Typographya de Camillo de Lellis Masson & C., 59.

[27] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº 1214, Est. H. Nas matrículas das crianças abandonadas, pude perceber um padrão do horário do abandono infantil. Das 19hs até 12h a meia noite os enjeitamentos eram mais comuns, no entanto, após este horário havia uma tendência a diminuir os índices de abandono que eram retomados depois das 5hs da manhã. É possível ter havido o receio, por parte das mulheres (descritas como responsáveis por estes atos), de perambular pela cidade na madrugada, ou, simplesmente, devido ao medo de não encontrar a "rodeira" acordada.

[28] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, fl. 01.

Vitória. Rita, assim como outras mulheres pobres, alugou os seus "serviços" durante alguns meses como "ama de leite" (mulher que amamenta o filho de outra mulher) para a Santa Casa. Isso talvez indique que Agostinha não era recém-nascida, uma vez que o que o aleitamento durava de um a dois anos, conforme as regras do Asilo.[29] A exposta retornou à Santa Casa no mesmo ano para dar continuidade a sua criação. Há poucos registros sobre sua trajetória, mas o desfecho de sua vida nos abre possibilidades interpretativas únicas, como veremos mais adiante.

No ano seguinte, as crianças abandonadas, da qual Agostinha fazia parte, tornaram-se alvos de uma importante transição na política de acolhimento infanto-juvenil do país. Por muito tempo a religiosidade ditou a lógica de instituir meninos e meninas expostas no Brasil. O paradigma caritativo foi lentamente cedendo aos ideais filantrópicas. A Santa Casa da Bahia aos poucos foi assimilando resoluções do Estado brasileiro no projeto de *institucionalização* da criança no Brasil.[30] De acordo com Marcílio, o Brasil experimentou três fases de assistência às crianças abandonadas: o primeiro momento se baseou em aspectos caritativos e vigorou, pelo menos, até os anos de 1850. O segundo período é conhecido como etapa filantrópica, que teve como marco principal o fim tráfico transatlântico de escravos, se fortaleceu até o segundo quartel do século XIX. Essa política teria avançado depois que a Lei Eusébio de Queiróz, que aboliu o tráfico de escravos, acelerou as mudanças em torno da ordem socioeconômica e cultural do Brasil. Segundo Marcilio, este acontecimento teria gerado pavor entre os proprietários de escravos, que temiam a eventual escassez de mão de obra.[31] No rastro do lento e gradual processo da inserção do trabalho livre em uma sociedade dependente da mão de obra escrava, o controle e a disciplina foram palavras de ordem do ideário que transformou a criança pobre em "problema social". Este discurso se caracterizou por pleitear a utilização da força de trabalho infantil como uma das alternativas ao

---

[29] No capítulo seguinte faremos uma abordagem sobre a importância da figura da ama de leite, sua relação com a Santa Casa e com os órfãos, além do enquadramento da profissão realizada em função da ação dos médicos.

[30] Sobre o assunto, ver: MARCÍLIO. *História Social da criança abandonada*; RIZZINI; RIZZINI. *A institucionalização de crianças no Brasil*; _____. *O Século Perdido*: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007; _____. *A criança e a Lei no Brasil*: revisitando a história (1822-2000). Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000; PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças:* história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro, IIN/EDUSU/Amais, 1995; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas:* Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

[31] MARCÍLIO, *História Social da criança abandonada*, p. 193.

escravismo, apostando na formação do sujeito "útil a si e útil à Pátria".[32] A terceira fase da institucionalização infanto-juvenil guarda relações com a Lei de 1871. Os juristas e os médicos tornaram-se personagens mais presentes no mundo das crianças carentes e "ingênuas" (filhos (as) de escravas nascidos a partir Lei do Ventre Livre, de 1871) a partir do desdobramento do projeto filantrópico.

Como efeito deste processo, a infância foi criminalizada e as crianças pobres, órfãs, ingênuas, tornaram-se alvos, junto à população adulta "de cor", das perseguições e preconceitos. Os pressupostos raciais europeus foram importantes na construção da criminalização da população "de cor", devido a sua propagação no Brasil da segunda metade do século XIX.[33] Neste contexto, a antonomásia "menor" surgiu enquanto sinônimo de desqualificação e descriminação da criança carente, abandonada e "delinquente". O uso do termo "menor" serviu para distanciar a "criança" em situação de vulnerabilidade social da noção de "criança" empregada para classificar os filhos das famílias bem estabelecidas.[34] O menor, portanto, tornou-se responsabilidade do Estado e de instituições religiosas, passando pela curiosidade de médicos *higienistas*.[35] A principal finalidade desta ação era desenvolver o adulto obediente e guardião de comportamentos parecidos com aqueles que as elites buscavam impor aos escravos.

Este capítulo analisa as motivações por trás do enjeitamento de crianças e os principais aspectos do acolhimento infanto-juvenil oferecido pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Argumento que os usos da Roda foram estratégias conscientes das famílias de diversas camadas sociais, fossem por questões morais ou

---

[32] RIZZINI; RIZZINI. *A institucionalização de crianças no Brasil*, p. 24. As autoras explicam que o século XIX desencadeou noções como o progresso e civilização, emprestado do ideário da Revolução Francesa, nos programas educacionais do ocidente. Isto teria causado, nos asilos para crianças pobres, uma gradativa tendência à secularização da educação, sem, no entanto, deixar de existir mesmo em instituições públicas. Uma vez que a religiosidade era entendida como transmissor de preceitos morais.

[33] As teorias formuladas por Carolus Linnaeus e Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon, receberam uma adaptação "à brasileira", por figuras como Sílvio Romero. A bibliografia sobre o tema é farta, mas destacamos alguns trabalhos importantes que nos serviram como parâmetro para pensar este problema. Cf.: SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças*; _____, *Retrato em Branco e Negro*: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Círculo do Livro, 1989; SILVEIRA, "Os selvagens e a massa...".

[34] MARCÍLIO, *História Social da criança abandonada*, p. 194.

[35] Os médicos brasileiros se engajaram em um movimento no qual havia a proposta de transformar os hábitos da população. Este modelo se tornou mais eficaz apenas no início do século XX. Porém, pesquisadores como Kulhmann Jr., acredita que ocorreu uma verdadeira "batalha" higienista que começou no segundo quartel no século XIX e ganhou força no início do século XX. Segundo o autor, foi travada uma campanha em nome da administração sanitária. Além das crianças, em especial a infância pobre e desvalida, as amas de leite foram duramente enquadradas. Os mais diversos temas foram abordados neste processo: educação, alimentação, amamentação e condutas sociais. Cf.: Moysés Kuhlmann Jr., *Infância e educação infantil:* uma abordagem histórica, Porto Alegre, Mediação, 1998, p. 81.

socioeconômicos. O período que se pretende discutir é marcado por alterações na legislação escravista, especialmente a partir de 1871. Busco observar o impacto das políticas oficiais na vida dos órfãos e crianças pobres, sobretudo os meninos e meninas da Misericórdia. Outra preocupação diz respeito ao movimento que conferiu ao Asilo uma lógica de recepção majoritariamente feminina. Utilizamos as matrículas dos expostos, os livros da Roda e, principalmente, o Regulamento dos Expostos para expor relações hierárquicas e para observar o posicionamento oficial da irmandade diante do abandono.[36] Os jornais analisados foram tratados como janelas que nos mostram a realidade social da infância abandonada, sobretudo o pasquim dirigido por pessoas que pertenciam ao grupo de funcionários da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

1.1 A Cidade abandonada: "moleques, escravos e vadios insubordinados"

> Srs. deputados provinciais quando comerem os cinco mil réis lembrem-se de promover algum meio de empregar a esta gente inutilizada por deficiência de recursos: gritam todos que o comércio, o comércio e mais comércio, e todos servirão para o comércio?! Não de certo, e qual é o comércio atual da Bahia?! Um giro vagaroso de quatro vinténs.[37]

A citação acima foi retirada do jornal *A Verdadeira Marmota*, de 15 de março de 1851, que trouxe na matéria de capa o seguinte título: "Verdadeiro patriotismo". No afã de críticas ácidas, o dr. Prospero Diniz, responsável pelo jornal, repreendeu o que entendia como "vocação" comercial da Província baiana e cobrou dos políticos os investimentos na indústria para atender os "trabalhadores jovens" da Bahia. A juventude

---

[36] Segundo o dicionário de Moraes e Silva, do século XIX, a palavra irmandade "confraria de irmãos, que serve a algum santo". Enquanto a palavra confraria representava "irmandade de devotos de algum santo" ou "modo de vida". O historiador João José Reis diz que as confrarias divididas em irmandades e ordem terceiras, se dedicavam a praticar caridade entre os associados ou pessoas carentes não associadas. O mesmo autor define irmandade como "associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais." O historiador também ressalta que a Santa Casa estava no topo das irmandades no Brasil. Optou-se, neste texto, por fazer referência à Santa Casa de Misericórdia da Bahia como sendo uma irmandade, da mesma forma que seus irmãos ainda hoje se referem à Misericórdia. Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 49-51. Ver também: SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2, 1813, p. 181-444. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

[37] BNB. Jornal *A Verdadeira Marmota*, n. 24, 15 mar. 1851. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815756&PagFis=13>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

descrita estava longe de ser confundida com os filhos da população mais pobre, tampouco se falava dos enjeitados. Trava-se das camadas médias. Sobre o perfil da cidade, Kátia Mattoso explica que, desde o início da colonização até aquele momento, Salvador pulsava através do comércio de gêneros e pessoas, por meio de fragatas, "vapores" e "bergantins".[38] A fluidez se dava tanto por trocas no Atlântico, quanto pela relação com o Recôncavo Baiano. Ainda no século XVIII, em 1723, foi criada a *Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio*, o que reafirmou simbolicamente os indícios da "grande doca" que a cidade viria a se tornar no século XIX. Nesse período, a urbe não estava mais reduzida às duas Portas: São Bento e o Carmo, as quais lhe deram os primeiros contornos. Seu crescimento ocorreu por locais que conduziam aos sítios do Santo Antônio, Bonfim, Águas de Menino e o Rio Vermelho, entre outros.[39] Sem dúvidas, o crescimento da capital baiana estava ligado ao seu comércio. Entre o final do século XVIII e o início do XIX, a Província viveu oscilações causadas por impactos externos e mudanças internas, sem, no entanto, perder sua vocação comercial.[40]

Contudo, para o dr. Prospero Diniz, o grande "problema" era a presença de "gente ordinária" que ocupava os postos de trabalho. Os alvos da sua retórica eram os "moleques, escravos 'vadios' e insubordinados, criados por velhas tolas" nas tendas dos mestres de ofício.[41] Percebe-se que os "moleques" foram considerados por diversos grupos dos setores médios e dominantes como sujeitos desqualificados, comparados aos cativos africanos. Entre o primeiro grupo citado havia muitas crianças abandonadas que viviam nas ruas. Isso nos mostra também uma nítida separação social do que vinha a ser compreendida como o período anterior à vida adulta. As crianças abandonadas, meninos pobres e escravos foram vistos de maneira quase que uniforme por críticos e autoridades que buscaram discipliná-los. Portanto, é necessário estabelecer relações entre o mundo do trabalho forçado e a orfandade. O senhor Diniz argumentava que um rapaz sem dinheiro para ser doutor, e que não quisesse "raspar a cabeça" para se tornar padre, não arranjava emprego. Estes rapazes, segundo o jornalista, não deveriam se misturar nas

---

[38] MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia, Século XIX*: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1992, p. 41. Ver também: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim:* de recolhido a assalariado. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 22.

[39] MATTEDI, Maria Raquel Mattoso et. al., "Salvador: o processo de urbanização", In *Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas-CPE,* Habitação e urbanismo em Salvador, Salvador, 1979, p. 347.

[40] REIS, *A morte é uma festa*, p. 40-41.

[41] FBN. Jornal *A Verdadeira Marmota,* n. 24, 15 mar. 1851, p. 1.

tendas de ofício que abrigava todos os tipos de pessoa.[42] A matéria ainda fez congratulações a "louvável resolução" que foi tomada para proibir o trabalho de africanos carregadores que trabalhavam nos saveiros ancorados na cidade.[43]

O jornalista ainda diz ter visto "a bela mudança de africanos brutos e velhacos por homens até brancos".[44] A transformação em questão partiu da resolução de 1850, onde o Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, proibiu os africanos escravos e libertos de descarregar os saveiros. A regulamentação dos espaços de trabalho não parou por ai. Anos mais tarde, os negros resolveram cruzar os braços em protesto na Greve Negra de 1857, contra uma postura municipal que na verdade "era uma medida, entre outras, concebida pelos poderes públicos para disciplinar o trabalho do negro em Salvador".[45] Para João Reis, o projeto buscava disciplinar o negro no espaço público, fosse o seu lazer ou no trabalho.[46]

A Lei de 1850 que proibiu o tráfico transatlântico causou espanto nas autoridades senhoriais em função da iminente diminuição do trabalho escravo. E a fluidez do tráfico interprovincial, em plena expansão cafeeira no Sudeste, fez das "Províncias do Norte" a solução necessária para o abastecimento de mão de obra escrava.[47] As alterações na legislação escravistas e os debates sobre a substituição do trabalho escravo não limitou o uso de cativos nas lavouras baianas até os últimos dias de sua existência. Na primeira metade do século XIX, a Bahia importou mais de 318.000 africanos escravizados. Somente nas últimas duas décadas anteriores ao fim do tráfico transatlântico, as importações chegaram aproximadamente a 68.000 escravos. Quase duas vezes maiores do que as demais províncias no Norte e Nordeste, com 35.5000 escravos.[48] A Bahia se transformou "de importador a exportador líquido de escravo". Barickman diz que somente em 1850, em média 12 mil cativos foram comercializados

---

[42] FBN. Jornal *A Verdadeira Marmota*, n. 24, 15 mar. 1851, Capa.
[43] Loc. cit.
[44] Jornal *A Verdadeira Marmota*, n. 24, 15 mar., p. 1.
[45] REIS, A Greve Negra..., p. 6-8.
[46] Idem.
[47] A historiografia dedicada ao tráfico interprovincial conta com preciosos trabalhos que ajudam a entender os diferentes agentes e principais discussões deste processo de transição. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das letras, 1990; CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África*, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 07, UFBA, p. 121-160, 2002.
[48] BARICKMAN, Bert J. 'Até a véspera', o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n. 21-22, Bahia, p. 177-223, 1998-1999.

com as províncias do sudeste.[49] O autor acrescente que a instituição escravista estava longe de ser moribunda na Bahia.

Cada região das províncias exportadoras de trabalhadores escravos possuía sua própria dinâmica. As cartas de alforrias, as migrações e as leis de 1871 (Lei do Ventre Livre) e 1885 (Lei do Sexagenário), ajudaram a mudar o perfil populacional da Bahia, mas não chegaram a ser decisivas para uma derradeira perda de escravos. Conforme mostra Fátima Novais Pires, é preciso evitar generalizar a ideia de que a Bahia e as províncias do Norte entraram em declínio e estagnação de maneira resignada. Pois, no interior e no litoral baiano a economia local foi movimentada através da pecuária, tropeirismo, produção e comércio de gêneros alimentícios, lavouras de subsistência e artesanato.[50]

O fortalecimento da figura dos "negros de ganho" (escravos que podiam trabalhar oferecendo os seus serviços para terceiros e que dividiam o lucro com o senhor) havia mostrado que, de certa forma, as restrições aos escravos foram se tornando flexíveis. Isso significou, para Lysie Reis, o relaxamento das restrições de agremiações corporativas formadas por homens negros ampliaram o mercado de trabalho para os cativos. Contudo, teria ocorrido uma decisiva investida "contra o prestígio do trabalho manual, incitando um certo preconceito contra os que exerciam ofício das chamadas artes mecânicas, vistos como trabalhadores braçais, portanto, inferiores".[51] Ora, enquanto as elites demonstravam uma visão pejorativa pelos trabalhos manuais, por conta da inserção dos homens "de cor", vários sujeitos alcançaram a liberdade através da maestria do ofício. A autora ainda conecta as mudanças da ordem do trabalho aos discursos políticos em torno do uso do trabalho de crianças como força produtiva, devidamente treinadas e capazes de assumirem tais postos.[52]

Embora seja possível relativizar o peso da perda da força de trabalho escravo para outras regiões, o mesmo não se pode dizer sobre a política de criar órfãos e prepará-los para o trabalho. Segundo Fraga Filho, havia até mesmo a recusa do homem pobre em vender sua mão de obra e preferindo viver da mendicância, a se sujeitar entrar

---

[49] BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo Baiano, 1780-1860. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003, p. 230-231.
[50] PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida*: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.
[51] REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício:* práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 72.
[52] Ibidem, p. 159-161.

em relações equiparadas às condições escravistas. A flexibilidade do mercado de trabalho teria gerado a "escassez de empregos [que] obrigava a maioria deste contingente livre a viver de ocupações passageiras e instáveis".[53] Também devemos considerar as possibilidades, tanto de inserção social, quanto de conquista da liberdade, que o trabalho manual qualificado poderia possibilitar.

Kátia Mattoso, ao realizar algumas observações sobre o contingente populacional baiano, reitera que é preciso ponderar os números do censo de 1872, entre outros fatores, dado aos métodos de recenseamento pouco confiáveis. A autora afirma que a Bahia possuía algo próximo de 1.379.616 habitantes em 1872. Salvador possuía 59.819 homens livres e 52.820 mulheres livres, 8.210 escravos e 8.267 escravas.[54] A sociedade estava organizada em vários níveis hierárquicos, entre eles havia o que estava mais abaixo na escala social - a que muito nos interessa – que era formado por escravos, "vagabundos" e mendigos. Estes dois grupos, "vagabundos" e mendigos, eram compostos em sua maioria por fugitivos (escravos, marinheiros soldados), desempregados crônicos e ociosos, doentes e pessoas com problemas mentais que viviam da caridade da população. Esta era uma categoria "cujo número crescia em períodos de crise do mercado de trabalho, de crises alimentares, frequentes e agudas, de crises epidêmicas também".[55]

É necessário compreender quem eram estes sujeitos, e qual o seu lugar no projeto de institucionalização infanto-juvenil pobre e/ou enjeitada. É provável que a criança abandonada estivesse inserida em problemas semelhantes aos encarados pela população "de cor" livre e/ou egressa do cativeiro, devido às limitações da liberdade ou através do preconceito de raça e classe.

Depois de 1850, muitas leis que taxavam ou proibiram a atividade de escravos e/ou libertos em obras públicas entraram em vigor na Bahia.[56] Cada vez mais o

---

[53] FRAGA FILHO, *Mendigos e vadios*, p. 15-16.

[54] MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia:* a cidade de Salvador e o seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p, 90.

[55] Ibidem, p. 166. O primeiro grupo era formado por funcionários da administração real, os militares de grandes patentes, os grandes proprietários rurais e os comerciantes abastados, ambos famintos por distinções hierárquicas. O segundo grupo é circunspeto por uma população "bastante rala e livre" de funcionários subordinados da administração real, soldados de regimento, comerciantes taberneiros, vendeiros e artesões, por exemplo. Logo em seguida, o terceiro grupo era composto por profissionais liberais, militares, funcionários de baixos cargos na administração real, oficiais mecânicos intermediários, pequenos comerciantes, ambulantes de gêneros alimentícios, muitas vezes recém-egressos do cativeiro, além de "gente do mar" - pescadores e marinheiros que transportavam produtos do Recôncavo baiano para Salvador.

[56] Entre 1851 a 1863, por exemplo, a legislação cobrava uma taxa de 10$000 (dez mil réis) anuais para o africano que atuasse como mestre, oficial ou aprendiz, fosse escravo ou liberto. Refiro-me as seguintes

crescimento do número de libertos aprofundava a vigilância sobre o homem "de cor". Os libertos, pobres livres, não brancos, e crianças abandonadas, passaram a viver vigiados e disciplinados nos espaços públicos.[57] A população infanto-juvenil de setores mais pobres da classe trabalhadora foi o principal alvo dos "temores" das elites e autoridades públicas. A população que vivia nas ruas era formada majoritariamente por negros e pardos, descendentes diretos dos cativos e libertos. A documentação policial encontrada por Fraga Filho reforça a ideia de que as autoridades não buscavam apenas disciplinar esses grupos. O problema também estava ligado à questão racial, pois 95,0% dos menores citados nos relatórios policiais eram não brancos, somente os crioulos representavam 60,0%. O percentual de brancos era ínfimo, o que equivale a 5,0%, porque os "menores" brancos considerados "vadios" eram menos sujeitos a prisão.[58] A população "de cor" cresceu consideravelmente em Salvador, segundo o recenseamento ocorrido em 1872:

Tabela 1 – População livre infanto-juvenil de Salvador por raça (1872)

Idade	Parda	%	Branco	%	Preto	%	Caboclo	%	Total
0 a 11 meses	353	47,9	251	34,1	93	12,6	39	5,3	736
1 a 5 anos	512	41,9	449	36,7	214	17,5	46	3,7	1221
6 a 10 anos	674	47,5	502	35,3	211	14,8	32	3,6	1419
11 a 16 anos	628	44,0	555	39,0	214	15,0	29	2,0	1426
17 a 20 anos	714	52,4	401	29,4	218	16,0	30	2,2	1363

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872: Bahia. População considerada em relação às idades. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2015.

O crescimento da repressão policial contra a população infanto-juvenil pode ter ligações com o número total de pretos e pardos na capital baiana. Se considerarmos

leis: Lei de nº 420, de 7 de julho de 1851; Lei nº 491, de 17 de junho de 1853; Lei de nº 512, de 19 de julho de 1854, Lei de nº 582, de 19 de julho de 1854; Lei de nº 582, de 19 de julho de 1855; e a Lei de nº 607, de 19 de dezembro de 1856.

[57] Ver: AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

[58] FRAGA FILHO, *Mendigos e vadios na Bahia*, p. 76-77.

apenas a população de não brancos com idades entre 11 a 20 anos (idade em que os jovens eram preferencialmente os alvos da patrulha policial) temos um número total de 1833 pessoas. Portanto, tanto em quantidade absoluta, quanto a relação dos preconceitos de cor, a população infanto-juvenil não branca tinha motivos de sobra para se preocupar com a vigilância policial.

A repressão era constante e contava com a "vigilância" de alguns jornais - não é de hoje que a imprensa "patrulha" a população mais pobre e negra como linha auxiliar da polícia no Brasil. Na edição de 14 de julho de 1866, o jornal *O Alabama* rogava às autoridades policiais para intervir sobre as ações de meninos "vadios" que arrancavam as mangas e continuavam nas suas "travessuras".[59] O alarme sensacionalista da "denúncia" era dedicado ao delegado do 1º distrito, para que "[...] se ponha de novo em execução a salutar medida de mandar agarrá-los".[60] Na edição do dia 15 de novembro de 1879, o mesmo jornal alardeava o fato de uma "súcia"[61] de meninos "vadios" que se juntavam na ladeira das hortas para jogar peão e brincar de "saia", e com tal brinquedo entram com corredor fazendo uma "algazarra incomoda".[62] E quando repreendidos por algum morador, conta o jornal, os jovens os insultavam e os ameaçavam. A matéria ainda diz que um "rapaz maior de 14 anos" dirigiu insultos aos vizinhos e quando repreendido por outro vizinho, a mão do "vadio", chamada Izabel, uma "mulher que se embriaga em vez de repreender o filho", dirigiu mais insultos aos vizinhos.[63]

O interesse do jornalista pelos atos do "rapaz maior de 14 anos" se deve, talvez, pelo conhecimento das brechas que a legislação penal demonstrava sobre a população dessa faixa etária. Já observamos que a construção da categoria "menor" teve implicações raciais e de classe. Dessa forma, é possível que sua tentativa fosse demonstrar que o menino "vadio" tivesse discernimento sobre seus atos.

No século XIX, os indivíduos se diferenciavam juridicamente entre os maiores e menores de 21 anos. Antes dos 14 anos nenhum sujeito possuía o princípio da responsabilidade penal, dos 14 aos 17 anos, havia os dispositivos por cumplicidade. Para a historiadora Lívia Maria Botin, o debate entre os juristas ocorria exatamente no

---

[59] FBN. Jornal *O Alabama*. Bahia ano IV. Série 8º, n. 73. 14 de julho de 1866. Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=818968&PagFis=1>. Acesso em: 15 de junho de 2015.
[60] Idem.
[61] Termo comum à época para se referir à reunião de pessoas de "má índole" ou de má fama.
[62] FBN. Jornal *O Alabama*. Terça feira, 25 de novembro de 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=818968&PagFis=46>. Acesso: em 15 de junho de 2015.
[63] Idem.

momento em que a jurisprudência não era específica, pois "muitas dissertações jurídicas se preocuparam em definir os limites da responsabilidade individual antes dos 14 anos".[64] Apesar do princípio da não penalidade antes dos 14, a própria legislação operava pela interpretação sobre o discernimento para punir o maior de 14 anos, devendo, este, ser recolhido às casas de correção. O teor subjetivo do termo "discernimento", cujos projetos atuais tentam suscitar, causou diversos debates. Botin explica que a própria infância passou a ser "objeto" de dissertações jurídicas.[65]

Em diversas ocasiões estes sujeitos estavam ligados aos mestres de ofício. E diante da disciplina, castigos corporais e tarefas estafantes, os meninos se rebelavam contra a imposição do mundo do trabalho usando até mesmo as algazarras como forma de resistência. As autoridades buscaram internar a população infanto-juvenil em oficinas, serviços militares, orfanatos e escolas agrícolas. Às vezes, estas crianças podiam ter apenas um dos pais vivos; ou ainda viver com algum parente, também havia àqueles sem mais ninguém na vida. Constantemente, as patrulhas policiais se lançavam a prender os "suspeitos" considerados perigosos à ordem. Contudo, estes meninos, jovens e adultos descritos como "vagabundos", e toda a sorte de sujeitos marginalizados, inventaram métodos de burlar a vigilância policial.[66] No episódio descrito no jornal *O Alabama*, a "vadiagem" e as "peraltices" de rua apareciam como misto de desdém, indiferença, protestos e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados.[67]

Não é apenas atual, ou circunscrito ao Brasil, o costume de culpar crianças e jovens pelos problemas sociais através de retóricas conservadoras. Este costume foi fortalecido como discurso no século XIX, tanto na Europa como em nosso país. Diante deste problema, temos uma crescente historiografia ligada às nuances da criminalidade infantil, que observa a concepção de uma verdadeira *cultura institucional*.[68]

A "history from below" (história vista de baixo) tornou possível entender melhor a cultura dos trabalhadores e desfavorecidos, bem como suas formas de se movimentar

---

[64] BOTIN, *Trajetórias cruzadas*, p. 135.
[65] Idem. A pesquisadora, inclusive, dedica parte do seu trabalho a entender como se deu o processo de construção da infância como "objeto" jurídico, através de processos crimes do tribunal de justiça de Campinas e a própria produção jurídica da época.
[66] FRAGA FILHO, *Mendigos e vadios na Bahia*, p. 103.
[67] Ibidem, p. 116.
[68] Ver: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte os enjeitados*: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo, Annablume, FINEP, 2008; RIZZINI, Irene. *A criança e a Lei no Brasil*: revisitando a história (1822-2000). Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000; _____, *A institucionalização de crianças no Brasil*, p. 23.

socialmente, inclusive possibilitando compreender suas ações. Sem estas abordagens, chegar às atitudes dos diversos sujeitos envolvidos na história do abandono e institucionalização infantil seria tarefa impossível. Portanto, estes estudos possibilitaram a emergência de muitos trabalhos focados na experiência de diversos sujeitos, outrora marginalizados pela História.[69]

Talvez, estes meninos e jovens tenham sido vistos a partir da dicotomia frágil/perigoso, sujeitos 'entre fronteiras sociais', capazes de serem moldados e utilizados conforme as necessidades da classe dirigente. De vagabundo a trabalhador útil e disciplinado. Este movimento pode ser observado a partir do surgimento das *Casas de Educandos Artífices*, *Companhia de Aprendizes Marinheiros* e *Escolas Agrícolas*, na segunda metade do século XIX. Por outro lado, a clausura feminina era estreitamente um espaço religioso. A formação dessas moças, apesar de tender ao aprendizado de ofícios manuais ligados à cozinha e à confecção de roupas, por exemplo, visava oferecer dote, educação submissa e possibilidades de se conseguir um bom casamento. Este modelo foi largamente usado desde o século XVIII no Rio de Janeiro, Salvador, Maranhão e Recife, por exemplo. No entanto, houve diferenças no que diz respeito aos motivos da institucionalização feminina e masculina, pois a problemática estava conectada aos costumes de proteção da mulher: *pobre e honrada*; e muito mais circunscrita aos ambientes de clausura.[70]

Enquanto a questão do abandono inaugurava a fase "filantrópico-higienista", as noções de "progresso" e "civilização" aos poucos penetraram nos discursos das principais autoridades políticas.[71] A criança, portanto, passou a ser alvo do interesse

---

[69] Ver: THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002*;* _____. *A formação da classe operária inglesa*. V. I. "A Árvore da Liberdade". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004; HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*: Sociedade e cultura no início da França moderna. Oito Ensaios, tradução de M. Corrêa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Outras abordagens centralizadas no sujeito também influenciaram este trabalho, ver também: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr., São Paulo: Companhia das Letras, 2006; _____, "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*, 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[70] Sobre a temática das instituições de clausura para o público feminino voltado para manutenção da 'honra' das internas, ver: SILVA, *Porta adentro*; ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EdUnb, 1993.

[71] Em discurso realizado no dia 1º de setembro de 1861, para Assembleia Legislativa da Bahia, a retórica do Vice Presidente da Província da Bahia, Dr. José Augusto Chaves girava entorno da constatação da "chegada" das noções de modernidade, mas o "progresso" deveria ser "lento" e "gradual", para que fosse seguro. Nas entrelinhas, o Vice Governador estava mostrando preocupação com as mudanças que vinham acontecendo desde 1850. Para manter o "bom ser social", os princípios da *modernidade* haveriam de ser alcançados através da tutela do Estado, para o bem do povo. Cf.: CRL. *Falla recitada na abertura da*

coletivo. A vigência da Lei do Ventre Livre de 1871 contribuiu para o aumento deste debate porque estavam em jogo os interesses que saíram da esfera privada para as mãos do Estado. Como veremos a seguir, em meio a esse turbilhão de questões, a Santa Casa de Misericórdia foi a principal responsável por remediar crianças ingênuas e expostas. Sua motivação era elevada através discurso caritativo-filantrópico. Para exercer este papel, a Misericórdia recebia muitos benefícios concedidos pelas autoridades públicas. Diante da lenta ação de libertação das forças escravistas, das mudanças no perfil racial da população, das novas formas de reflexão sobre o acolhimento de crianças, a instituição buscou remodelar sua forma de lidar com a infância abandonada. Suas práticas se alinharam aos discursos médicos e políticos. A contratação de médicos neste tipo de instituição e a presença do Estado cada vez mais próximo à temática infantil culminaram na política "oficial" de institucionalização infanto-juvenil. Esta política teve como marco, muitas décadas depois, a criação do Código de Menores em 1927.[72]

Para entendermos as motivações e o papel desempenhado pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia no acolhimento às crianças abandonadas, é preciso observar o seu percurso histórico. Dessa forma, podemos entender, através de seus valores e interesses institucionais, como foi criada e organizada, ao longo de séculos, a mais duradoura e importante instituição de acolhimento de crianças pobres, órfãos e abandonadas da Bahia.

1.2 O papel social da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

No dia 15 de agosto de 1498, a *Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia*, foi consagrada na catedral de Lisboa, Portugal, com a missão de prestar assistência caritativa aos mais necessitados. Segundo Russel-Wood, a Regente D. Leonor de Lancaster, irmã do Rei D. Manoel I, e frei Miguel de Contreiras, foram os responsáveis pelo surgimento da Santa Casa.[73] Sua missão consistia em 14 obras: dividas entre sete espirituais e sete materiais. O amparo espiritual se expressava por ensinar aos simples; dar bons conselhos a quem pede; castigar com caridade os que

---

Assembléa Legislativa da Bahia pelo vice-presidente da provincia, Dr. José Algusto Chaves, no dia 1º de setembro de 1861, Bahia, Typographia. de Antonio Olavo da França Guerra, Salvador, 1 set. 1861. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/125/>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

[72] RIZZINI; RIZZINI. *A institucionalização de crianças no Brasil*, p. 14-29.

[73] RUSSEL-WOOD, Anthony John *R Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB: 1981, p. 1.

erram; consolar os tristes desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. O amparo material significava cuidar dos cativos e visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que têm sede; dar pousadas aos peregrinos pobres e enterrar os mortos.[74] A administração das corporações religiosas, como a Misericórdia, ficava a cargo de uma *mesa*, presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores (a denominação variava), eram compostos por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores e mordomos. Seus integrantes desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades.

A cada ano as Santas Casas renovavam sua administração por meio de votação. No início, havia a possibilidade de reeleição. Somente em 1707, com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a reeleição dos irmãos da Misericórdia foi proibida.[75] As irmandades portuguesas existem desde a Idade Média. Estes grupos se baseavam na solidariedade entre os membros e funcionavam a partir de hierarquias sociais. As "Ordenações Affonsinas", de 1446, concederam a transmissão de legados para as irmandades na esfera civil, fugindo à jurisdição religiosa. A representação da Santa Casa junto a Coroa portuguesa se tornou muito importante e seu desenvolvimento acompanhou a expansão marítima. As Misericórdias dividiram com as Câmaras a representatividade do Estado. O seu papel filantrópico logo se reverteu em prerrogativas e privilégios. Isso fez das Santas Casas da Misericórdia a mais influente das irmandades lusitanas. Além de sua forte representação social na administração de cada localidade em que foi instalada, o seu poder econômico também se destacou.

Não foi à toa que a Misericórdia expandiu-se pela Ásia, América e África. Seu crescimento ocorreu quando D. João II, ainda príncipe, através de uma bula papal, conseguiu fundir pequenos hospitais ao Hospital de Todos os Santos, fundado em Lisboa em 1498. O *Compromisso* da Misericórdia foi impresso em 1516 e não tratava do acolhimento às crianças enjeitadas de maneira específica. Somente a partir do estatuto de 1616, que também regeu a Santa Casa da Bahia, as crianças passaram a fazer parte das atribuições da irmandade. O acordo marca o estabelecimento de perfil

---

[74] BNL. *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1619*, por Pedro Craesbeeck, Lisboa, 31 jan. 1619. Fundo Geral Monografias, sc-7700-p. Disponível em <http://purl.pt/13349>. Acesso em: 05 de junho de 2013.
[75] REIS, *A morte é uma festa*, p. 50.

rigorosamente elitista dos candidatos que desejavam ingressar na irmandade. Seus membros pertenciam à fina flor da elite branca colonial:

> O compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, que regia a da Bahia, estabelecia que seus membros fossem alfabetizados e "abastados de fazenda", proibindo expressamente a entrada de trabalhadores manuais. (Seus membros se dividiam entre nobres ou irmãos maiores – os aristocratas portugueses titulados ou nossos fidalgos em título, nove senhores de engenho negociantes, altos funcionários) – e os oficiais ou irmãos menores – aqueles que prosperaram nas profissões "mecânicas" (ouvires, por exemplo).[76]

Alguns requisitos eram necessários para fazer parte da Santa Casa. Era preciso ser "limpo de sangue", sem ascendência judia ou alguma "raça Moura"; ser livre de infâmia; de idade conveniente; os solteiros deveriam ter vinte e cinco anos; não servir a casa por dinheiro; ter uma tenda de ofício ou ser mestre de obras que não precise trabalhar por suas mãos; saber ler e escrever; ou ser abastado para não precisar ser acudido dos serviços da irmandade.[77]

Figura 1 – Compromisso da Misericórdia de Lisboa (1629)

COMPROMISSO
DA MISERICORDIA
DE LISBOA.

Com todas as licenças necessarias.

EM LISBOA.

Por Pedro Craesbeeck. Anno MDCXIX.

Fonte: Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa de 1616 (Lisboa-pt).

[76] Ibidem, p. 51. O autor afirma que nem sempre estas proibições foram respeitadas.
[77] BNL. *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1629*, fl. 1.

O texto do compromisso da Misericórdia portuguesa incorporou obrigações no sentido de acolher as moças órfãs. A princípio, foi definida a criação do "recolhimento para donzelas, acomodando treze, cada uma há de ser órfã, que não seja maior que 21 anos, nem menor que doze". Porém, o documento não tratava do auxílio ao recém-nascido ou criança. Inicialmente, as órfãs recebiam dotes por meio de petição que eram entregues através de critérios de "honra" e pobreza.

Existem controvérsias sobre a data de fundação da Santa Casa de Misericórdia no Brasil. O escrivão da Mesa Administrativa da Misericórdia, Antonio Joaquim Damazio, em 1862, relatou que a primeira Santa Casa da América portuguesa foi fundada entre 1549 a 1572.[78] Russel-Wood, mais cauteloso, afirma que já havia um hospital em Salvador durante o governo Mem de Sá (1558-1572). Essa dificuldade em apontar uma data concreta decorre das perdas de documentos durante a invasão holandesa. Muitas Santas Casas foram criadas simultaneamente à fundação das cidades, o que se justifica pela necessidade em possuir uma organização social para prestar serviço aos doentes e desamparados.

A Misericórdia da Bahia tornou-se uma das maiores credoras do Brasil colonial, devido aos privilégios concedidos pela Coroa e pela função de administrar os bens de terceiros, os aluguéis de equipamento fúnebres e as atividades creditícias. Em estudo sobre o sistema de concessão de créditos da Misericórdia da Bahia, Augusto Fagundes dos Santos explica como a irmandade se desenvolveu ao longo do século XVIII:

> As elevadas doações de particulares podem ser explicadas dentre outros motivos pelos valores religiosos da sociedade. A arrecadação provinha, além das doações, dos recebimentos por missas celebradas. Muitos, fossem nobres da terra ou não, deixavam o direito da cobrança de dívidas ou o direito da administração de bens com a instituição, fazendo da irmandade sua testamenteira, destinando para esta um percentual de seu patrimônio. Assim, a Misericórdia figurava como uma instituição além de religiosa, também econômica, administrando seus bens e o de terceiros. A maior parte do montante das doações era investida na oferta de crédito a juros. Esse era o mecanismo preferido da irmandade para investir as doações pecuniárias ao longo do século XVIII.[79]

---

[78] DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*, Typographya de Camillo de Lellis Masson & C., p. 17.

[79] SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, p. 33.

O historiador ainda explica que havia duas formas de deixar legado para a Misericórdia no período colonial, especificando o local da doação ou não. As doações com obrigações futuras, muitas vezes deixava os bens para o hospital, para o recolhimento de moças, para os cuidados com os presos e órfãos (como foi o caso das doações testamentárias que foram utilizadas no século XIX, para a construção do Asilo dos Expostos).[80] Nas doações em que o legatário não especificava como a verba deveria ser aplicada, a irmandade resolvia o destino que deveria ser dada ao dinheiro. A maior fonte de renda da Santa Casa era proveniente de doações da caridade particular.[81] As doações representavam uma forte ligação com a religião católica, sustentada pela crença de que o ato seria levado em consideração no dia do juízo final. A maior parte de legatários do século XVII era formada por nobres preocupados com o prestígio social, mas o homem de negócio que surgiu no século posterior compôs o principal grupo de doadores, supostamente mais preocupado com a questão social dos mais pobres.[82] De maneira indireta, este aspecto também contribuiu para as mudanças que ocorreram no acolhimento da instituição durante o século XIX.

1.3 Os usos e abusos da Roda dos Expostos

Entre os séculos XVI e XVIII, a urbanização das cidades europeias foi apontada como uma das principais causas para o aumento do abandono infantil. Em Portugal, a Santa Casa de Misericórdia passou a prestar os cuidados às crianças órfãs em seu estatuto. Ainda na Colônia, as crianças abandonadas foram chamadas de "crianças expostas" ou "crianças enjeitadas". Através das representações iconográficas, Phillipe Ariès analisou a "descoberta" da percepção da infância como fenômeno social entre os séculos XVI e XVII.[83] Durante o Brasil colonial, foram elaborados dois modelos ideológicos de representação infantil: a criança "mística" e a que "imitava" a

[80] O Capitão João de Mattos Aguiar deixou uma enorme herança para a construção do Recolhimento de meninas no final do século XVII, no valor de 217:092$475 réis. SCMBA. Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar. 199 B (1731-1732).
[81] RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e filantropos*. p. 111.
[82] SANTOS, *A Misericórdia da Bahia*..., p. 36.
[83] ARIÈS, *História Social da Criança*..., p. 65.

semelhança de Jesus cristo.[84] Deste sentimento emergiu a necessidade de "civilizar" a renitente prática de expor crianças em terrenos baldios a mercê da veracidade dos animais. Cumpriu-se, portanto, uma dupla tarefa cristã para evitar o *infanticídio* (prática de evitar expor a criança, levando assim à sua morte) e possibilitar aos cristãos o exercício da caridade e o amor ao próximo.[85] Os hospitais e Câmaras espalhadas pelas cidades brasileiras foram às únicas formas de assistência à criança abandonada durante os primeiros séculos. Não há dados quantitativos suficientes para os dois primeiros séculos de colonização do Brasil, onde o desleixo das autoridades marcou a política de acolhimento infantil.

Figura 2– Representação do interior da Roda dos Expostos

Fonte: "*La guardia alla ruota dei trovatelli*" de Gioacchino Toma (1846-1891) Disponível em: <http://www.gnam.beniculturali.it/index.php?it/302/la-guardia-alla-ruota-dei-trovatelli>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

[84] Estas características presentes no olhar do conquistador, por sinal, desempenharam um papel importante durante a conquista do Brasil no século XVI. Del Priore narra que a valorização da criança enquanto ser cheio de graça, especialmente os indígenas, poderia representar a salvação e o adestramento moral e espiritual dos nativos do Brasil. Cf. DEL PRIORE, Mary, O papel do branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: _____ (Org.), *História da criança no Brasil*, São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996, p. 12-13.

[85] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 23-24.

A Roda dos Expostos foi utilizada em Portugal a partir de 1543 e trazida para Bahia no século XVIII. As primeiras Rodas do Brasil surgiram, respectivamente, na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, instalada em 1734; no Rio de Janeiro, em 1738; e Recife, por volta de 1789. Apesar da escassez populacional da cidade de Salvador no século XVIII, e da religiosidade, foi apenas no século XVIII que o problema do abandono passou a ser discutido com mais vigor entre as autoridades. A ideia era buscar uma solução para o alarmante cotidiano da cidade que amanhecia sempre com mais um caso de abandono. Em 1726, foi acordada a criação da Roda dos Expostos de Salvador. Segundo o escrivão da Santa Casa, Antonio Damazio, foi por intermédio do Vice-Rei, Conde de Sabugosa, que o Provedor da Santa Casa, Capitão Antonio Gonçalves da Rocha, convocou a Junta administrativa para debater o assunto, no dia 14 de fevereiro de 1726. O assunto desta reunião foi justamente para tratar da criação de uma Roda no hospital ou em qualquer outro lugar que fosse decidido.[86] Para isso, foi pedido ao governo algum auxílio pecuniário e ampliação dos privilégios nos mesmos moldes que a Santa Casa de Lisboa gozava.

Figura 3 - Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Fonte: ASCMBA. Fotografias avulsas.

[86] DAMAZIO, *Tombamento dos bens immoveis...*, p. 59.

Miriam Leite atribui a existência da Roda a dois objetivos: salvar os recém-nascidos e encaminhá-los para trabalhos produtivos, com o sentido de transformar a população pobre da classe trabalhadora e afastá-la da prostituição e da vadiagem.[87] Não creio que esse projeto tenha ocorrido com tal propósito desde a sua concepção. Pelo menos no Brasil, uma política oficial ligada ao trabalho surgiu apenas em meados do século XIX. Em momentos anteriores as orientações legislatórias não se demudaram em práticas sociais. O que havia em períodos anteriores era o discurso religioso da salvação das almas das crianças.

Em estudo sobre as famílias que enjeitaram seus filhos, Venâncio revela, através do suporte estatístico e quantitativo, os constantes usos da instituição como uma prática social presente desde a colonial. Os "ritmos" da roda observados pelo historiador, dão conta do aumento gradativo de abandono na capital do Império, que recebeu mais de 5 mil crianças entre as décadas de 1840 a 1870.[88] O índice de abandonos na roda da capital baiana se manteve menor. Entre 1851 a 1860, este número foi reduzido de 831 para 238 bebês abandonados.[89]

O quadro de informações pode parecer pequeno diante da população infantil das duas cidades, pois uma pequena parcela de crianças desvalidas recebia assistência institucional. Muitas dessas crianças foram criadas em casas de outras famílias, certamente essa prática representou um forte costume no país.[90] Uma constatação importante é de que as famílias pobres resistiram à Roda, e diferentemente do que se acreditava na época, não foram apenas os mais pobres que enjeitavam seus filhos. Carestia, relações ilegítimas, a morte de um dos pais, ou os dois, foram alguns dos fatores que motivaram o enjeitamento de crianças. A historiografia do abandono infantil lança três hipóteses para ato de enjeitar: a) a censura social ao nascimento ilegítimo; b) a miséria; c) uma espécie de controle das famílias em tempos de métodos contraceptivos; d) a morte de, pelo menos, um dos pais; e) estratégias da família em períodos de aceleração da urbanização e proletarização; f) uma variável em que crianças de diferentes níveis sociais "circulavam" de família em família.[91]

Voltemos à história que iniciou este texto. A exposta Agostinha retornou à Roda dos Expostos depois do período que passou na casa de Rita Maria de Andrade. Na

---

[87] LEITE, Miriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *A História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1990, p. 99.
[88] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 42.
[89] Idem.
[90] MARCÍLIO, *História Social da criança abandonada*, p. 144.
[91] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 85.

Roda, os bebês se misturavam aos doentes. Em 1844, devido aos índices de mortalidade alarmantes, o Comendador Antonio Joaquim Alvares do Amaral mandou construir a Casa da Roda que serviu para receber os expostos que retornavam de criação. A Casa era formada por apenas uma sala localizada à entrada do Recolhimento Santo Nome de Jesus.[92] Havia alguns cubículos que serviam para acomodar as amas de leite, a Rodeira e alguns berços. Não havia ventilação ou luz suficiente, embora se tratasse de melhorias.

> Concebe-se com efeito que não tendo Ella edifício algum positivamente consagrado ao trato educação dos Expostos; recebendo-os acanhado e péssimo Hospital que tinha; mandando-os depois de amamentar e criar por amas de fora; e readmitindo-os no Hospital ou no Recolhimento, quando passada a criação, tornavam ao [...] Estabelecimento [...] por maior que fosse o desvelo da Mesa.[93]

As crianças passavam do Hospital para o Colégio mantido pela Misericórdia. Os meninos eram entregues às amas externas para continuar a sua criação e "logo que a idade permitisse" a Mesa procurava uma ocupação. Já as meninas continuavam recolhidas. A primeira mudança ocorreu no mesmo ano da construção da sala em anexo ao Recolhimento. Lá, as mulheres recolhidas eram quem cuidavam dos enjeitados. Em 1847, a *Casa dos Expostos em Educação* foi construída com um novo cômodo que separava as crianças por sexo. O seu objetivo era acomodar as crianças por mais tempo, inclusive os meninos. O "pardo" Cyrillo de Mattos foi um dos primeiros a ser "enviado para a Casa dos Expostos em educação quando abriu".[94] Enjeitado em 1839, Cyrillo permaneceu na Casa da Roda até que fosse inaugurado o novo cômodo, saindo de lá, em 1849, para aprender ofício fora do estabelecimento. Ainda assim, a Casa era "sombria e úmida, com alcovas e berços comprimidos uns aos outros, a nova sala terminou por ser um verdadeiro túmulo para os recém-nascidos que lá esperariam uma mãe de criação".[95]

Na edição publicada no dia 10 de junho de 1848, *O Noticiador Catholico*, "periódico consagrado aos interesses da religião", não poupou elogios às ditas instituições movidas pela religião, em especial às irmãs da Associação Vicente de Paula e o Asilo dos Expostos. A partir de uma visita que fizeram aos "Orfãozinhos da Santa Casa", foi escrito o seguinte texto:

---

[92] Para saber mais sobre o Recolhimento para mulheres, ver: SILVA, *Porta adentro*...
[93] DAMAZIO, *Tombamento dos bens immoveis*..., p. 60.
[94] ASCMBA. Livro dos expostos que voltaram de criação. 1847. Est. H, Nº 1213, fl. 1.
[95] MATTOSO, *Bahia: a cidade de Salvador*..., p. 156.

> Sim foi a Religião quem inspirou ao homem a ideia de estabelecer casas, formar instituições que fossem ao encontro da desgraça, do desvalimento e do desamparo. E quem, senão ela, poderia inspirar a uma S. Vicente de Paula, a ideia sublime de arrebanhar donzelas, que cheias de uma nobre dedicação, além de seus outros encargos, se tornassem as mães carinhosas de filhos enjeitados? [...] Muitas vezes nos haviam falado d'esses inocentes protegidos e amparados pela Misericórdia. [...] Mas, não nos contentamos, quisemos julgar por nós mesmos da grandeza d'essa obra pia, e de como era ela executada. Oh! que mal sabíamos nós que sentimentos nos despertaria a nossa curiosidade. Visitamos o estabelecimento dos enjeitados e verdadeiramente ficamos arrebatado. Pouco tempo estivemos entre estes anjinhos do Senhor, mas foi ele bastante para inspirar-nos estas linhas.[96]

O periódico elogiava o "amor" das recolhidas empregado no ato de tomar conta dos "filhos" da Misericórdia e da "mão caridosa" das irmãs de caridade que a religião enviou em seu auxílio. Na prática, a irmandade se queixava de não ter verba para contratar pessoal para cumprir esta tarefa. Foi registrada a presença de 25 meninos e 35 meninas, entre os quais estava Emilia, "uma carinha bochechuda, bela, alegre", cujo sobrenome, quando perguntado, é o de seu benfeitor, "daquele cristão que lhe deixou preparado aquele asilo".[97] O cristão em questão era o Capitão João de Mattos Aguiar, o "leviatã financeiro da Bahia colônia", como definiu Russel-Wood. Nascido em Ponte de Lima, situado na região norte de Portugal, o Capitão possivelmente veio ao Brasil para ajudar a administrar a fazenda de açúcar do seu tio, João de Mattos, em Piritiba.[98] Ao longo de sua vida, João de Mattos Aguiar ocupou cargos importantes na administração da Misericórdia: foi tesoureiro entre 1669 a 1670; escrivão entre 1674 a 1675; chegando ao cargo de provedor entre 1684 e 1685, apesar de não ter nascido nobre. O benfeitor da irmandade faleceu no dia 26 de maio de 1870, deixando uma enorme quantia testamentária para a Santa Casa.[99]

---

[96] BNB. *O Noticiador Catholico*, 10 jun. 1848, Ano 1, n. 3, p. 19. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709786&PagFis=26>. Acesso em: 10 de abril de 2015.
[97] Idem.
[98] RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e filantropos*, p. 70.
[99] COSTA, Paulo Segundo da. *Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, Editora Contexto e Arte Editorial LTDA, 2 ed. Salvador, 2010, p. 21.

Ao final do texto uma pequena ressalva foi direcionada ao Provedor: "Contudo, bom seria que a solicitude do sr. Provedor, e Meza, concedesse aos seus filhos, alguns passeios, onde pudessem eles respirar o ar livre, tão necessário aos meninos".[100]

Compreendiam-se, à época, que os espaços de clausura eram de fato lugares destinados ao gênero feminino. Dessas palavras também podemos supor que o texto estivesse se referendo às péssimas condições das salas sem circulação de ar. Surpreendentemente, o responsável pelo jornal era o então arcebispo e provedor da Santa Casa, D. Romualdo Antônio de Seixas, o mesmo responsável pela reforma ocorrida 1847! O jornal possuía o interesse em ressaltar uma imagem de benevolência da Santa Casa. Portanto, uma instituição que vivia de juros e empréstimos, mas que também gozava de doações, fossem em vida ou a partir de herança testamentária, obviamente, utilizava a imprensa como forma de mostrar os seus feitos para aumentar seu prestígio. Ao que tudo indica, tratava-se muito mais de promover a imagem do Arcebispo da Bahia, e da própria irmandade, do que constatar a necessidade de mudanças significativas no funcionamento do local.

Agostinha foi criada nos limites do pequeno cubículo situado nas proximidades do antigo Recolhimento Santo Nome de Jesus, onde aprendeu a ler e escrever. Aos treze anos, a exposta foi transferida para o recém-inaugurado Asilo dos Expostos, em 1862. Sem dúvidas, a criação do Asilo representou um passo importante para melhorar o acolhimento e mesmo que não tenha resolvido o problema sanitário, fez diminuir significativamente os índices de mortalidade infantil. Quando Agostinha completou 21 anos, em 1870, a Mesa administrativa da Santa Casa recebeu uma petição de Joaquim Romão da Silva, solicitando permissão para se matrimoniar com a exposta. O casamento foi simples e o noivo recebeu 400$000 (quatrocentos mil réis), conforme era estabelecido pela Santa Casa.[101] Podemos dizer que a história de Agostinha foi bem sucedida dentro dos "limites" e destinos possíveis na vida das órfãs e das perspectivas da Misericórdia.[102] Mas, os laços entre a irmandade e a não terminaria com o casamento.

---

[100] FBN. *O Noticiador Catholico*. 10 jun. 1848, Ano 1, n. 3, p. 20.

[101] Encontramos o nome do falecido marido, Joaquim Romão da Silva, em requerimento feito junto à Mesa administrativa da Misericórdia, em ata do dia 22 de janeiro de 1870, pedindo a permissão para casar com a exposta. Cf. ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A19, Est. H, 1857-1875, fl. 208.

[102] Esta afirmação sobre Agostinha é rechaçada pelo fato de a exposta não ter sido "alugada" para serviços domésticos externos antes de se casar. Veremos no terceiro capítulo que estas relações eram marcadas pelo controle e submissão

O dia 9 de maio de 1881, ao que parece, jamais saiu das lembranças de outro pequeno exposto, Serapião Romão da Silva Mattos. Não bastasse o falecimento do seu pai, o menino de 6 anos foi levado por sua mãe para o Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.[103] Em seu regimento, o Asilo se prestava a receber apenas crianças na mais tenra idade. Em Salvador, havia outras instituições como o Colégio de Órfãos de São Joaquim que recebia meninos em idades mais avançadas. O sobrenome de Serapião era uma homenagem ao já citado capitão João de Mattos Aguiar, mas a criança chegou ao Asilo já batizada. Além disso, outro fato curioso é que o escrivão fez o seguinte registro: "sabe ler e escrever". Digamos que este domínio era uma característica pouco habitual para uma criança pobre da mesma idade. Também não há qualquer documento sobre o horário de ingresso de Serapião no Asilo. O que sugere que o exposto tenha entrado pela porta da frente. Como não entrou pela Roda, acredito que sua exposição tenha ocorrido durante o dia. A morte do pai da criança foi o que motivou o seu abandono. Serapião permaneceu no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia até completar 13 anos, quando teve seus "serviços" alugados para Felix Marques da Silva, como aprendiz de ofício de maquinista. O contrato era válido por cinco anos, isto é, até o exposto completar a maioridade. Nesse tempo, a Santa Casa recebeu 12$000 (doze mil réis) mensais que foram guardados e divididos com Serapião depois do seu desligamento da instituição.[104] Serapião era filho de Agostinha Ermes de Mattos e o falecido Joaquim Romão da Silva. Agostinha possuía algumas habilidades como a costura e a arte de fazer quitutes, o que lhe poderia garantir o sustento, mas, essa mãe sabia das dificuldades para garantir o sustento do filho o ensinar-lhe uma profissão. Salvador era uma cidade marcada pela prosperidade de alguns e por muitas desigualdades sociais. A vida das mulheres que dependiam apenas de si não era fácil. Embora limitadas por uma cultura misógina e conservadora, a circulação feminina, sobretudo as das mulheres das camadas pobres, não se resumiam à dependência do marido e ao claustro. Isso não as impediam de circular por vastos espaços sociais. Fossem nas ruas, nas lavouras ou no comércio informal, estas mulheres "se alternavam e se sobrepunham ao convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fimbrias da escravidão e do comércio livre".[105]

---

[103] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 88. Cf. ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 60.
[104] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 60.
[105] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19. Ver também: Alberto Heráclito Ferreira Filho, *Salvador das mulheres*: condição

Agostinha seria desamorosa depois de proporcionar educação formal e domínio da escrita e leitura ao seu filho? É preciso lembrar que as mulheres que enjeitaram seus filhos foram taxadas de mães "desamorosas" e "ingratas".[106] Creio que Agostinha tenha enxergado na Misericórdia, assim como outras mães, uma forma de garantir o sustento, educação e profissão para o seu filho. Os dados apresentados por Venâncio revelam um importante contingente de 20% das famílias que utilizaram a Santa Casa como estratégia de criação temporária.[107] Portanto, temos duas gerações de famílias que fizeram parte da maior organização acolhedora de crianças em situação de vulnerabilidade social do Brasil, até o final do século XIX. Do ponto de vista estrutural, a criação do Asilo dos Expostos representou avanço e organização na política de acolhimento infantil. A criação do Asilo representou a principal diferença entre o período que Agostinha e Serapião viveram sob a tutela da Misericórdia. Não foram encontrados documentos que indicassem o acompanhamento da mãe na formação de seu filho. Mas, é possível que Agostinha tenha assimilado padrões de comportamentos desejados pela Santa Casa que lhe garantiu acesso às dependências da irmandade.

Outras histórias semelhantes demonstraram que os homens também utilizaram das mesmas estratégias alçadas por Agostinha. João Nepomuceno, "pardo", acolhido pela Santa Casa em 1841, passou cinco anos em criação fora da irmandade. Em seu retorno, João foi educado na Casa dos Expostos em Educação, onde permaneceu por mais três anos. Em 1850, o mestre funileiro José de Arvellos Bottas levou o exposto para aprender o seu ofício.[108] Na década seguinte, João retornou ao seu antigo lar para enjeitar o próprio filho. O menino foi batizado com o mesmo nome e sobrenome do pai, o que pode ser interpretado como indício das intenções do pai em reaver a guarda do filho. Após o menino completar 12 anos, o pai escreveu uma petição solicitando a retirada do filho do Asilo para ensinar-lhe ofício.[109] Essa idade era considerada o início da vida produtiva no século XIX. Não pude averiguar os motivos que geraram este abandono. Pela ausência da mãe no ato da assinatura do contrato de desligamento do exposto, é possível que João Nepomuceno fosse viúvo.[110] No dia 10 de março de 1876,

---

feminina e cotidiano popular na *Belle Époque* imperfeita. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

[106] Essas foram apenas algumas das designações utilizadas pelos irmãos da Santa Casa para se referir a estas mulheres. Este trecho foi retirado de uma passagem do livro escrito pelo escrivão da Misericórdia Antonio Damazio. Cf. Damazio, *Tombamento dos bens immoveis...*, p. 59.

[107] Venâncio, *Famílias abandonadas*, p. 85.

[108] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. 1851, Est. H 1214, fl.1.

[109] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 43.

[110] Foram poucos os episódios em que o pai retornava ao Asilo para retomar a tutela da criança.

filho e pai se reencontraram para assinar o *Termo de saída do menor João Nepomuceno*.[111] O documento revela que o pai iria ensinar o ofício de maquinista para o seu filho. O provedor mandou dizer que "a Santa Casa se servirá o direito de fiscalizar o tratamento que receber o dito menor [...] enquanto não lhe der alta definitiva".[112] O contrato era uma forma de garantir que o pai cumprisse com as obrigações de educação do filho, caso contrário, o provedor tomaria a tutela no órfão novamente. Outros exemplos também expressam a consciência das famílias sobre as possibilidades de se recorrer à Roda e ao Asilo. O caso da recolhida Maria da Gloria é um desses. A própria exposta Maria entrou com pedido junto à provedoria da Santa Casa pedindo o seu desligamento:

> Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e seis [...] compareceu a exposta Maria da Gloria, e disse que tendo obtido o despacho de 23 do corrente que se lhe permitia sua retirada do Asilo dos Expostos, para viver em companhia e sob proteção de sua mãe Bernardina Francisca de Nazareth, vinha assinar este termo, ficando de hoje para sempre desligada da Santa Casa.[113]

Na maioria das vezes, as mães entravam com petição para poder retirar seus filhos da proteção do Asilo, porém, Maria da Gloria era maior de idade e por isso foi ouvida e assinou o acordo.[114] Tudo indica que o enjeitamento praticado por Bernardina foi motivado pela pobreza, porque a exposta recebeu o dote a que tinha direito. Quando a Misericórdia avaliava que os pais possuíam recursos financeiros, o dote era negado. É possível crer que Maria e Bernardina tivessem mantido contato durante o tempo que a exposta viveu sob a guarda da Santa Casa. Conforme os exemplos acima, podemos imaginar que, uma vez devidamente formada nas tarefas ditas "do sexo", a filha poderia somar financeiramente e juntar forças com sua progenitora para trabalhar e garantir a sobrevivência de ambas.

A Roda da Santa Casa recebeu crianças indiscriminadamente ao longo dos séculos. Às vezes, as famílias não enjeitavam a criança diretamente na roda e optavam por abandonar seus filhos na porta de autoridades públicas ou membros da instituição. No dia 21 de novembro de 1851, o Subdelegado da Penha, Carcolino Alvez de Souza,

---

[111] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 23.
[112] Idem.
[113] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 22.
[114] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 43.

encontrou uma criança parda em sua porta "parecendo ter mais de 11 meses". No mesmo dia a menina foi entregue à Roda e recebeu o nome de Ignes.[115] De certa forma, algumas famílias resistiram aos usos da Roda, já em outras, o seu uso parece ter ocorrido de maneira consciente como estratégia das famílias que a conhecia. A morte de um dos pais poderia ser o suficiente para que fosse tomada a decisão de enjeitar a criança, como fez Joanna Tolentino de Freitas, viúva de Nicoláu Tolentino de Freitas, ao enjeitar seus dois filhos no dia 22 de agosto de 1878. Joanna retornou dez anos depois para retomar a guarda de seus filhos. Na época da devolução, os irmãos Demetrio e Pedro Tolentino de Freitas possuíam respectivamente 13 e 12 anos. Joanna recebeu seus filhos no dia 10 de dezembro de 1888, em idades que já podiam ser aproveitados no mercado de trabalho.[116]

1.4 Sexo e raça das crianças acolhidas

A mudança no perfil racial das crianças atendidas pela Santa Casa nos leva a crer na existência de uma dinâmica de acolhimento ligada às mudanças populacionais de Salvador. Pelo menos até o século XVIII, o percentual de crianças brancas chegou a representar 60,1% dos bebês recolhidos pela Santa Casa. É verdade que nem todas as pessoas brancas que recorriam ao enjeitamento eram abastadas, porém isso não exclui a prática do abandono por "deslizes morais", isto é, crianças geradas fora do casamento. No século XIX, o panorama mudou e acompanhou a miscigenação da sociedade brasileira, sobretudo em Salvador, as crianças mestiças foram maioria entre os acolhidos. O discurso diante da representação do enjeitado também se transformou, passando de *anjinhos* (termo usado para recém-nascidos, sobretudo quando mortos) que deveriam ser salvos a filhos de *raças degeneradas*. O principal motivo foi desta mudança foi a introdução das teorias do racismo científico no Brasil, depois de 1870.[117] As órfãs, antes minoria entre os enjeitados, se tornaram maioria entre a população interna da Misericórdia ao longo de todo o século XIX. Enquanto isso, as crianças "de cor" (pardos, cabras, mulatos, crioulo, etc.,) ultrapassaram os (as) expostos (as) de cor

[115] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº 1214, Est. H, 1851, p. 2.
[116] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 70. O termo de entrega das duas crianças relata que se tratava do enquadramento do Artigo 47 do Regulamento do Asilo dos Expostos. Também ficou acordado que a mãe deveria apresentar a criança de seis em seis meses para completar sua educação primária e aprender algum ofício.
[117] Cf. SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças*, p. 43.

branca no mesmo período. De 1758 a 1762, passaram pela Roda 226 meninos e 158 meninas. Entre 1801 a 1850, a 2.101 meninos foram acolhidos, contra 2.228 meninas.[118] O equilíbrio se manteve em 1870, com 505 meninos e 566 meninas.[119] Em relação aos perfis de cor, no total, incluindo meninos e meninas, as crianças "crioulas" saltaram de 3,7% para 12,0%, enquanto os de "cor parda" foram de 44,0% para 69,7%, entre 1850 a 1870.[120]

Estes dados condizem com os números totais do crescimento da população de Salvador.[121] Todavia, não é uma tarefa fácil explicar o acréscimo da população feminina que ingressou pela Roda no século XIX. Descartamos a hipótese de este fato ter sido motivado pela existência de outras instituições voltadas para o acolhimento de crianças do sexo masculino, pois havia outras instituições que acolhiam crianças a partir dos sete anos. Parece tentador creditar essa mudança a uma simples variação de natalidade, em que o maior índice de crianças do sexo feminino tenha repercutido no número total das meninas enjeitadas, mas esta hipótese não se sustenta. Também não acredito que valia mais a pena manter a criança do sexo masculino junto à família por representar uma força de trabalho para ser usada posteriormente. Ora, diante de muitos abandonos motivados pela miséria, os custos de se criar uma criança, mesmo que fosse um menino, era muito alto.

Venâncio adverte que algumas crianças eram "escolhidas" para ingressarem à Misericórdia. Se seguirmos esta lógica, de que a escolha se deu em momentos diferentes e dialogou com a problemática da época, podemos acrescentar duas preposições ao argumento. A Santa Casa parece ter se especializado em acolher meninas através de uma demanda externa. E, por isso, a maior parte de seus documentos detalharam em demasia as normas em torno do acolhimento do público feminino.[122] O abandono infantil muitas vezes ocorria nas portas das casas e nos mais diferentes lugares. Uma

---

[118] Venâncio, *Famílias abandonadas*, 47.
[119] Idem.
[120] Ibidem, p. 47-48.
[121] Recenseamento do Brasil em 1872: Bahia. População considerada em relação às idades. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2015. .Recenseamento do Brasil em 1872: Bahia. População considerada em relação às idades. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2015. .Recenseamento do Brasil em 1872: Bahia. População considerada em relação às idades. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2015.
[122] A documentação do Asilo dos Expostos aponta nitidamente para certa especialização na tutela das moças. Isso pode ser observado desde a riqueza de detalhes no Regulamento dos Expostos, aos contratos de trabalho meticulosos assinados pelas moças. Da mesma forma que podemos observar o tempo em que estas meninas passaram sob sua guarda. No decorrer deste trabalho o leitor perceberá perceber as mais diversas especificidades na criação e formação das meninas.

vez que os bebês brancos do sexo feminino foram maioria entre estes órfãos (em tempos do aumento da população de cor total ou de enjeitados), é plausível supor que o claustro e os princípios religiosos ali ensinados se enquadravam nos padrões pensados para as mulheres brancas. Não forçaremos com insinuações sobre a decodificação da importância do acolhimento pelas mães brancas. É preciso relativizar também a noção de "naturalização" do lugar social da mulher branca em uma sociedade hierarquizada racialmente. Isso porque a classe social também ditava os padrões comportamentais.

É provável que todos estes fatores tenham influenciado de alguma forma no aumento do acolhimento de bebês do sexo feminino e no prolongamento do período em que as mulheres permaneciam tuteladas. O argumento de Luciana Gandelman reforça a hipótese sobre a "especialização" da Santa Casa em acolher meninas. A autora afirma "haver uma maior população feminina entre os assistidos por uma determinada instituição, mas igualmente a tendência final das instituições a se especializarem exclusivamente na assistência feminina".[123] Esta interpretação é creditada a questões como trabalho e autonomia, a partir de demandas objetivas nas vidas destas mulheres "por auxílio na condição de trabalhadoras não qualificadas, cujos ganhos eram menores que dos homens, isso quando tinham alguma renda, impossibilitando, em certos casos, a sobrevivência autônoma".[124] No *Mapa dos Expostos* referente ao triênio nos anos inaugurais do Asilo dos Expostos, entre os anos de 1862 a 1864, observamos os padrões de ingresso dos internos pela Roda e os que foram mantidos no Asilo.

Tabela 2 - Cor e sexo dos Expostos acolhidos pela Roda e enviados para o Asilo dos Expostos (1862-1864)

Sexo	**Branco**	**%**	**Pardo**	**%**	**Cabra**	**%**	**Crioulo**	**%**
Masc.	9	17,64	11	21,5	3	5,8	_	_
Fem.	8	15, 7	17	33,3	2	3,9	1	0,5
Total	**17**	**33,3**	**28**	**54,9**	**5**	**9,8**	**1**	**2,0**

Fonte: ASCMBA. Mapa demonstrativo dos Expostos de 13 de março de 1862 a 20 de junho 1864. Documento avulso, Cx. 21.

[123] GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um império:* órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto- século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005, p. 58.
[124] Idem.

A quantidade de pardos não destoa de outras pesquisas que indicaram o maior contingente de crianças com essa classificação. Muitas vezes a designação da criança como cabra era ainda mais subjetiva, por outro lado, crioulo denotava pele negra. A proporção entre a população branca e não branca mantida no Asilo dos Expostos nos primeiros anos de sua fundação é ainda mais surpreendente, superando a população parda no que diz respeito ao total do público feminino por cor.

Tabela 3 - Cor e sexo dos expostos mantidos no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, em 30 de junho de 1864

Sexo	Branco	%	Pardo	%	Cabra	%	Crioulo	%	Indígena	%
Masc.	10	40%	10	40%	4	16%	1	4%	_	0
Fem.	66	42,5%	63	40,6%	12	7,7%	13	8,4%	1%	0,6
Total	**76**		**73**		**16**		**14**		**1**	

Fonte: ASCMBA. Mapa demonstrativo dos Expostos de 13 de março de 1862 a 20 de junho 1864. Documento avulso, Cx. 21.

A entrada de crianças registradas como indígenas é quase invisível e só aparece esporadicamente em registros trimestrais. A primeira impressão é de que as meninas foram abandonadas em maior quantidade às portas do Asilo. Isso se repete quando analisado os dados entre 1863 a 1894. As meninas de cor branca representaram 42,5% dos indivíduos do sexo feminino, enquanto os meninos brancos representaram 40% do público masculino. O percentual de crioulos sempre esteve em terceiro lugar no quadro geral, tanto para os meninos, quanto para as meninas. A população parda que ingressou no Asilo Nossa Senhora no triênio acima é ligeiramente menor que a entrada de brancos. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX, a população parda do Asilo foi superior ao número de brancos. O registro de acolhimentos do Asilo por cor/raça cabe no debate de classe porque ambos acompanham as transformações na dinâmica de acolhimento.

Ao contrário do que a historiografia indicava, muito além dos deslizes morais da população branca, a pobreza foi importante para a decisão das famílias bancas enjeitarem seus filhos. Além disso, as famílias consideradas “mestiças” cada vez mais

procuraram o recurso da Roda.[125] A emancipação da população e a miscigenação em uma Salvador resistente a inserção do trabalho livre, impôs a essa crescente população muitas dificuldades e criou situações em que o enjeitamento tornou-se imperativo.

Como já destacamos, a cor era um critério de identificação fortemente utilizado. Observa-se, porém, na documentação relativa às décadas de 1870 a 1880, que surgiram novas formas para designar a cor da pele das crianças. Existe um número considerável de matrículas sem registros de cor que surgiram entre o final da década de 1880 e os anos 1890, indicando que estes desígnios ficaram obsoletos. É preciso ressaltar o uso da cor como critério para manter relações de identidade. A classificação da cor também operava como critério que poderia garantir melhores condições de trabalho ao exposto.[126]

Para as primeiras décadas do século XX, Andréia Rodrigues afirma que "após a abolição do trabalho escravo e a proclamação da República, o Asilo dos Expostos manteve a cor como critério de identificação das crianças".[127] Ao observar os livros de registros de entrada de expostos, a historiadora notou que apenas 0,8% dos expostos tinham a cor ignorada.[128] É preciso relativizar esta afirmação sobre a manutenção dos critérios de cor utilizados pela Santa Casa de Salvador no século XIX, ao menos em termos de quantidade e características.

Pelo menos, de 1862 até a década de 1870, os critérios raciais se mantiveram praticamente os mesmos. Porém, desde a década de 1880 até o final do século XIX, a classificação racial nas matriculas de expostos começaram a se transformar, inclusive surgiram matrículas em que a cor deixou de ser anunciada. De 1891 a 1894, o número de expostos registrados com a cor ignorada chegou a 54, mais que o dobro das matrículas em que a cor aparecia.

Tentarei demonstrar que, apesar da continuidade da classificação racial realizada pela Misericórdia, ocorreram mudanças significativas nos critérios de cor, sobretudo de meados de 1885 até década de 1890. A tabela abaixo nos dá uma ideia sobre o perfil da classificação racial da Misericórdia:

---

[125] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 50.
[126] Esta temática será abordada no terceiro capítulo deste trabalho.
[127] RODRIGUES, *Infância esquecida*, p. 132.
[128] Ibidem, p. 133.

Tabela 4 – Matrícula de Expostos por cor no Asilo dos Expostos (1870 a 1894)

Ano	Branco	Crioulo	Cabra	Pardo	Pardo claro	Pardo escuro	De cor	Cor preta	Ignorado
1870 a 1880	38	5	10	51	1	2	-	-	34
1881 a 1890	10	9	1	24	3	6	2	1	19
1891 a 1894	8	1	1	11	1	4	-	-	54
Total	**56**	**15**	**12**	**86**	**5**	**12**	**2**	**1**	**109**

Fonte: Matrícula e Serviço dos Expostos. H 1216, 1870 a 1894.

Apesar dos erros na documentação, a tabela acima mostra que o número dos registros de cor ignorados nas matrículas dos expostos superou os demais registros onde a cor aparecia. Além destas formas oficiais de classificação racial, existiam outras denominações como “pardo escuro”, “pardo claro” e “cabra de cor escura”. A partir da década de 1880, ocorreu o desaparecimento de alguns atributos anteriormente destacados nas matrículas dos expostos até a década de 1870, como a ‘cor’ e os traços físicos. Descarto a hipótese de ter havido casos de displicência do escrivão, na maior parte dos registros. Creio que a mudança no regime escravista arrolou-se sobre o desaparecimento da ‘cor’ nas últimas décadas do século XIX, retornando nas primeiras décadas do século XX.

Para compreender melhor essa discussão, é preciso analisar os diferentes significados e usos da “cor” como atributo de diferenciação. Para Hebe Mattos, até meados do século XIX, um dos mais importantes atributos para definir um sujeito era o uso da sua “cor”.[129] A cor negra, por exemplo, poderia significar sinônimo de escravo ou liberto (chamado de preto forro). Da mesma maneira, a autora explica que os pardos geralmente eram duplamente qualificados como pardo cativo, livre ou forro. Quando classificado como livres, o termo “cor parda” era reduzido ao sentido de mestiço ou mulato. Já para o homem livre, esta referência ganhava contornos para defini-los como

[129] MATTOS, *Das cores do silêncio*, p. 107.

‘não brancos’. Ser considerado como branco indicava incondicionalmente a condição de liberdade.[130]

Hebe Mattos afirma ainda que, diante do quadro de mobilidade escrava na segunda metade do final século XIX, houve, gradativamente, o desaparecimento de balizas sociais clássicas ligadas à cor. De “todo esse processo, o fator cultural mais significativo é, entretanto, o desaparecimento da cor branca como critério de cotidiano de diferenciação social”.[131] Suas hipóteses são de que a pigmentação não representava apenas níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição social eram indissociáveis.[132] Os argumentos da autora são importantes e nos servem como ponto de reflexão para investigar como funcionava o sistema de classificação racial da Misericórdia, ao longo do século XIX. No entanto, é preciso que se faça ressalva no que diz respeito à generalização do modelo proposto pela historiadora, a fim de não tomá-las como interpretações generalizantes para todas as localidades em diferentes instituições. Tentarei demonstrar a seguir como os critérios de cor foram operados no Asilo dos Expostos. Percebo que os critérios raciais ora desapareciam ou emergiam de acordo com determinadas situações. A primeira impressão é de que as avaliações dos irmãos da Santa Casa tenderam a enegrecer os expostos a cada classificação.

Os critérios de classificação são confusos. Ao avaliar a documentação referente aos expostos do sexo masculino que retornavam de criação para a Casa da Roda, percebemos exemplos de mudanças na “cor” dos enjeitados que os enegreciam. Jacintho Maurilho de Mattos foi classificado anteriormente como branco pela mulher que trabalhava como regente da Roda, logo em seguida o Mordomo da Casa dos Expostos colocou observação em sua ficha: “posto que parece pardo”. O mesmo ocorreu com Alexio Emiliano de Mattos, anteriormente dado como “cabra”, antes de ser entregue a Anabete Maria para amamentá-lo pelo período de três anos, em seguida, o Mordomo escreveu que o órfão era, de fato, “crioulo”.[133]

Nos chama atenção o sumiço de expostos matriculados como “crioulos” no último período observado. Não acredito que as famílias listadas como “crioulas” deixaram de abandonar seus filhos. É possível que uma parte dessas crianças tivesse suas representações de cor ignoradas, ou, ainda, em menor parte, possivelmente foram

---

[130] Idem.
[131] Ibidem, p.107-108.
[132] Ibidem, p. 111.
[133] ASCMBA. Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H, 1847-1858, fl. 2.

deslocadas para outras terminologias. A questão racial é complexa e subjetiva, pois leva em consideração o olhar dos funcionários da Santa Casa e os critérios mudam ao longo do tempo.

Parece ter ocorrido também outra variação nas últimas décadas no século XIX, surgindo simplesmente o termo "de côr", sem uma denominação posterior que, provavelmente, foi adotada como uma espécie de "guarda-chuva" conceitual para se referir aos não brancos. Estes foram os casos de Asteria de Mattos Anna Maria de Mattos, registradas em 1887 com a seguinte denominação: "de côr".[134] Outra mudança aparente é notada no repertório para definir uma criança negra: se antes o exposto era denominado como "crioulo", no final do século é possível observar a adição do termo "côr preta". Podemos notar isso nas matrículas de Francisco de Mattos,[135] de 23 de abril de 1888, e João Crisostomo, de 29 de abril de 1889;[136] o primeiro com 13 anos e o segundo 12 anos, respectivamente, registrados como sendo "de côr preta".

A construção do sistema de classificação étnico-racial da Roda dos Expostos funcionou como uma espécie de "etnogênese local" que iniciava a partir do período que a criança era recebida pela Roda e continuava depois do seu retorno da casa da ama de leite.[137] O registro do órfão Sabrino ajuda a pensar o modelo de classificação racial da Misericórdia. Sabrino, exposto no dia 29 de outubro de 1863, recém-nascido, foi classificado pela funcionária da Roda dos Expostos como "pardo escuro", anos mais tarde, depois de ser "dado a criar", foi "reavaliado" pelo escrivão que o definiu como "cabra".[138] A classificação dos recém-nascidos era mais difícil, talvez daí a criança recebesse outra "avaliação" racial. A classificação é marcada por incertezas, como no exemplo do órfão Fiel Constantino de Mattos que foi acolhido no dia 9 de maio de 1857: foi "exposto às 5 horas da Manhã um menino recém-nascido, <u>pardo é o que parece ser</u>; [...]".[139] Finalmente, é preciso destacar que a categoria racial de maior 'mobilidade' é a "cor parda", isto é, identificação como categoria intermediária que causava variações constantes.

Nesta ordem de ideias, uma questão ainda mais delicada emerge: ao longo de suas trajetórias, as meninas apresentavam sinais muito mais detalhados como características fenotípicas, como a cor do cabelo, o formato dos olhos e a estatura,

---

[134] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 52.
[135] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 99.
[136] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 100.
[137] SANTOS, De pardos disfarçados..., p. 115-137.
[138] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 41.
[139] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Estante. Nº 1214. Est. H, fl. 49. (***Grifo nosso***)

enquanto os meninos apresentavam apenas a definição de cor. A matrícula de Antonia Maria consta as seguintes informações: "parda [...] estatura regular, corpo cheio, cabello ondulado, olhos pequenos e pretos, tem uma cicatriz do lado esquerdo do pescoço, por baixo do maxilar".[140] Apesar de convidativa, não pude desenvolver um levantamento sobre esta temática. Mas, acredito que havia pelo menos dois sentidos que guiavam esta tradição. Em primeiro lugar, as anotações sobre os traços físicos serviam como referência racial; em segundo plano, o ato de se registrar detalhes como cor os olhos, estatura, características do corpo, e cabelos fazia parte da naturalização das relações de gênero, cuja prática de expor estes detalhes, de certa forma, se articulava a padrões do que deveria ser a beleza feminina na época. Finalmente, a primeira preposição parece mais frágil uma vez que foram raros os registros tão detalhados dos meninos. Nestes eventos raros, apenas os meninos de cor branca traziam detalhes além da cor.

A categorização racial usada pela Misericórdia vem do período colonial e o perfil da população atendida mudou independentemente das eventuais manipulações da cor dos órfãos. O Regulamento do Asilo nos dá indícios das ferramentas utilizadas para compor a análise racial dos expostos: utilizava um livro "para registro especial dos expostos que trouxerem recomendações e sinais designados". Neste livro eram escritas todas as particularidades das crianças, "sinais naturais e postos, indicados e não indicados".[141] O formato dos lábios e nariz, bem como o tipo do cabelo era importante na confrontação posterior.

Dessa forma, a classificação do exposto variava a partir do contato com os olhos de quem o classificava. Ao longo de dois séculos, entre o século XVIII e o XIX, tanto em Portugal como no Brasil, a forma de classificação das crianças abandonadas sofreu pequenas mudanças, mas não de maneira radical. No entanto, as ideias que nortearam as concepções de cor, sim.

Em geral, a regente responsável pela Roda recolhia os pertences das crianças e anotava no *Livro dos Expostos* a cor, sexo, sinais, indumentária e os bilhetes que acompanhavam os recém-nascidos. Investigar os critérios de classificação racial associada aos significados simbólico contido nos pertences dos ingressos é pertinente, entretanto, nem sempre o resultado faz jus às nossas ideias pré-concebidas. Não é possível associar a classificação de cor instintivamente com a indumentária, como explica Jocélio Santos:

---

[140] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 7.
[141] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, fl. 6.

> Portanto, penso que a indumentária é um elemento que não deve ser descartado no sistema de classificação da cor dos expostos. Poderia dizer que a vestimenta circundava algumas definições das cores. Mesmo levando em consideração que a maioria dos enjeitados era pobre, não devemos pensar que a indumentária trazida pelas crianças indicava uma imediata leitura de sua classificação de cor, pois, roupas velhas não eram exclusivamente de mulatinhos, cabrinhas ou crioulinhos, e uma maior quantidade de peças não se resumia aos brancos.[142]

Em sua chegada à Misericórdia, as crianças eram observadas segundo suas características físicas e suas roupas. Assim como Jocélio Santos observou, não encontramos informações suficientes para relacionar o tipo de pertences e sua quantidade aos critérios de cor utilizados. Porém, é preciso fazer uma pequena ressalva nesta afirmação, uma vez que, em alguns casos, a discrepância dos pertences, bem como a qualidade dos tecidos podem ter influenciado nos critérios das pessoas responsáveis pelos registros.

Os exemplos abaixo das expostas Bernarda de Mattos e Amancia de Mattos mostram os detalhes da indumentária que acompanhava a criança:

> Pelas 3/2 horas da noite, foi exposta na Roda do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, uma menina parda com alguns meses de vida, em bom estado de saúde. Esta menina trouxe uma camisa de chita cor de rosa e uma coberta vermelha.[143] Pelas 8 horas da noite foi exposta da Roda de N. S. da Misericórdia uma menina crioula recém-nascida em bom estado de saúde, trouxe os seguintes objetos: 1º Camisa de madrasto; 2º Coeiro; 3º Tira de chita servindo de cinto; 4º Touca de lã azul.[144]

Em muitos casos o símbolo por trás dos objetos poderia influenciar a classificação racial realizada pela mulher encarregada desta tarefa. Se os casos de Bernarda, “parda”, e Amancia, “crioula”, não resolvem esta equação, visto que a crioula chegou à Roda com um número maior de objetos. Sem exceção, a documentação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia referente aos órfãos pautava a cor, assim como os documentos da Polícia de Salvador. As características físicas dos expostos possuem

---

[142] SANTOS, *De pardos disfarçados...*, p. 121.
[143] ASCMBA. Livro Roda dos Expostos. Nº8, Est. H. fl. 6.
[144] ASCMBA. Livro Roda dos Expostos. Nº8, Est. H. fl. 7.

riquezas de detalhes que não podem ser vistas como registros desprovidos de sentido. Não podemos nos esquecer de que a *racialização* presente na sociedade brasileira, intensificado do final do século XIX, buscou construir lugares raciais como forma de inclusão e/ou negação da cidadania. Esta questão ganhou espaços nos debates políticos no Império e na República, como demonstrou a historiadora Wlamyra Albuquerque.[145] As noções hierárquicas de cor baseada a partir da subjetividade das pessoas, na tentativa de embranquecer ou escurecer determinados sujeitos, foi uma ferramenta usada no Asilo dos Expostos.

Não é de se estranhar que uma irmandade fortemente inserida na sociedade soteropolitana tenha utilizado as representações raciais presentes à época. Todavia, ao cumprir tal tarefa ao longo dos séculos, a Misericórdia parece ter se especializado em realizar seus próprios critérios de classificação. Os métodos para atribuir a cor dos bebês e crianças mais crescidas levaram em consideração os traços físicos supracitados. A subjetividade e o vasto repertório de cores foram peças importantes para compor o repertório racial dos irmãos da Santa Casa. Jocélio Santos questiona até que ponto "a cor branca poderia levar a dúvida com a cor parda". Ele acaba por notar a existência de uma terminologia oficial no Brasil colonial. O autor nota a existência de trinta categorias como "pálido", "pardo disfarçado", "trigueiro", "escuro", além das "oficiais", como: "branco", "cabra", "crioulo" e "pardo". Para Santos, com exceção de "crioulos", todas as outras categorias podiam compor qualquer repertoria de classificação.

Alguns exemplos expressam as categorias raciais utilizadas pelos escrivães da Santa Casa. A exposta Maria Hermilia de Mattos foi acolhida em 1855, mas em 1870 os funcionários do Asilo ainda tinham dúvidas sobre a sua cor. Na matrícula de Maria havia o seguinte registro: "é parda escura, negra, de estatura pequena".[146] Não temos como descobrir, mas, talvez uma eventual relação empática, bem como conturbada, entre determinado exposto e o Mordomo poderia interferir na confrontação de sua classificação racial.

A compreensão das categoriais raciais usadas no Asilo era o espelho de uma sociedade marcada pela hierarquia sociorracial. De modo geral, a própria Institucionalização infanto-juvenil foi marcada pela lógica das relações escravistas e raciais. No entanto, o mais importante de toda essa discussão é perceber como

---

[145] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 45-93.
[146] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 12.

determinada atribuição racial operou nas trajetórias de meninas e meninos abandonados.[147]

1.5 O "menor" Thomé: escravo, ingênuo ou exposto?

Se o pesquisador da infância abandonada e enclausurada nos muros dos Hospitais, Rodas e Asilos sabe que a criança enjeitada "não possuía voz", o que dizer da criança escrava? Que, por natureza, eram "duplamente mudas, duplamente escravas, uma vez que, geralmente, entende-se que todo o escravo, mesmo adulto é criança para o seu senhor, menos perante a lei e eterno catecúmeno para a Igreja?"[148] O número de crianças negras descritas na documentação da Misericórdia como "crioulos" poderia mostre que não foi tão pequeno o número de senhores que enjeitavam a criança escrava, para não gastar com sua formação enquanto não chegava a uma idade produtiva.

Entre todos os registros de expostos analisados posteriormente à década de 1850, nos chama atenção o caso de uma criança supostamente escrava que foi enjeitada por sua mãe, para fugir das mazelas da escravidão. Venâncio conta que também em Portugal, existiram numerosos testemunhos de bebês deixados à Roda que foram escravizados. Isso também acontecia no Brasil. Segundo a legislação portuguesa de 1775, foi atribuído aos expostos à prerrogativa da "ingenuidade", isto é, "o filho da escrava, uma vez enjeitado, era considerado livre do cativeiro pelo resto da vida".[149] Na maior parte dos casos de escravização, mesmo no século XIX, tratava-se de órfãos que "sumiam" depois de entregues às criadeiras. No *Livro de Matrícula dos Expostos*, foi encontrado o nome de Thomé, em meio a tantos outros registros.[150] Ocorre, porém, que não há qualquer descrição sobre a idade de entrada, se entrou pela Roda dos Expostos, nem qualquer registro sobre sua cor. Também não há sobrenome dos supostos pais ou o sobrenome "Mattos", comum aos expostos batizados no Asilo. É provável que outras crianças escravas tenham sido enjeitadas e nunca reclamadas por sua mãe ou pelo senhor desta. Encontrei o nome de Thomé no livro intitulado *Locação e Saída dos Expostos* que "há de servir para a locação de serviço, saída dos expostos ou órfãos de

---

[147] O terceiro capítulo deste trabalho tece relações entre a questão racial e as possibilidades de aprendizado de ofício, por parte dos órfãos.
[148] MATTOSO, Kátia. M. de Queiróz. O filho da escrava. In: DEL PRIORE (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed. 1996, p. 77.
[149] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 131.
[150] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 49.

um ou outro sexo", datado de 1872. O documento traz o seguinte título: "Termo de entrega do menor Thomé escravo de Julio Lemos da Silva Lobo". O conteúdo do documento é singular e traz implicações que ligaram os filhos da escravidão aos enjeitados, depois da Lei de 1871. Mas, também trazem nuances sobre o comportamento adotado por todos os agentes envolvidos no termo de entrega da criança realizada pelo Asilo dos Expostos.

A falta de sobrenome ou qualquer outra informação na matrícula sugere que Thomé era recém-nascido, pois a criança que chegava ao Asilo deveria ser batizada imediatamente. Isso logo foi confirmado em outro documento. Em todo o caso, ambas as fontes datam de 24 de março de 1877, foi nesse dia que Julio Lemos da Silva Lobo compareceu a sala dos despachos da Santa Casa, na presença do Provedor interino Antonio Carneiro da Rocha, tendo em mãos o documento de despacho conseguido no dia anterior:

> [...] o qual tendo obtido o despacho do dia 23 corrente, pelo qual se manda entregar-lhe o escravo Thomé que havendo depositado de sua casa como declara, supõe ele ter sido lançado na roda do Asilo dos Expostos pela mãe de nome Jesuína, na noite do dia 21 deste mês, vinha em virtude do referido despacho [...][151]

A cativa Jesuína pertencia à Dona Sophia Rosa de Lima Lobo, esposa do então requerente Antonio Telles da Silva Lobo, membro da elite baiana. Ao estudar este mesmo caso, a historiadora Maihara Vitoria acredita que um episódio ocorrido em 1867, tenha influenciado na ação da escrava. O evento supracitado remete ao falecimento de Sophia Lobo e aos tramites da divisão dos bens entre os seus herdeiros, Antonio e Júlio Telles da Silva Lobo, onde Jesuína e sua mãe Henriqueta, africana, foram alvo do acerto familiar.[152] Voltemos ao documento sobre o pequeno Thomé. Também ventilamos algumas hipóteses sobre o enredo - a atitude de Jesuína é lida aqui como forma de resistência ao cativeiro, endossada pela consciência coletiva dos cativos sobre o uso da Roda como taboa de salvação do seu bebê e das mazelas da escravidão.

---

[151] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 25. (***Grifo nosso***)

[152] Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária, Série Inventários. Inventário de Antônio Telles da Silva Lobo *apud* VITORIA, Maihara Raianne Marques. *Os filhos da Misericórdia*: Cotidiano e Vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890), Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015, p. 44.

O ato de Jesuina pode ter ocorrido porque ela, talvez, não tenha percebido no cotidiano que a legislação garantia aos "filhos" do ventre livre o tratamento diferenciado. Desde o início do século que a decisão n.º 357, de 18 de outubro de 1834, do Ministério da Justiça da Bahia, já orientava como estes casos deveriam ser tratados:

> [...] tendo o senhor abandonado os escravos, e tendo-se recusado à obrigação, que tanto lhe incumbia, direito nenhum pode hoje conservar sobre os ditos escravos, antes devem se reputar livres, mandando-lhe V. m. passar um título, que lhe assegure a sua liberdade.[153]

Leio a atitude de Jesuína dentro das interpretações dos escravos "válidas nos termos de sua própria experiência".[154] Ao que tudo indica, estamos diante de um caso de uma escrava atenciosa às possibilidades do enjeitamento condicionada à liberdade de seus filhos, como constava na Lei de 1871, no artigo 6º, do parágrafo 4º, que reitera a prerrogativa do condicionamento do abandono à liberdade.[155] Vale lembrar que a lei supracitada estava em vigor a cerca de seis anos, é difícil dizer que os escravos de Salvador e região não tivessem a noção de sua existência, porém nem sempre a lei era respeitada pelos senhores de escravo. Ainda sobre a Lei de 1871, Maria Aparecida C. R. Papali investiga o decreto que garantia prerrogativas e que permitia o privilégio senhorial sobre o ingênuo. Ao analisar os incisos que discutiam a liberdade dos filhos das escravas, a historiadora destaca que os dispositivos jurídicos manteriam "o ranço costumeiro da necessidade do escravo ter de passar pela vontade senhorial".[156]

A Santa Casa foi justamente um dos locais escolhido pelo Estado para a entrega do ingênuo cujo senhor se negasse a criar. A "Lei Rio Branco" oferecia duas possibilidades para o senhor: ele poderia utilizar o trabalho do ingênuo até que o filho da escrava completasse 21 anos ou entregá-lo ao Estado, mediante o pagamento de 600 mil réis. Por trás dos termos -*ingênuo* e *liberto*- para se referir ao filho da escrava, havia projetos distintos, capazes até mesmo de mudar a relação senhor/escravo. Para Chalhoub, uma das implicações à época era de que "o parto segue o ventre".

---

[153] PENA, Eduardo Spiller**.** *O jogo da face*: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial, Curitiba: Aos quatro ventos, 1999, p. 324.
[154] THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária...*, p. 13.
[155] BRASIL. Coleção das Leis do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1871.
[156]Ver: PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos*: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo. Annablume: FAPESP. 2003, p. 47.

> Assim, filho de ventre livre nascia ingênuo, de ventre escravo nascia escravo. Apelidar o filho livre da mulher escrava de "liberto", como defendiam vários adversários do projeto, significaria reconhecer que a criança, sendo originária de ventre cativo, nascia escrava, para ser imediatamente libertada. Isso também implicaria reconhecer o direito de propriedade do senhor sobre os filhos das escravas, abrindo a possibilidade de discussão do pagamento de indenização aos proprietários pela alforria dessas crianças e não apenas pelas despesas da criação.[157]

Às vezes ocorria o inverso, o senhor de escravo sem pretensões de cuidar do ingênuo o enjeitava para cobrar do Estado sua quantia definida por lei e, consequentemente, para usar livremente sua cativa. A ficção pode muitas vezes oferecer ao historiador uma filigrana sobre o imaginário social de outra época. No século XIX, o poeta Mello Moraes Filho publicou uma série de coleção de poesias intitulada *Cantos do Equador*, em um de seus poemas o verossímil nos serve como pano de fundo sobre situações que poderiam ter ocorrido diante da temática do enjeitamento do filho da escrava:

> Ama de leite
>
> Vinham bater á porta, vinham pessoas vê-la;
> Era preta e retinta; a estatura, dela.
> Não era alta já os modos eram gentis, ufanos,
> Mostrava apenas ter dezoito a vinte anos.
> - «Não foi aqui, pergunta alguém que a pretendia.
> Que se anunciou um ama? -reza o *Jornal* do dia.»
> - «É certo, sim senhor; de dentro brada antiga
> Matrona, e se levanta. Olá! ó rapariga!
> Vem cá na sala, vem. Pode sentar-se. É viva
> No serviço da casa, Não é forra, é cativa.
> É bom experimenta-la; depois, dela não mude:
> Que certifique o médico, se goza ou não saúde.
> Engoma, lava e cose; pra tudo ela é jeitosa;
> Sabe agradar criança, afirmo; é carinhosa,
> Como bem poucas ha. Enquanto aos alugueis,
> O menos, é barato: são sessenta mil réis.»
> - Seu filho?"
> A pobre escrava, se entristecendo toda,
> Murmura:
> « Meu senhor, meu filho foi pra roda". [158]

---

[157] CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 172.

[158] MORAES FILHO, Mello Moraes. *Cantos do Equador: Sertões e florestas nocturnas e phantasias poemas da escravidão*, Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & filho, Ouvidor 31, 1881, p. 111-112. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179484>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.

O poema acima descreve a tristeza da mãe ao falar sobre o filho enjeitado à revelia de seus desejos. Entre o verossímil e a experiência concreta, o sentimento coletivo sobre a prática de expor o filho da escrava até 1971, e, consequentemente, o ingênuo, após o Ventre Livre, pode ser percebido como algo presente em nossa história.

O texto, embora ficcional, nos revela, muitas vezes, sentimentos e visões de mundo de diversos sujeitos que viveram naquela época.

Durante os debates parlamentares sobre a Lei do Ventre Livre, uma das discussões era circunscrita a controvérsia da própria nomenclatura, entre ingênuo ou escravo. Embora a primeira tenha saído vencedora, beneficiando o Estado de uma possível indenização, na prática o ingênuo não gozava de plena liberdade. No esteio da ideia de livre interpretação dos senhores de escravos, diante dos dois primeiros parágrafos da Lei de 1871, ao que tudo indica, estava em jogo o próprio significado de liberdade e suas contradições. Robert Conrad defende que apesar do teor conservador, a Lei do Ventre Livre contribuiu para o colapso da escravidão, pois a legislação libertou meio milhão de crianças que teriam alimentado e prolongado o sistema escravista.[159] Maihara Vitoria, em trabalho aqui já citado, deixa transparecer que esta prática serve para perceber a situação de Thomé, primeiro por não ter sido registrado como escravo, segundo, porque tal registro não causou nenhum espanto perante as autoridades da Misericórdia.

> O significado dessa entrega vai muito além do financeiro: se a Santa Casa se dispusesse a criar o filho da escrava, iria diretamente de encontro à autoridade senhorial, ou seja, qualquer mãe de ingênuo que desejasse outro destino para o seu filho que não a tutela do seu senhor até os 21 anos de idade, poderia seguir o exemplo de Jesuína e deixá-lo na Roda. O temor da Instituição refletia um receio geral da sociedade: que a massa de libertos considerada incapaz de gerir suas próprias vidas pudesse ter acesso aos seus direitos e gozar de plena liberdade.[160]

No documento da Misericórdia, Thomé foi chamado de “menor”, “exposto” e “escravo”. Como já foi dito, havia passado mais de seis anos desde a vigência da legislação. Talvez pela força da tradição, misturada a novas compreensões em torno da criança, embora o vocabulário mudasse uma criança livre ainda era associava à

---

[159] CONRAD, *Os últimos anos da escravidão...*, p. 146.
[160] VITORIA, *Os filhos da Misericórdia*, p. 49.

condição de escravo. O despacho do pequeno Thomé foi condicionado à assinatura de *Termo de Responsabilidade* que obrigava Julio Lobo a apresentar a criança "quando for exigido pela Santa Casa". Podemos concluir que a Misericórdia agiu como um verdadeiro defensor da infância, em uma nítida representação paternalista? Certamente que não.[161]

Não encontramos qualquer documento que comprove a preocupação da Misericórdia em regular os possíveis maus-tratos ou castigos excessivos como orientava a legislação. O Termo pareceu uma simples formalidade ou, no máximo, um alerta para lembrar ao senhor Julio que apesar da interpretação da manutenção do *status quo* do menino como escravo, a criança era livre e as regras deveriam ser seguidas. Por mais que nas entrelinhas houvesse o entendimento da possibilidade da criança padecer do mesmo tratamento que os escravos.

Por fim, a Roda dos Expostos passou a figurar como uma extensão de apoio ao Asilo dos Expostos, fundado uma década depois da Lei que proibiu o tráfico de escravos no Brasil. Sua importância vigorou até o início do século XX, quando passou a cair no esquecimento. O que estava em jogo não eram apenas os usos da instituição diante da impossibilidade das mães em criar seus filhos. O (a) historiador (a) que lida com as Rodas e Asilos para órfãos do século XIX, facilmente percebe o quanto as mudanças no mundo do trabalho e na forma de pensar a "nação" afetaram diretamente as políticas de acolhimento infanto-juvenil. Os debates raciais incidiram francamente sobre a tradição caritativa do acolhimento de bebês, colocando-os no meio da 'cruzada' pela organização social das instituições que lidavam com crianças abandonadas. Enquanto o modelo de internato para os filhos dos ricos caiu em desuso durante a Primeira República, a modalidade de educação regida por relações de poder totalmente desiguais, onde crianças eram mantidas em tempo integral, não cessaram neste período. Os asilos foram substituídos pelos orfanatos. Tanto a população infanto-juvenil em conflito com a lei, quanto os mais pobres, experimentaram novos modelos de institucionalização na segunda metade do século XX.[162] Ainda hoje, as crianças consideradas intimidantes à ordem social são mantidas nestas instituições. Durante o

---

[161] A historiografia que se inspira nas perspectivas de E. P. Thompson para investigar o paternalismo e as relações escravistas apresenta críticas à interpretação que exalta a afabilidade do escravismo brasileiro, bem como sua dominação em termos absolutos aos cativos. Ver: CHALHOUB, *Visões da Liberdade*; REIS, João Jose; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito:* a resistência escrava no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

[162] Refiro-me à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em 1964. Sobre as mudanças ocorridas no século XX, ver: RIZZINI; RIZZINI. *A institucionalização de crianças no Brasil* p. 27.

império, a política institucional centrou-se na utilização da força de trabalho infantil e na contenção das crianças desvalidas. Na mudança do regime monárquico para a República, a infância desvalida foi cercada pela tônica da "salvação" das crianças, em meio aos discursos dos projetos de "nação".[163]

Depois de discutir alguns aspectos que moldaram a institucionalização infanto-juvenil no século XIX, o segundo capítulo se concentra em desvendar os primeiros passos das crianças enjeitadas no Asilo. Tentarei evidenciar os perigos por trás dos primeiros anos de vida dessas crianças, os personagens presentes na rotina do Asilo dos Expostos e os métodos de instrução que estas crianças experimentaram.

[163] Ibidem, p. 28.

CAPÍTULO 2. "O ASYLO PRESTA AOS VERDADEIROS NECESSITADOS": DO ACOLHIMENTO ÀS PRIMEIREAS LEITRAS

> Continua este importante estabelecimento a prestar os mais relevantes serviços à humanidade desvalida, sob a direção do seu zeloso provedor Manoel José de Figueiredo Leite.[164]

Dia 24 de outubro de 1861, em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, o provedor Manoel José de Figueiredo Leite propôs a compra do terreno da *Roça do Campo da Pólvora* para servir de asilo para os órfãos.[165] No local havia um prédio amplo e bastante arborizado, onde atualmente se encontra a sede da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. No dia 29 de junho de 1862, o *Asilo Nossa Senhora da Misericórdia* foi inaugurado. Conhecido como Asilo dos Expostos, este estabelecimento foi criado para responder às necessidades em prolongar o acolhimento dos bebês e, respectivamente, melhorar as condições de salubridade historicamente questionadas.[166] O Asilo substituiu o *Colégio de Meninas* da Associação São Vicente de Paula que era dirigida pelas Irmãs de Caridade. A Santa Casa comprou a propriedade por 66$000 (sessenta e seis mil réis), mais as dívidas com os credores da Associação, em um total de 70#265$008 (setenta contos, duzentos e sessenta e cinco mil e oito réis). Neste acordo, as Irmãs de Caridade ficariam mantidas em seus respectivos cargos, assim como as moças que viviam sob sua regência.[167] Quando inaugurado, o Asilo possuía 21

---

[164] FBN. Relatório com que passou a administração da Província da Bahia excelentíssimo senhor doutor Pedro Leão Velloso ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos (ambos Vice-Presidente) em 15 de outubro de 1866. Bahia: Typographya de Tourinho & C. 1866, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=4688>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

[165] ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A19, Est. H, 1857-1875, fl. 97.

[166] Até 1844, as crianças abandonadas eram postas no Hospital da Misericórdia, em meio aos doentes. Joaqum Damázio, escrivão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, relatou que as crianças eram recebidas no "acanhado e péssimo Hospital", por não haver um local destinado para acolher os expostos. Além disso, as crianças eram criadas por amas de leite e depois readmitidas no hospital. Após este período, foi construído um pequeno cubículo localizado à entrada do Recolhimento Santo Nome de Jesus, para mulheres, para acolher as crianças, inclusive, sendo instalada neste local a Roda dos Expostos. Em 1847, um novo cômodo foi construído para separar as crianças por sexo. A inexistência de ventilação, entrada de luz suficiente, e a falta de espaço foram medidas paliativas que tiveram fim após a compra do novo prédio. Cf. Damazio, *Tombamento dos bens immoveis*..., p. 60.

[167] A Companhia das Irmãs de Caridade surgiu por volta do século XVII e se dedicou aos cuidados com os pobres e os doentes. A Santa Casa sinalizava a necessidade das Irmãs de Caridade desde o início da década de 1850. O Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Seixas, foi um dos principais entusiastas pela vinda desse grupo de mulheres que surgiu na França e que vieram para a Bahia apenas em 1857. Em campanha pela vinda dessas mulheres ao Brasil, na edição de 10 de junho de 1848, o *Noticiador Catholico* as descreveram como mulheres dotadas de "sublime" virtude que "Até a revolução na França as respeitou". Cf. *O Noticiador Catholico*, Ano 1, de 10 de junho de 1848, n. 3. Disponível em:

meninos e 40 meninas. Passaram para a guarda da Misericórdia 26 meninas que pertenciam ao Recolhimento São Vicente de Paula.

A normatização habitual do Asilo se dava através da criação de níveis hierárquicos que funcionavam como um sistema que buscava disciplinar as crianças. Obrigações foram atribuídas aos diversos grupos e sujeitos que vivenciaram o cotidiano do Asilo: o Mordomo, a Irmã Superiora, as Irmãs de Caridade, os demais funcionários, as amas de leite e os próprios expostos. O prédio do Asilo possuía dois andares, quatro salas de aula, quarto de costura, refeitório, banheiro, secretaria, pátio de recreio, cozinha, dormitórios e 12 berços.[168] Havia dois principais cargos: Mordomo dos Expostos e Madre Superiora. O cargo de Mordomo era ocupado sempre por um homem que dirigia e inspecionava o Asilo. O Mordomo era responsável por "manter a ordem e harmonia" e dar "força moral" à Superiora. O posto era eletivo entre os irmãos da Santa Casa, como todos os outros cargos. O posto de Madre Superiora era ocupado por uma das irmãs de Caridade. A primeira responsável pelo cargo foi a Irmã Lasnier, que exerceu suas funções de 1862 até 1905. O estilo de vida do local era totalmente conventual, ou seja, baseados nas práticas religiosas, na simplicidade da indumentária e no controle do contato com o mundo exterior.[169] A relação entre irmãs e as crianças era vista como extensão da função materna. Na prática, a figura masculina do Mordomo denotava o símbolo das relações paternas, de uma instituição dirigida por homens. O Mordomo era responsável por se relacionar com o ambiente externo e com as demais repartições da Santa Casa. Enquanto isso, a Madre se ocupava de diversas tarefas internas como manter a "disciplina e o regime, sendo responsável por todas as faltas de qualquer espécie".[170]

No Brasil colonial a noção de infância estava ligada à religiosidade. No entanto, desde meados do século XIX, ocorreram transformações sociais e mudanças na legislação que desencadearam novas formas de lidar com a infância desvalida. Os médicos e juristas, por exemplo, passaram a fazer parte dos debates sobre os rumos da infância abandonada no país. Inclusive, este tema tornou-se recorrente nas teses da

---

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709786&PagFis=24>. Acesso em: 12 de abril de 2015. A mudança também foi anunciada pela Assembleia Legislativa da Bahia. Cf. Assembleia Legislativa da Bahia. Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p. 33-34. Disponível em:<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/123/>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

[168] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1875-1876, fls. 1-2.

[169] RIZZINI; RIZZIN, A *Institucionalização de criançano Brasil*, p. 26.

[170] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 01.

Faculdade de Medicina.[171] No Asilo dos Expostos esta concepção não podia ser diferente. O fortalecimento do discurso médico inspirou mudanças na forma de lidar com as crianças e aos poucos a medicina também buscou significá-la, entre outras coisas, através do discurso negativo que havia em torno da imagem da ama de leite.[172]

Neste capítulo, procuro discutir a vida das crianças expostas nos seus primeiros anos, desde os rituais do batismo até o ensino das primeiras letras. Para isso, será importante situar o leitor sobre a situação das mulheres conhecidas como amas de leite e criadeiras, personagens importantes nessa etapa das vidas dos expostos. Outro ponto a se destacar é o avanço do interesse médico sobre a criança enjeitada, o que contribuiu para tentar disciplinar e, de certa forma, perseguir amas e criadeiras. O argumento central do capítulo é que a criação do Asilo dos Expostos mesclou duas visões de mundo bastante diferenciadas – religiosidade e o saber médico - edificada por uma cultura paternalista e tradicional que, ao mesmo tempo, resistiu e incorporou inovações presentes nos discursos médicos.

2.1 Idades e batismo

Desde o início da colonização do Brasil até meados do século XIX, a concepção sobre a infância e as demais idades esteve estreitamente ligada ao universo do catolicismo. Os períodos da vida eram organizados a partir dos sacramentos religiosos. Enquanto instituição religiosa, a Santa Casa seguiu à risca tais princípios. A Misericórdia dava preferência em abrigar crianças recém-nascidas e quando não havia bilhetes que indicassem a idade da criança, as rodeiras (mulheres responsáveis por acolher as crianças na Roda dos Expostos) o faziam. A estratégia usada para definir a idade dos bebês era baseada no olhar treinado da rodeira, que consistia em observar o estado do umbigo, as roupas, a dentição e o tamanho da criança. Por exemplo, Damario Agrepina de Mattos, "pardo", foi enjeitado com "com 3 para 4 anos de idade", diz o escrivão do Asilo. Outro exposto de nome João Eladio de Mattos, "pardo", "entrou para

---

[171] VENÂNCIO, *Famílias Abandonadas*, p.117-118.

[172] Sob o viés *higienista* surgiram propostas de regulamentação dos serviços das amas de leite. Também havia uma campanha em prol da figura da 'mãe higiênica' que se encarregaria de cuidar dos seus filhos e se tornariam parceiras dos agentes de saúde. Ver: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 305-324, 2009. Ver também VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 115-116.

o Asylo em 28 de junho de 1862 com 2 anos e meio de idade".[173] A rigor, a lógica era acolhê-los até os limites de 7 para 8 anos, como no caso de Raulina Joaquina de Mattos que "entrou pela Roda da Antiga Casa dos Expostos, em 12 de Novembro de 1855, com idade provavelmente de 7 anos".[174] Nota-se que João de Mattos Raulina e João Eladio foram recolhidos muito antes da criação do Asilo.

Nos três primeiros anos do Asilo dos Expostos, cinquenta e seis crianças foram recolhidas à Roda, sendo trinta e três meninas e vinte e três meninos. Deste total, chegaram ao Asilo quatorze crianças com idade entre 1 e 6 meses de vida; número de crianças que possuía entre 1 e 6 anos foi de quarenta e um.[175] O Regulamento dos Expostos diz que nenhuma "criança será admitida no Asylo senão pela Roda".[176] Todavia, ocorreram muitos casos em que as crianças foram admitidas pelo menos até os sete anos. Apesar do posicionamento contra a entrada de crianças que não fossem recém-nascidas, a idade de 8 anos era uma espécie de limite para o acolhimento. Além disso, existiam outras instituições como a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim e a Escola de Aprendizes da Marinha, encarregadas de receber os meninos para ensinar-lhes algum ofício e discipliná-los.

O Asilo proibia a entrega do exposto à ama de leite externa sem que o umbigo tivesse cicatrizado, ou batizado.[177] Havia pressa no batismo por questões religiosas, devido aos altos índices de mortalidade. Mas, nem sempre as crianças eram entregues para criação externa antes da realização do ato, pelo menos nos casos isentos de perigo de morte. Muitas vezes os próprios irmãos da Santa Casa eram escolhidos como padrinhos dos enjeitados. Ficavam isentas do ritual as crianças que traziam declaração e o nome de batismo. A criança exposta sem a indicação do nome poderia receber o do Santo do dia em que fosse entregue. A criança também poderia receber o sobrenome do padrinho, "se ele nisso convier, e sempre o de – Mattos – em prova do reconhecimento ao primeiro Benfeitor da Santa Casa".[178] As crianças que chegavam sem ter recebido o batismo ou qualquer indicação dos pais, ganhavam o sobrenome de "Mattos" em homenagem ao homem que doou uma fortuna destinada aos cuidados com as crianças

---

[173] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 10.
[174] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 12.
[175] Cf. ASCMBA. Mapa Demonstrativo dos Expostos. Documento avulso, 1862-1864. Cx. 18.
[176] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 06.
[177] Idem, p. 06. Apesar dos esforços em receber crianças recém-nascidas, a Misericórdia acolheu crianças em idades mais avançadas, pois a dinâmica de abandono era o que ditava os ritmos da Roda, e não a lógica de recepção do Asilo. Além disso, as crianças já batizadas eram acompanhadas de bilhetes com tais informações.
[178] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 06.

enjeitadas. O batismo ocorria em um ato coletivo que era realizado na capela do Asilo dos Expostos. O Mordomo era quem comunicava ao Capelão do Asilo dos Expostos, que marcava o dia do batizado.

Nas pastas de documentos avulsos do arquivo da Misericórdia existem listas contendo nomes de algumas crianças que foram acolhidas até algumas semanas antes da realização da cerimônia. O primeiro batismo coletivo realizado no Asilo dos Expostos ocorreu no dia 29 de junho de 1862. Nele, foram batizadas seis crianças:

Tabela 5 - Expostos que foram batizados no dia 29 de junho de 1862

Exposto	**Cor**	**Padrinho**	**Madrinha**
Manoel	Cabra	Senhor Arcebispo	"Nossa Senhora"
Leocadia	Crioula	Barão de São Lourenço	a filha do Dr. Dultra Rocha
Maria da Glória	Branca	Barão de São Francosco	Senhora Leite
Conrado	Crioulo	Senhor Martins	Dona Feliciana Alves
João	Branco	Senhor Presidente	Maria Amelia
Cirgenia	Branca	Chefe de Polícia	Filha do Presidente

Fonte*:* ASCMBA. Documento avulso, Cx. 17.

Entre os padrinhos dos expostos havia muitas pessoas de prestígio social e poder econômico. Diante disso, é difícil não se perguntar se existia algum benefício em ter como padrinho ou madrinha alguém que ocupavam lugar de destaque na sociedade. A criança poderia ter um futuro melhor apenas pela sorte de ter um bom batismo? Teria ela a oportunidade de aprender um ofício? No caso daquelas que tiveram como seus padrinhos e madrinhas pessoas como a filha do Presidente [da Província] e o Arcebispo [da Bahia], haveria alguma proteção especial? Estas questões nos fazem refletir sobre o papel do batismo em relação à trajetória das crianças "de cor", isto é, se ter como padrinho indivíduos de posse e poder alteraria algo na vida das crianças que não eram brancas. Diante de uma sociedade racista e escravista, os limites do apadrinhamento, no máximo, poderiam agir como forma de ascensão social, apenas amenizando a condição da cor.

Buscamos testar essa hipótese da maneira preliminar. Manoel, "cabra", foi o primeiro de nossa lista; ele foi exposto no dia 22 de junho, "com 5 meses de i^{de} [idade]" portanto, poucos dias antes do seu batismo. Manoel foi dado a criar para Candida Maria,

dois dias depois de ser enjeitado, e "recolheu-se" novamente no dia 1º de maio de 1868.[179] A criança não recebeu o sobrenome de sua criadeira que lhe prestava os cuidados muito antes do batismo, tampouco o sobrenome do seu padrinho. Mesmo diante das supostas possibilidades, o arcebispo pode ter se recusado a ceder o sobrenome a Manoel. Em 1874, Manoel saiu para a companhia de Basilio Gay, que "tendo o despacho de 16 do corrente", requereu Manoel "a fim de ensinar-lhe o ofício de cozinheiro, no hotel de que é dono".[180] Cor e profissão estariam ligadas?

Maria da Gloria, "branca", teve como madrinha a filha do Provedor Manoel Figueiredo Leite e viveu no Asilo dos Expostos até o "gozo de seus direitos, por ser maior de 22 anos". Sua mãe, Bernardina Francisca de Narazeth, retornou ao Asilo no dia 28 de fevereiro de 1876, afirmando ser pobre e por isso não ter condições para pagar os devidos custos com a criação de Maria.[181] No documento indicado como "Termo de saída da Exposta Maria da Gloria", a enjeitada recebeu 200$000 (duzentos mil réis) equivalente ao "meio dote".[182] Havia limites para o dote: as moças que se desligassem da instituição através do casamento organizado pela Santa Casa recebiam 400$000 (quatrocentos mil réis). Maria representou uma rara exceção por não ser alugada para nenhum trabalho externo ao longo de sua criação no Asilo. Neste caso, a cor da pele foi importante, mas não pode ser definida como única regra, porque Leocadia, "cabra", também não foi alugada e seu desligamento do Asilo ocorreu depois de se casar com Adolpho Firmino da Rocha, em 1878. Seu marido recebeu 400$000 (quatrocentos mil réis) pelo dote.[183] Existe a suspeita de que Maria e Leocadia fossem de certa forma, "protegidas" pela filha do Provedor e pelo Barão de São Lourenço, respectivamente, sem a obrigação de trabalhar como empregada doméstica fora do Asilo.

Não há registro algum sobre o paradeiro de Conrado e Cinergia, talvez porque as crianças que morriam muito jovens não eram registradas no *Livro de Matrícula dos Expostos*. Contudo, encontramos o nome de João Thomaz de Mattos que acredito ser o João descrito acima, batizado pelo "Presidente" (e único enjeitado cuja descrição de cor e idade é equivalente à do primeiro João). Sua exposição ocorreu no dia 28 de novembro de 1861, com 4 anos. Em 1872, aos 15 anos João achava-se "na companhia

---

[179] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 36.
[180] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 3.
[181] Quando constatado que o requerente possuía boas condições, a Mesa deliberava o ressarcimento no valor de 400$ diários a ser pago pelo tempo em que alimentou e vestiu a criança.
[182] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 22. Cf. também ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 46. Já discutimos no capítulo anterior os possíveis motivos que teriam levado a mãe a solicitar sua filha.
[183] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 54.

do Administrador do Cemitério, e é Secretário daquele Estabelecimento".[184] Vale ressaltar que os únicos registros que encontrei de crianças empregadas em algum serviço nas demais repartições da Santa Casa eram de meninos brancos. Talvez, os irmãos da Santa Casa tenham acreditado que entre as alternativas de trabalhos que a Misericórdia oferecia os enjeitados, servir em alguma repartição interna era a melhor e mais prestigiada das alternativas. Neste caso, parece que os dois critérios, a cor do exposto e o *status* dos padrinhos se conectaram para que João ocupasse o cargo de aprendiz ao lado do administrador do Cemitério da Santa Casa.

Ao mesmo tempo em que o batismo representava a crença na salvação espiritual da criança, na prática podia significar relações de afeto e possíveis arranjos sociais capazes de influenciar as trajetórias dos expostos. Porém, não é possível avançar muito nesta hipótese, uma vez que os padrinhos e madrinhas das crianças muitas vezes eram ligados à irmandade e possuíam algum prestígio social.[185] No entanto, as matrículas e termos de saída das crianças, ao longo das últimas três décadas do século XIX, nos mostram um número interessante, ainda que pequeno, de padrinhos ou madrinhas que pegaram seus afilhados para dar-lhes criação.[186]

Pedro Menandro de Mattos, branco, Eugenia de Mattos, de cor não informada, e Maria Brazilia de Mattos, também de cor não informada, não receberam o sobrenome dos respectivos padrinhos.[187] Depois de ser acolhido em 1859, ainda recém-nascido, Pedro foi criado por Eulalia Maria dos Santos, moradora do "Sabueiro". Após o período de criação, Pedro foi recolhido ao Asilo para receber educação.[188] No dia 29 de julho de 1874, o seu padrinho, Antonio Basilio da Cunha Bacellar, assinou o termo de responsabilidade para promover "educação e futuro" ao seu afilhado de 15 anos.[189] Maria Brazilia foi viver com seu padrinho, dr. Antonio Pereira de Mesquita, assim que completou a maioridade em 1880. O padrinho da exposta era conhecido e respeitado na cidade e morava em um sobrado na Rua da Lapa, na Freguesia de São Pedro.[190] Nesta

---

[184] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 11.
[185] Tenho a suspeita de que a cor da criança lhe daria mais vantagens sutis e veladas, o terceiro capítulo abordará essas suspeitas.
[186] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 93.
[187] Acredito que as duas expostas citadas não eram brancas, pois, conforme discutido no capítulo anterior, em determinado momento, a classificação racial dos não brancos desapareceram ou foram incorporados novos critérios de classificação.
[188] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 28.
[189] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 10.
[190] Cf. Jornal *Gazeta da Bahia* de 23 de outubro de 1886, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213454&PagFis=8394>. Acesso em: 18 de

época, Antonio Mesquita administrava o Passeio Público de Salvador.[191] O dr. Mesquita disse requerer "a saída da exposta Maria Brazilia, sua afilhada, para viver em companhia dele suplicante, vinha assinar o presente termo pelo qual se obriga a sustentar, vestir e tratar a dita exposta".[192] Maria recebeu o equivalente ao meio dote de 200$000 (duzentos mil réis) no ano seguinte.[193] A terceira exposta a ser criada pela madrinha foi Eugenia de Mattos que recebeu "alta definitiva" da Santa Casa depois que a "Excelentíssima Senhora D. Eugenia Leopoldina Ferreira" deu entrada com a petição para ficar com a exposta. Pelo tratamento pode-se notar o *status* social da madrinha que, por sinal, possuía o mesmo nome de sua afilhada.[194] Seria este um caso em que uma mãe da alta sociedade expunha a criança, deixava o nome de batismo para reconhecê-la posteriormente, e retornava não como ama, por sua condição social, mas como madrinha? Não há como saber, embora a possibilidade existisse. Certamente, Eugenia participou da escolha do nome da exposta. Em ambos os episódios, o amor e o apego à criança parecem nortear o ato de receber o afilhado para dar-lhe criação, especialmente no caso de Maria Brazilia por esta possuir maioridade e ter tido a liberdade de escolher viver em companhia da família do seu padrinho.

Não podemos nos esquecer de que estes meninos e meninas eram vistos como mão de obra barata e fragilizada, colocada em uma situação de dependência. Existe uma linha muito tênue sobre episódios como este: de cumplicidade e proteção construída a partir do batismo e a exploração do trabalho em um contexto marcado pela fragilidade social. Conforme a lista de batismo acima, estes padrinhos e madrinhas possuíam alguma ligação com a Misericórdia, amas de leite, funcionários, irmãos da instituição, parentes destes ou conhecidos. Por isso mesmo, muitas vezes o que é travestido de amor pode revelar uma relação paternal forte na qual proteção e exploração do trabalho andaram juntas. A documentação demonstra uma interpretação idílica de padrinhos que pertenciam aos setores da classe dominante e que levava os órfãos para suas casas por

---

março de 2016. No Jornal há uma nota sobre um leilão judicial de uma casa que ficava ao lado da residência do dr. Antônio Pereira Mesquita.

[191] CRL. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 – ano de 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=9381>. Acesso em: 20 de março de 2016. Sobre a atuação do dr. Mesquita, ver: PAZ, Daniel Juracy Mellado. Mais Público do que Passeio - A Vigência do Passeio Público de Salvador (1815-1894). In: Elane Ribeiro Derntl Peixoto et. al., (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo:* Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/mais-publico-do-que-passeio-vigencia-do-passeio-publico salvador-1815-1894>. Acesso em: 18 de março de 2016.

[192] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 43.

[193] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 46.

[194] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 26.

simples amor de criação. Esta visão pode ter escondido uma dura realidade. Antes de encerrar o vínculo com a Santa Casa, muitos órfãos foram "receber educação" na casa dos padrinhos, com os princípios da submissão derivada dos laços morais de apadrinhamento e das diferenças de classe que havia.

Sobre o tipo de relação, entre os trabalhadores domésticos da Santa Casa e as famílias que os contratavam, Maciel Henrique Silva defende que,

> Em suma, apesar da limitação imposta aos locatários de que estes não pusessem a criada para realizar tarefas na rua, a Santa Casa estava criando uma trabalhadora doméstica de baixo custo para as famílias de Salvador, ou, pelo menos, para alguns privilegiados que tinham algum nível de vínculo com a instituição para serem assim beneficiados.[195]

O historiador chega a estas conclusões por meio da análise dos contratos de trabalho firmados pela Santa Casa, a exposta e o locatário. Além de comparar o trabalho doméstico realizado por outras mulheres em Salvador e Recife, Maciel Silva observa as condições de trabalho e os respectivos salários recebidos pelas expostas, e o perfil social dos locatários. Ora, além de a Santa Casa criar trabalhadoras domésticas de baixo custo, é possível crer que, em alguns casos, as famílias privilegiadas ganharam uma trabalhadora sem ter que pagar qualquer valor por seu trabalho. Esta situação é explicitada através do Regulamento do Asilo no que diz respeito aos modelos de locação para os rapazes e moças. Enquanto no primeiro caso não havia qualquer zelo sobre os possíveis locatários; para a mulher, só era possível sair da instituição através do casamento, para "viver por si" ou para morar na casa de alguma "família capaz, debaixo de contrato".[196] As relações de apadrinhamento possivelmente colocaram estas mulheres em uma condição muito próxima a situação das trabalhadoras escravas. Sobre este tipo de condição, podemos dizer que a condição de liberdade era precária. Contudo, não devemos nos esquecer do papel de agência destes expostos. Uma vez que a Misericórdia buscava disciplinar seus expostos a partir de princípios ordeiros e submissos, sobretudo as moças, as atitudes dos expostos demonstraram estratégias para talhar o próprio destino.[197]

---

[195] SILVA, *Domésticas criadas*..., p. 75.
[196] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 12.
[197] Ver: VITORIA, *Os filhos da Misericórdia*..., p. 95-109. Ver também: SILVA, *Domésticas criadas*..., p.70-93.

2.2 A morte dos "anjinhos"

Ao longo da história, as atitudes diante da morte sempre trouxeram à tona o que havia de mais íntimo nas mentes e nos corações dos humanos. Os ritos fúnebres ganharam especial notoriedade no Brasil na virada no século XIX.[198] O caráter espetacular das manifestações diante da morte ganhava aspectos lúdicos dentro do conjunto de manifestações religiosas do Brasil. Quando ocorrido na infância, tal fatalidade ganhava contornos distintos daqueles dos adultos. Isso se deve ao conjunto de concepções religiosas de que a infância estava ligada à pureza do espírito.

Ao comparar os índices de mortalidade da Roda de Salvador e do Rio de Janeiro com o modelo similar na Espanha, o historiador Venâncio aventa a possibilidade de os enjeitados brasileiros terem entrado nas instituições com alguns meses de vida, e que "eles eram, por assim dizer, mais resistentes".[199] Ao reduzirmos a escala analítica, equivalente aos três primeiros anos de funcionamento da assistência à infância do Asilo, pudemos comprovar que as crianças entravam, de fato, com meses de vida. A importância de se constatar as idades dos órfãos possibilita refletir sobre a seriedade do batismo ligada à morte infantil no século XIX. A definição das idades da infância foi definida através de noções que uniram vida e morte. Segundo as *Ordenações Filipinas*, que regeu a legislação infanto-juvenil até o início do século XIX, o homem "menor de quatorze anos, ou fêmea menor de doze não podem fazer testamento".[200] As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que tratam de leis criadas em 1707, impresso no ano de 1853, possuía influência na sociedade, sobretudo em instituições religiosas. É possível observar as noções sobre a infância e as demais fases da vida através da indicação de seus sacramentos. O Título XLVII, do artigo 194, diz que a extrema unção deve ser administrada nos seguintes casos:

> [...] fieis Cristãos, que tiverem discrição, e malicia para pecar, são capazes deste Sacramento, e o devem receber estando enfermos, tão gravemente que esteja em provável perigo de morte, ou a doença proceda de feridas, ou velhice, ou de qualquer outra causa.[201]

---

[198] REIS, *A morte é uma festa*. passim.
[199] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 111.
[200] ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Phillippnio ou Ordenações e Leis do Reino de Poryugal Recopiladas por Mandado D'El-Rei D. Philippe I*. Livro IV, Lisboa: Fundação Calouste Dulbenkian, 1985, Facsímile da edição organizada por C. Mendes de Almeida em 1870, p. 908.
[201] VIDE, D. Sebastião Monteiro. *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, Typographya 2 de Dezembro, 1853, p. 81-82.

Logo abaixo, no artigo 196, é negado o sacramento "aos meninos, que não tem uso da razão [...] aos doidos, e desavisados, que nunca tiveram o uso da razão".[202] Mas, qual seria o tempo da razão? Foram duas as idades da infância que clérigos e leigos elegeram: do nascimento aos sete; dos sete aos doze anos. Ainda há outras definições secundárias como àquelas em que a partir do nascimento até os três anos houve um sentimento diferenciado sobre a infância, que era norteada pelo período em que a criança é alimentada pelo leite humano. Dos quatro aos sete anos, "a criança acompanha a vida do adulto sem nada lhe ser exigido em troca, nem trabalho, nem cumprimento dos deveres religiosos, nem estudo".[203] Existem interpretações em que as crianças nesta idade eram usadas em pequenos serviços domésticos, sobretudo as escravas.[204] No primeiro caso, a criança não podia receber a extrema-unção devido a esta não possuir a razão; dos sete aos doze, as *Constituições Primeiras* compreendia como a idade de "depositório de futuro"; isto é, definia os papéis de reprodução e matrimoniais em que o sujeito poderia contrair determinado compromisso social. O Estado também usava a idade limite de 12 a 14 anos para demarcar os limites da infância, através da compreensão que esta era a idade da maturidade sexual.[205] Para as crianças cativas este tipo de relação ocorria ainda mais cedo: "dos sete para os oito anos até os doze anos de idade o jovem escravo deixa de ser criança para entrar no mundo dos adultos".[206] De fato, a partir dos sete anos o indivíduo passa a tomar consciência do lugar social que a ele será reservado.

Os jesuítas deram os primeiros alertas sobre o auxílio espiritual para crianças no Brasil. Alexandre de Gusmão escreveu sobre os cuidados dos pais para com seus filhos ainda na infância, pois, enquanto estes não recebem o sacramento, correriam "grande perigo de perderem a felicidade eterna".[207] Gusmão recomendava que os pais que

---

[202] Ibidem, p. 82.

[203] Maria Beatriz Nizza da Silva, *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*, Na época de D. Maria e João VI, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 13

[204] Segundo Venâncio, "nos censos mineiros elaborados por ordem das Câmaras, crianças cativas ou pobres de apenas três anos eram arrolados como pagens". Cf. Renato Pinto Venâncio, Os Expostos de Catas Altas – Minas Gerais, 1775-1885, In RIZZINI, Irene (Org.). *Olhares sobre a Criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997, p. 127-141, p. 132.

[205] VIALATI, Luiz Lima. *A morte menina*: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010, p. 95.

[206] VIDE, D. Sebastião Monteiro. *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, Typographya 2 de Dezembro, 1853, p. 78.

[207] GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, Lisboa: Typ. do Colégio, 1685, p. 171-172. Gusmão explica que era preciso ter cuidado especial com três coisas: primeiro,

amavam os filhos com amor "bem ordenado" tivessem mais razão para se lembrar da vida eterna dos filhos, do que se entristecerem pela morte temporal. Para Gusmão: "Há de ser, além disso, moderado o sentimento dos pais nas mortes dos filhos meninos, porque assegurando eles naquela idade a salvavam".[208] Desde o final do século XI, havia uma discussão teológica sobre o destino das crianças que faleciam antes de receberem o sacramento do batismo. Na tradição católica, o pecado original era uma herança de Adão para todos os humanos. Todavia, por não terem cometido pecado qualquer, a criança não poderia ir para o purgatório, como os adultos. Portanto, para resolver estas questões, os primeiros concílios da Igreja Católica definiram a crença do *limbo,* um local para onde iriam os justos que vieram antes de Cristo e as crianças que não fossem batizadas. Este local foi chamado pelo historiador Le Goff de a "orla", e não representava a dor eterna, porém significava a privação do paraíso.[209] Ainda segundo o historiador, além de não representar dor para as crianças, haveria a "privação da visão de Deus, sentida pela alma, ou, no caso das crianças mortas sem o batismo, [eram] simplesmente ignoradas".[210] Em importante estudo sobre infância e morte infantil no Brasil Oitocentista, Luiz Lima Vailati observa a dualidade diante da morte de adultos e crianças. O autor parte da constatação da existência de um conjunto de condutas desenvolvidas especificamente para a "morte menina", isto é, a morte na infância. Portanto, as atitudes, crenças e rituais diante da morte tenderam a diferenciar a morte adulta da morte infantil.[211]

Entre 1850 a 1856, diversas regiões do Império sofreram com a epidemia do *cólera-morbus*.[212] Nesse período, muitas crianças expostas também faleceram. O médico da Faculdade de Medicina, dr. Rodrigo Seixas, apurou que a doença havia matado principalmente as famílias de trabalhadores.[213] No entanto, havia outras doenças que assolavam Salvador, como a varíola. Em 1855, o irmão Mordomo recebeu três

---

"guarda-los das bruxas"; segunda, pede para que "se batizem a tempo, e com a formalidade, e boa eleição de padrinho"; e a terceira era que, quando possível, as mães criem os filhos.

[208] GUSMÃO, *Arte de criar bem os filhos...*, p. 335. Essa compreensão está relacionada à representação das crianças mortas como "anjinhos" que iriam para o céu, pois na "verdade rezam tem de se alegrar o pai na morte do inocente, por ter no céu mais uma estrela, no jardim da Gloria mais uma flor; entre os Espíritos Celestiais um Anjinho, e entre os Santos da Gloria um filho". Ibidem, p. 336.

[209] LE GOFF, Jacques. Os limbos. *Signum, Revista da ABREM*, São Paulo, n. 5, p. 253-289, 2003, p 227.

[210] Ibidem, p. 279.

[211] VIALATI, *A morte menina*, p. 43.

[212] DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856, Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UFBA, Salvador, 1996, p. 175. A província da Bahia também sofreu com a pandemia que desequilibrou as relações socioeconômicas. Os registros levantados pelos *médicos-higienistas* apontam que os adultos representaram a maior parte das vítimas da mazela, o que sugere o aumento do número de crianças órfãs.

[213] DAVID, *O inimigo invisível...*, p. 140-147.

crianças "pardas": Papidanio, de oito anos, Felippe, de seis anos, e João, com 5 anos, ambos encontrados em "completo abandono" na *Casa de Santa Anna*. Todos passaram para a casa da Roda e depois para a Casa dos Expostos. Apesar dos esforços do Mordomo, e diante do estado avançado da doença, "todos faleceram de bexiga no Hospital da Misericórdia no dia 2 de outubro do mesmo ano". [214]

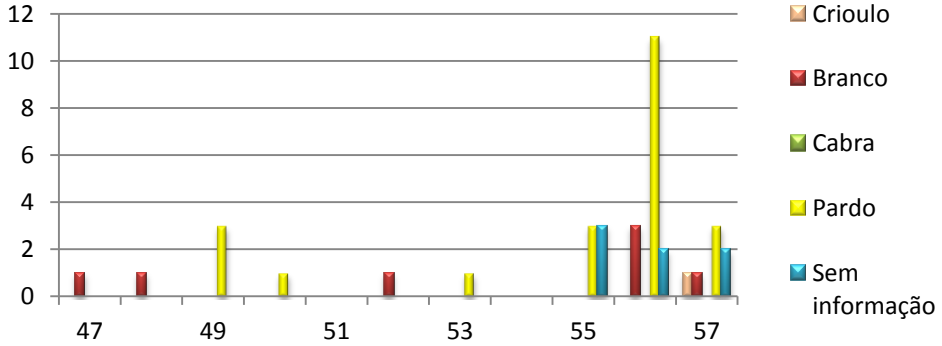
Mesmo na década de 1870, período em que os médicos passaram a ter especial atenção com a questão da saúde infantil, os índices de mortalidade no Asilo continuaram altos. Segundo os médicos responsáveis ligados à Misericórdia, os principais motivos que contribuíram para a morte das crianças estavam associados à moralidade das mães e a própria condição de pobreza. No primeiro caso, Maihara Vitoria explica que os médicos pensavam que as crianças enjeitadas eram filhas de prostitutas e mulheres que possuíam uma vida sexual desregrada.[215] A visão médica sobre a morte era bastante diferente daquelas de caráter espiritual. Os médicos acreditavam que a decomposição do cadáver poluía o ar e causava doenças e epidemias entre os vivos. João Reis afirma que os médicos brasileiros eram "caça-miasmas". A teoria mais difundida na época era de que os *miasmas* (ares provenientes da matéria orgânica em decomposição) causavam tais problemas.[216] As teses sobre os miasmas que foram difundidos no Brasil oitocentistas eram provenientes dos filósofos do Século das Luzes. O movimento médico-higienizador brasileiro do século XIX se inspirou na medicina francesa. No final deste período, surgiu a teoria bacteriológica, que trouxe a compreensão de que cada doença era causada por agentes diferentes e que exigiria tratamento diferenciado. A precariedade das residências abafadas e a umidade eram apontadas como fatores preponderantes para o elevado número de óbitos das mulheres e homens da classe trabalhadora. A busca por melhores condições higiênicas já estava sendo esboçada pela Santa Casa muito antes pandemia se alastrar. Em 1847, quando a utilização da sala em anexo ao Recolhimento de meninas tornou-se um verdadeiro cemitério de crianças, aventou-se mudar a sede para a casa nº109, na Ladeira do Gravatá. A residência era pequena, insalubre, e os antigos moradores haviam morrido de "febres intermitentes".[217] O problema sanitário fez parte do projeto de institucionalização infanto-juvenil iniciado na década de 1850. Ainda no período

---

[214] SCMBA. Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213. Est. H, p. 6.
[215] VITORIA, *Os filhos da Misericórdia*, p. 68.
[216] Cf. REIS, *A morte é uma festa*, p. 248.
[217] COSTA, *Ações Sociais da Santa Casa...*, p. 34.

anterior ao Asilo, analisamos os alarmantes índices de mortalidade da *Casa dos Expostos*, quando esta foi dividida por sexo:

Gráfico 1 – Órfãos que faleceram na Casa dos Expostos em Educação, entre 1847-1858.



Fonte: ASCMBA. Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H.

A tabela acima serve para mostrar os níveis elevados de mortalidade infantil, os cuidados diante da morte e os princípios de caridade da Santa Casa. É possível observar no gráfico que a disposição de óbitos é semelhante à escala por cor dos expostos que estiveram na Casa. A Misericórdia oferecia vestes e providenciava o enterro das crianças mortas. Depois da transferência dos órfãos para o Asilo, os índices de mortalidade infantil continuaram elevados. Somente no primeiro ano o percentual de óbitos chegou a 62,9%. No ano seguinte entraram 67 crianças e faleceram 55,2%. Este percentual caiu em 1864, baixando de 55,2 % para 38,4%.[218] Sem dúvidas, as novas instalações do Asilo e as novas regras de controle do acolhimento da infância abandonada foram importantes para a diminuição dos índices de mortalidade infantil. A morte na infância era encarada com certa peculiaridade e passível de ser observada através das cores dos enxovais que acompanharam as crianças no ato da exposição. No enxoval do exposto Cipriano, por exemplo, constava a seguinte informação:

> Foi exposto às 11 horas da noite um menino recém-nascido pardo ao que parece bom estado de saúde, trouxe vestido camisa de Madrasto com renda larga no colarinho, volvedor de Madrasto com renda [...] de um pedacinho de pano velho, touca de cassa lisa com fita azul clara, couro de Marinó verde com fita branca já velha uma vara de fita de cetim cor de rosa e branco [...].[219]

[218] ASCMBA. Mapa Demonstrativo dos Expostos. Documento avulso. Cx. 18.
[219] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº 1214, Est. H. fl. 01.

Era comum encontrar as cores verde, azul, amarelo, branco, rosa, vermelho, laranja e roxo, presentes nos enxovais das crianças, fossem nas roupas ou acessórios. Este conjunto de cores, coincidentemente, foi utilizado em mortalhas e roupas de crianças falecidas antes de completar sete anos, como uma forma sutil de preocupação religiosa diante do futuro espiritual da criança.[220] O Regulamento trazia a seguinte recomendação:

> Art. 42. Falecendo algum exposto, a Superiora fará algumas declarações precisas nos competentes livros; fará envolve-lo em pano branco, e participará ao Mordomo à Secretaria, a fim de que, dadas as providenciais precisas, se faça conduzir o cadáver ao Cemitério Campo Santo; fazendo-se seu enterro decente, mas sem pompa.[221]

O uso de mortalhas estava ligado à representação dos Santos, e o São João Evangelista era o mais procurado porque estaria relacionado tanto à dinâmica da vida como da morte. A escolha da cor branca estava ligada a representação de Nossa Senhora da Conceição e representava inocência, pureza e alegria. O dia de São João Evangelista também era muito concorrido para a realização do batismo, inclusive ocorria a "encenação" de batizados de crianças que faleciam "pagãos", como encenação a morte prematura.[222] É possível levantar outra hipótese para além das manifestações religiosas oficiais: a força da resistência religiosa e cultural dos africanos e seus descendentes no Brasil é um caminho viável para pensar a relação entre as cores da indumentária infantil, com a proteção das divindades religiosas do panteão de crenças de matriz africana. Por exemplo, João Reis destacou que os *malês* na Bahia tinham o costume de enrolar seus defuntos em volta de mortalha branca. Além disso, vários outros grupos étnicos africanos faziam do branco sua cor mortuária.[223] Porém, não é possível avançar nessa hipótese, pois não encontramos fontes que sustentassem este tipo de reflexão.

Desde sua inauguração, o Asilo dos Expostos criou um mapa de informações como forma de controle sobre a circulação das crianças no Asilo. Além dos dados sobre entrada e falecimento, o documento também traz conteúdo sobre o sistema de entrega dos expostos para criadeiras e amas de leite externa. A metodologia do documento era

---

[220] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas...*, p. 59.
[221] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 15.
[222] REIS, *A morte é uma festa*, p. 122. Ver também: VAILATI, *A morte menina*, p. 131-133.
[223] Idem, p. 118.

baseada na coleta de informações trienais. Segue abaixo as informações do *Mapa Demonstrativo dos Expostos* no que diz respeito às entradas e falecimentos das crianças:

Tabela 6 - Entrada e falecimento dos expostos por meses e anos (1862-1864).

Meses	1862	1863	1864	1862	1863	1864
	Entradas			Falecimento		
Janeiro		8	5		1	3
Fevereiro		8	5		3	2
Março		7	3		4	
Abril		4	3		2	1
Maio		2	4		3	9
Junho	3	6	6	1	5	4
Julho	5	7		2	7	
Agosto	3	7		2	3	
Setembro	6	2		1	2	
Outubro	2	5		2		
Novembro	1	4		4	3	
Dezembro	2	7		5	4	
Total	22	67	26	17	37	19

Fonte: ASCMBA. Mapa Demonstrativo dos Expostos. Documento avulso, Cx. 18.

O aumento do abandono de crianças no ano seguinte a inauguração da instituição pode indicar de que as famílias passaram a ter conhecimento do Asilo. No entanto, o número de enjeitamento diminui consideravelmente no terceiro ano. É importante ressaltar que apesar da diminuição da mortalidade infantil em relação ao período anterior a criação do Asilo, os óbitos continuaram muito altos, uma vez que ingressaram 115 crianças e morreram 73. Muito antes da ação médica em instituições religiosas que cuidavam de crianças desamparadas, as preocupações com a saúde das crianças eram desempenhadas pelas irmandades. Segundo Marcílio, "na maioria dos continentes e países onde foram fundadas, as misericórdias se anteciparam às atividades estatais de assistência social e à saúde".[224] No Brasil, assim como em outros países, estas instituições foram pioneiras na criação dos cursos de Medicina e Enfermagem,

[224] MARCÍLIO, *História Social da criança*…, p. 47.

como é o caso das irmandades em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre e Salvador.[225]

2.3 As amas de leite: "um mal necessário"?

Em 1838, o médico Agostinho José Ferreira Bretas defendeu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese sobre o aleitamento materno. Com o título de "A utilidade do aleitamento maternal e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever", Bretas buscou denunciar a "desnaturalização" do hábito do aleitamento materno. O médico também questionou os motivos da insuficiência dos instintos maternais das mulheres das famílias abastardas.[226] Suas críticas também recaíram sobre aqueles que confiavam o aleitamento dos meninos às escravas porque considerava um perigo moral aos bebês que recebiam leite de outras mulheres. O argumento era de que as "qualidades" do leite da escrava possuíam valores negativos que seriam reproduzidos pelas crianças.

A literatura sobre as mulheres que amamentavam os filhos de outras mulheres vem crescendo, embora isso ocorra de forma secundária a outros estudos.[227] Segundo o dr. Silva Araújo, médico dos expostos, as amas externas, juntamente com as mães, eram as principais responsáveis pela mortalidade infantil das crianças expostas. A crença era de que estas mulheres eram movidas apenas pelo interesse financeiro. O estatuto do Asilo indicava a realização de visitas inesperadas às casas dessas mulheres. O

---

[225] Idem.

[226] BRETAS, Agostinho José Ferreira. Dissertação inaugural sobre a utilização do aleitamento maternal e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever. Rio de Janeiro, 1838. 28p. Tese (Doutoramento). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro *apud* SILVA, Antônio Augusto Moura da. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990, p.50-51.

[227] Em geral, esta temática acompanha os estudos cujo objeto central é a história da família, história da criança abandonada, história de mulheres escravizadas, regulamentação de serviços e higiene pública no século XIX, debates em torno da construção nacional, discussões raciais, medicina, entre outros. Sobre o tema, ver: PAULA, Leandro da Silva de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1840-1882). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011; GUTIERRES, Damiana Guimarães Valente. *No colo da ama-de-leite*: prática cultural da amamentação e do cuidado das crianças na Província do Grão-Pará no século XIX. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013; ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. *Amamentação - um híbrido natureza cultura*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 1999; MARTINS, Luiz Carlos Nunes. *No seio do debate* – amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: [s.n.], 2006; BANDINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado:* o mito do amor materno. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1985.

argumento do dr. Araújo era de que a pobreza cunhava a "degradação orgânica" dessas mulheres e que o "vício da educação da baixa classe" em alimentar as crianças com as tradicionais *papinhas* (de farinha e água fria) causava a morte das crianças.[228] As amas eram apontadas como causadores das mortes dos bebês, mas foi o leite dessas mulheres que ajudou a diminuir o índice de mortalidade infantil. Apesar de ter ocorrido desleixo de algumas amas, sem elas, o cenário era ainda pior. Outro tema importante no universo da amamentação infantil diz respeito à alimentação artificial industrializada. No último século ocorreram avanços científicos, sobretudo a partir da instituição da nutrição como campo do saber e sua contribuição sobre a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento da criança. Embora ainda seja renitente a substituição do leite humano por alimentos artificiais. Na segunda metade do século XIX, diversos jornais da capital baiana passaram a trazer anúncios de farinhas industrializadas. Na década de 1870, a farinha láctea ficou bastante conhecida na capital baiana através da força da propaganda. Essa 'novidade' era vendida em um único local da cidade. Em anúncio publicado no *Jornal da Bahia* na quarta feira de 19 de abril de 1876, o produto era indicado para crianças de peito pessoas fracas.

Figura 4 - Anúncio de venda da farinha láctea

AMA DE LEITE

A farinha Lactea de Nestlé é um alimento de primeira ordem para criancinhas de peito, pessoas fracas e convalescentes; vende se na rua Direita do Commercio, escriptorio de Francisco d'Assis Souza.

Fonte: *Jornal da Bahia*, 19 de abril de 1876.

O texto que acompanhava os anúncios parecia revelar o conhecimento da prática social das misturas que algumas amas de leite davam as crianças. Obviamente, as amas

[228] Relatório Médico do Asilo dos Expostos no ano Compromissal de 1878-1879. Gazeta Médica da Bahia, 4º Volume – Terceira Série, 1879, p. 381 *apud* VITORIA, Os filhos da Misericórdia..., p. 69.

que atendiam as demandas da Misericórdia não eram o público alvo do anúncio por motivos financeiros.[229]

Décadas antes da criação do Asilo dos Expostos, os administradores da assistência realizaram tentativas de não depender das amas de leite, fazendo o uso da alimentação artificial em que "as crianças eram alimentadas com pão molhado, mel misturado com água, ou, então, sugavam leite em trapos ou bonecas de pano".[230] Em nenhum momento as autoridades administrativas e os conselhos médicos alertaram sobre as formas higiênicas de realizar tal processo. Sobre as razões para os usos destes alimentos, o autor acredita que as criadeiras poderiam acumular mais de uma renda, isso se as crianças sobrevivessem. Por outro lado, os administradores tentaram empregar estas técnicas por questões financeiras: diminuir os custos com a contratação e fiscalização das amas internas e externas.[231] No ano de 1840, ocorreu uma trágica tentativa de substituir as amas por alimentação artificial. A Misericórdia "tentou fazer a criação dos Expostos dentro do Recolhimento, confundindo o regime de um Estabelecimento com outro bem diferente [...] a experiência foi bem dolorosa, porque coitado foi o desgraçado que escapou da morte". Venâncio calcula que os índices de mortalidade infantil na Santa Casa foram de 906 por mil, entre 1836 a 1837.[232]

O aperfeiçoamento de técnicas no auxílio da alimentação artificial foi se tornando cada vez mais divulgada nas décadas seguintes. O anúncio abaixo passou a figura constantemente nas edições do Jornal *O Monitor*, durante a década de 1870:

---

[229] As amas contratadas pela Santa Casa recebiam um valor mensal de 8$000. O alimento artificial, à época, era vendido na Província exclusivamente por Francisco de Assis Souza, na rua direita do Comércio, n 8. A caixa do produto era comercializada por 40$000 réis (quarenta mil réis), a caixa com cinquenta latas. Cf. FBN. *Jornal da Bahia*, 19 de abril de 1873, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815063&PagFis=331>. Acesso em: 31 de março de 2016. Ver também: FBN. Jornal Diário de Notícia da Bahia, 29 de setembro de 1877, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098167&pesq=nestle&pasta=ano%20187>. Acesso em: 31 de março de 2016. FBN. Jornal Correio da Bahia, 20 de julho de 1878, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=303488&PagFis=1643>. Acesso em: 31 de março de 2016. Outras empresas passaram a anunciar os produtos artificiais como "açúcar de leite para crianças" que, segundo o Laboratório e Farmácia Homeopática, "este produto reúne todas as vantagens desejáveis sobre o leite condenado e farinha Nestlé. O produto foi definido como "o substituto perfeito para o leite humano". Cf. FBN. Jornal *O Monitor*, 31 de agosto de 1880, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&PagFis=4297>. Acesso em: 29 de março de 2016. Vários exemplares dos jornais citados trouxeram informações sobre alimentação artificial entre as décadas de 1870 a 1880.

[230] VENÂNCIO, *famílias abandonadas*..., p. 109.

[231] Idem. Ver também: VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) & Carla Bassanezi (coord. de textos), *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, p. 196.

[232] ASCMBA. Livro de Atas da Mesa (1834-1846), S/cód. *apud* VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*..., p. 109.

Figura 5 – Anúncio de venda de mamadeira

CASA SUI GENERIS

60---RUA D'ALFANDEGA---60

Nova mamadeira aperfeiçoada

Systema unico e economico

UTILIDADE

ACEIO

ÁS EXCELLENTISSIMAS MÃES DE FAMILIA

E' lei imprescindivel da natureza que as mães devem amamentar ellas mesmas seus proprios filhos, e de forma alguma podem eximir se d'este sagrado dever sem comprometter a existencia do recemnascido.

Este principio de alta moralidade não pode ser contestado, pois que infelizmente o confirma a terrivel e avultada mortandade dos meninos criados longe dos cuidados maternos.

Hoje porém que um grande numero de senhoras são impossibilitadas, por diversos motivos, de amamentar seus filhos, ou aliás não podem ou não querem se sugeitar a uma vida de sacrificios e abnegações.

Hoje que as difficuldades cada vez mais augmentam para achar-se uma ama cujo leite seja perfeitamente bom, sadio e abundante; o unico remedio de que valer-se é recorrer á amamentação artificial; porém a grande difficuldade a superar consiste em achar-se um apparelho que preencha devidamente as condições do seio materno.

A nova mamadeira que vimos hoje offerecer ás Eximas. mães de familia está n'este caso, pois que suppre perfeitamente todas as lacunas do antigo systema, substituindo quando é possivel o peito mercenario da ama de leite.

Como todas as mamadeiras usadas até hoje, tem a nossa o seu recipiente de vidro; mas differe essencialmente pela sua construcção especial, e pela simplicidade e perfeição das diversas peças de que é composta.

E' bastante que o menino comprima levemente os beiços, que uma contracção ligeira da lingoa acompanhe o jogo natural da respiração, para que o leite, sempre prompto a brotar, penetre na bocca sem o minimo esforço, produzindo umas correntes capilares, em logar de uns globulos, como se formam nas outras mamadeiras.

E' principalmente a este phenomeno que é devida a sua superioridade.

A facilidade com que se armam e desarmam para a indispensavel lavagem diaria as torna tambem muito recommendaveis, ajuntando-se a todas estas perfeições o seu preço muito reduzido, que se colloca ao alcance de todas as classes da sociedade, para qualquer familia poder aproveitar-se d'este grande melhoramento.

CASA SUI GENERIS

60--RUA D'ALFANDEGA--60

Fonte: FBN. Jornal O Monitor, 6 de setembro de 1876. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&PagFis=316>. Acesso em: 31 de março de 2016.

O anúncio endereçado às mães de família prometia auxiliar a criança na ingestão dos alimentos artificiais. O crescente comércio destes produtos teve como estratégia de venda criticar as “qualidades” do leite das amas. Este argumento, por sinal, já estava sendo difundido pelos médicos *higienistas* em suas publicações e defesas de teses.

As amas de leite foram personagens importantes na vida das crianças pertencentes às camadas abastadas ou pobres. Estas mulheres amamentavam os filhos de outras mulheres em troca de pagamento, ou, ainda, podiam ser escravas alugadas por seus senhores. As amas existiam na Europa pelo menos desde o século XVI e constantemente foram chamadas de “mercenárias”. Segundo Sandra Koustsouskos, as amas livres e forras que negociavam o seu leite eram vistas como figuras que buscavam enganar os médicos, escondendo doenças. Havia também a ideia de que essas mulheres possuíam o leite “ralo” e “fraco” (este mito ainda perdura nos dias atuais). Várias

pessoas as condenavam chamando-as de "mercenárias", por não amamentar apenas o próprio filho ao vender seu leite para obter renda extra. Outro ponto interessante que a autora traz é que poucos se preocuparam em perceber os sacrifícios de mulheres pobres que se empregavam neste tipo de serviço.[233] Não faltaram a este segmento críticas, acusações de maus tratos às crianças e desconfianças, feitas por médicos e figuras ligadas à Misericórdia. Todavia, quem eram essas mulheres? Como eram contratadas? Sabe-se que Santa Casa estimulava a permanência da criança junto à ama após findar o aleitamento, dando até mesmo o direito para explorar a mão de obra das crianças depois de completar 12 anos, de forma remunerada ou em troca de abrigo e comida. A política de contratação das amas de leite, fossem elas internas ou externas, passava por uma suposta rigorosa avaliação. O *Regulamento do Asilo* definiu que as "amas internas" deveriam ser "em número proporcionado às necessidades" e amamentariam os órfãos indiscriminadamente, em troca, receberiam gratificações demarcadas pelo Mordomo, "em conformidade com os preços da época".[234] As amas que moravam no Asilo eram chamadas de amas internas, enquanto as amas de leite "externas" deveriam viver na cidade e não poderiam ser encarregadas de mais de uma criança.[235] Algumas mulheres residiam a uma distância considerável do Asilo, ainda assim, obrigatoriamente deveriam viver dentro da cidade. O exposto Fiel Constantino de Mattos, por exemplo, no mês seguinte ao ser recolhido à Roda, foi "dado a criar" para a senhora Constancia de São Jozé, parda, casada, moradora de Itapagipe.[236]

Havia famílias criadeiras que alugavam amas escravas para amamentar e cuidar de crianças. A Santa Casa contratava os serviços das amas livres pobres, libertas e escravas. No dia 5 de outubro de 1851, Candido, "menino cabra com umbigo já são", foi acolhido pelo Asilo e dado a criar no mesmo dia para a "preta Constança", liberta, moradora da ladeira de água de menino. Outro exposto, Ouvidio, enjeitado ainda recém-nascido, foi dado a criar para "cabra" Maria Antonieta, moradora da Barroquinha, casa 12. Maria era escrava de Antonia Joaquina Silva que, segundo o documento, era o responsável pela criança. A documentação traça o perfil dessas mulheres como sendo "cabras", "pardas" e "crioulas". No entanto, havia mulheres brancas pobres que executavam este serviço, como era o caso de dona Maria dos Reis Paranhos, branca, solteira, moradora da rua nova de São Bento, que recebeu o menino Joaquim, também

[233] KOUTSOUKOS, '*Amas mercenárias*', p. 311.
[234] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 7.
[235] VENÂNCIO, *Famílias abandonadas*, p. 60-69.
[236] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº 1213, Est. H, fl. 49

branco.[237] As formas de admissão das amas internas ocorriam mediante vistoria Irmã da Superiora, que deveria coletar informações sobre o nome, estado civil, domicílio, o "estado de saúde e boa qualidade do leite".[238]

De acordo com Maria Marcílio, não foram raros os casos em que as amas escravizavam as crianças pardas e crioulas.[239] Isso era possível devido aos indícios da existência de um mercado só de crianças escravas.[240] As amas externas passavam pelos mesmos critérios para serem contratadas, porém a sua gratificação era fixada em 8$000 por mês. O Asilo produzia um guia das amas referente a cada mês do ano. Nessa lista constava o número de matricula da criança e os dados das amas externas e internas.[241] Também eram listadas as amas que não possuíam guia. Isso tudo funcionava como forma de controlar essas mulheres.[242] Em uma dessas fichas, com o número 12993, consta o nome do "crioulo" Domiciano Dias de Mattos, que foi entregue em 22 de julho de 1861 para Maria da Conceição, como forma de legitimar a entrega. Havia vários rabiscos referentes ao pagamento de 8$000 mensais realizado no primeiro ano de criação, acompanhado da indicação de apresentação do órfão a cada vencimento de mês, junto com o atestado de vacina.[243] Em pesquisa recente sobre as amas de leite no Grão-Pará, no século XIX, Damiana Gutierres faz uma análise minuciosa dos anúncios de jornais sobre as ofertas de serviços das amas de leite. Neste trabalho, a autora debate sobre os tipos de transações, o tempo dos arranjos, e apresenta uma literatura sobre como contratar uma ama de leite. Conforme demonstra Gutierres, muitos jornais traziam anúncios de aluguéis de amas de leite.[244] Isso reflete a forma como a prática de se recorrer às amas de leite era comum no Brasil oitocentista. Este mercado foi iniciado com as escravas, mas nas últimas décadas do século XIX cresceu o número de mulheres livres e libertas que passaram a realizar este tipo de atividade. Outra constatação é que, quase nunca, há referências sobre os filhos das mulheres que ofereciam os serviços

---

[237] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Estante. Nº 1214, Est. H, fl. 1.
[238] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 6.
[239] MARCÍLIO, Maria Luiza. Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista. *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997, p. 157.
[240] REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998, p. 45.
[241] ASCMBA. Guia das amas do mês de julho, agosto e setembro de 1862. Documento avulso. Cx. 17. 1862.
[242] ASCMBA. Lista das amas que não tem guias do mez de agosto de 1862. Documento avulso. Cx. 17. 1862.
[243] ASCMBA. Ficha de Entrega de Domiciano Dias de Mattos à Maria da Conceição. Documento avulso, 1862. Cx. 18.
[244] Ver: GUTIERRES, *No colo da ama-de-leite*, sobretudo o capítulo 4, intitulado: "As amas de leite em anúncios de jornais na Província do Grão-Pará no século XIX", p. 94-149.

como amas, fossem livres ou cativas. As famílias abastadas não se importavam com isso.

Conforme o ciclo de migração europeia crescia no Brasil, as mulheres estrangeiras passaram a disputar estes espaços. Felipe Alencastro observa que se tornou complicado debater sobre amas de leite a partir de 1850, período de forte migração portuguesa, especialmente dos Açores. A partir dos anúncios de aluguéis, o historiador observa a forma sutil como se "inverte o prenome pessoal *se*, mudando a partícula apassivadora do verbo pronominal em objeto direto, ativo: uma mucama é posta à alugar-se pelo seu proprietário, a senhora livre se aluga ela própria".[245] Além dessas duas categorias, amas internas e externas, havia as "amas secas", ou simplesmente criadeiras. Estas mulheres cuidavam das crianças "desmamadas" e passavam por critérios de seleção fiscalização. O período de amamentação era suspenso depois de o exposto completar um ano, o prazo era estendido se constatada alguma necessidade. O órfão era "dado a criar" para as "criadeiras" pelo valor de 4$000 por mês, válidos até completar seis anos de idade. Em seguida, o acordo era encerrado e a criança retornava ao Asilo para o período de educação.

Ao todo, das 292 matrículas e contratos de saída dos expostos, apenas 20 crianças continuaram com suas criadeiras até completar a maioridade. A documentação mostra alguns casos de entrega das crianças para alguma pessoa interessada em criá-la, sem ônus algum para instituição, "por mero amor de criação, ou por algum outro motivo inteiramente desinteressado". É possível falar em amor de criação ou o órfão seria um braço útil a ser explorado comercialmente por estas famílias pobres? Muitas vezes, a relação que se iniciava como um trabalho poderia se transformar em amor. Thomaz José de Mattos, "pardo claro", chegou ao Asilo ainda recém-nascido onde permaneceu por alguns dias até ser entregue para Maria Geralda dos Santos, no final de maio de 1864.[246] A criação cessou quando o menino completou seis anos. Em seguida, Thomaz retornou ao Asilo para estudar. Anos mais tarde Maria entrou com petição junto ao Provedor dr. Francisco Rodrigues da Silva, no dia 20 de dezembro de 1877. De acordo com o Mordomo dos Expostos, Maria "vinha assinar o presente termo para surtir os necessários efeitos obrigando-se a sustentar, vestir e tratar na moléstia o referido exposto sem dispêndio algum para a Santa Casa". A Misericórdia se reservava a

---

[245] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*: Império, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 64.
[246] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 52.

fiscalizar a criação até que o exposto atingisse a maioridade. Maria era humilde e não sabia escrever, para isso o escrivão da Santa Casa, João Bernardino Franco Lima, assinou o documento como fiador da requerente.[247] É possível que Maria tenha esperado o exposto encerrar o período de educação para retornar a sua companhia. Isso não descarta a hipótese do pedido ter sido realizado justamente para também explorar a força de trabalho de Thomaz.

Ocorreram alguns episódios em que a criança não permanecia muito tempo longe da mulher que o criou, inclusive entrava-se com petição no momento em que o exposto completava seis anos. Jacinto Thomaz de Mattos teve essa sorte. Enjeitado com um ano, em 1869, o menino pardo foi criado por Maria Magdalena do Nascimento. Em 1874, Maria agiu como sua homônima, citada anteriormente, e compareceu a sala dos despachos da Santa Casa com o documento em mãos que lhe concedia o direito de criar Jacinto sem nenhum gasto por parte da irmandade.[248] Neste caso, fica evidente os verdadeiros interesses por trás dessa petição. Ainda que se queira acreditar na existência de sentimentos construídos entre ama e exposto, mesmo diante de uma relação comercial, há um problema que se liga as relações de trabalho e de gênero e que indicam outros aspectos a serem considerados. Foi descartada a hipótese que relaciona a escolha da criança por parte das amas/criadeiras através de critérios raciais, uma vez que o padrão não destoa do percentual de crianças por cor. Entre as 20 crianças que viveram em companhia de seus criadores até completar maioridade, apenas uma era do sexo feminino. Há duas considerações sobre o problema: a Santa Casa estimulava a criação externa gratuita dos meninos sem precisar ter gastos, por sua falta de preparo para manter estes meninos; a incidência de petições para criação prolongada de órfãos do sexo masculino pode indicar eventuais situações de exploração da sua mão de obra.

Se, por um lado, estas mulheres foram importantes no mundo das crianças abandonadas, por outro, o segundo quartel do século XIX foi palco do surgimento de novos sujeitos entusiasmados pelo discurso médico contrário às amas. O Jornal *Gazeta Médica da Bahia* foi um dos principais canais de comunicação do projeto médico higienista em Salvador, como também o principal veículo da imprensa baiana oitocentista preocupada em atacar as amas de leite e criadeiras. Para estes médicos, o alto índice de mortalidade infantil no Asilo dos Expostos se dava ao "pouco cuidado

---

[247] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 29.
[248] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 35. Ver também: ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 14.

que as amas externas prestam ás crianças [...] apenas pelo interesse pecuniário é que algumas vão ali tirá-las".[249] O texto ainda reconhece que a maior parte dessas mulheres eram paupérrimas, "nas quais têm impresso seu cunho de degradação orgânica e miséria e as privações continuadas". O argumento era de que mesmo havendo amas fortes e sadias, as crianças apareciam com problemas de estomago e intestino devido as tradicionais "papas", quase sempre de "péssima" farinha de mandioca.[250] Apesar da noção corrente de que o leite passava as "qualidades" físicas e morais para os bebês, segundo os médicos do Asilo outro grande problema era o chamado "vicio de educação da baixa classe".[251] De modo geral, a tentativa de controle da medicina sobre a saúde e as práticas de amamentação era uma centelha das incursões médicas diante da infância e sobre o próprio corpo feminino. É preciso ter em mente que a medicina além de não ser uma instituição homogênea e coerente com os interesses das autoridades públicas, operou por um longo período em um ambiente conflituoso e de rejeição por parte dos populares.[252] Ainda sobre este tema, Caroline Santos Silva demonstra como havia, entre os médicos, saberes sobre a "patologização do corpo feminino" e discursos que buscaram moldaram um lugar social das mulheres.[253] Em contrapartida, as mulheres que defenderam teses na Faculdade de Medicina da Bahia se dedicaram justamente aos temas relacionados ao corpo feminino, indicando que havia uma conduta feminina de atenção em relação à saúde da mulher e ao desenvolvimento de técnicas que melhorassem a sua saúde.[254]

A tentativa de controlar as amas externas era feita por visitas inesperadas como elemento surpresa.

> Art. 20º. Além dessa inspeção geral, a Superiora, ou uma das companheiras na administração geral a que ela designar fará com frequência visitas de domicílios ás amas e crianças em dia e horas incertas, com o fim de observar o estado de saúde de ambos, e o tratamento dado aos meninos.[255]

---

[249] FBN. Jornal *Gazeta Médica da Bahia*, p. 381.
[250] Ibidem, p. 382.
[251] Idem.
[252] SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 45-47.
[253] SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação*:ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)**.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001, p. 49.
[254]*Ibidem*. Ver, sobretudo o capítulo 2.
[255] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 09.

Em caso de doença que pudesse ser tratada em casa, a Misericórdia aconselhava a não levar a criança ao Hospital. Quando a enfermidade era grave e o enjeitado não era levado ao Hospital, o Mordomo cortava 15 dias do salário da ama. As amas e criadeiras que se declaravam doentes estavam sujeitas ao desligamento das tarefas. A partir de 1870, ocorreu o aumento dos debates sobre os cuidados com o aleitamento. Tamera Marko diz que a própria presença da figura da ama de leite passou a ser questionada e o problema se acentuava à medida que se debatia sobre as amas "de cor", através de supostos costumes "perigosos", "retrógrado" e "anti-higiênico". Isso era parte da compreensão de que estas mulheres eram prejudiciais à saúde da criança e aos ideais de desenvolvimento e modernização de uma sociedade que almejava ser "civilizada" e "moderna".[256]

As amas de leite empreenderam uma relação sentimental com as crianças que recebiam o leite, fosse por amor ou ódio (nos exemplos em que as escravas eram forçadas a relegar seus filhos em virtude dos filhos de outras mulheres). Sandra Graham explica que a afetividade presente neste tipo de relação foi marcada por recompensas que levava em consideração o comportamento afetivo e serviçal. Sobre as famosas fotografias de amas e crianças, a autora se questiona: "Quem sabe, talvez, algumas amas tenham ganhado um retrato seu, tirado em estúdio de fotografia, com as crianças que amamentavam ou haviam amamentado, como gesto de atenção, carinho ou saudade?".[257] No livro Casa Grande & Senzala, Gilberto Freyre ressalta que a escolha das escravas negras como amas de meninos foi uma prática vinda de Portugal e que existia entre as senhoras ricas.

> A escolha da escrava negra para ama de menino sugere-nos outro aspecto interessantíssimo das relações entre senhores e escravos no Brasil: o aspecto higiênico. De Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de saloias (sic) ou escravas. [...] Com relação ao Brasil, seria absurdo atribuir-se à moda a aparente falta de ternura materna da parte das grandes senhoras. O que houve, entre nós, foi impossibilidade física das mães de atenderem a esse primeiro dever de maternidade. [...] Se casavam todas antes do tempo; algumas fisicamente incapazes

[256] MARKO, Tamera. A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician, and two Babies: negotiation of a 'raceless' motherhood ideal and cultural legacies of slavery in 1880 Rio de Janeiro. In: _____; WARREN, Adam (Ed.). Women, ethnicity, and medical authority: historical case studies in reproductive health in Latin America. San Diego: Center for Iberian and Latin American Studies/University of California, 2004, p.60-62.
[257] GRAHAM, *Proteção e obediência*, p. 61.

> de ser mães em toda plenitude. Casadas, sucediam-se nelas os partos. Um filho atrás do outro.[258]

Segundo Freyre, em Portugal essa prática era uma questão de moda e distinção social, mas no Brasil, havia uma impossibilidade física das mães que davam à luz muito cedo, as impossibilitando de amamentar seus filhos. Luiz Felipe Alencastro discute as particularidades brasileiras em relação ao modelo europeu e a polêmica em torno das escravas que amamentavam os filhos de outras mulheres. O autor traz anúncios e debates em jornais, mostrando os argumentos prós e contra do emprego de *mucamas* neste serviço. Um dos argumentos contrário ao leite da escrava era de que a criança iria desenvolver costumes e hábitos dos cativos e que havia uma forte influência europeia sobre as "qualidades" culturais da mãe que seriam passadas pelo leite. O contra-argumento de um respeitável médico do Rio de Janeiro, Antônio Ferreira Pinto, era de que a cativa trataria a criança com todo o amor, motivada por possíveis recompensas ou alforria.[259]

Depois de 1850, especialmente nas décadas finais avançadas do século XIX, nota-se nas páginas dos jornais a tentativa de se afirmar a imagem do país mergulhado no afã "civilizatório", em busca da "europeização" dos costumes. Não obstante, as campanhas de branqueamento, da substituição da mão de obra negra pela europeia e as ideias do embranquecimento da população, se ligaram ao pensamento de que a degeneração do cativo contribuiu para aumentar ainda mais o preconceito com a ama de leite escrava. Existia a crença de que o leite transmitia às crianças qualidades culturais, isso explica as críticas às amas negras. Acreditava-se também que o leite poderia transmitir doenças físicas, como a febre amarela, cólera, tuberculose, sífilis, vermes, lepra, entre outras doenças.[260] Portanto, não foram apenas os médicos que rechaçaram a imagem do escravo como incapaz de sentir afeto materno, e que o leite iria 'corromper' as crianças. Esse discurso se fortaleceu ainda mais a partir da década de 1870. A recorrência de debates em torno da amamentação materna acentuou o crescimento da intolerância diante das mulheres que amamentavam os filhos de outras.[261]

---

[258] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob regime patriarcal. 34ª Ed, Rio de Janeiro, Record, 1998, p. 359-60.
[259] ALENCASTRO, *Vida privada e ordem privada no Império*, p. 64-66.
[260] As teses médicas da época oferecem um amplo repertório de doenças que seriam transmitidas a partir do leite. Ver: GRAHAM, *Proteção e obediência*, p. 130-131.
[261] Ibidem, p. 144.

A partir de 1870, foi construído o discurso da "mãe de família" cujo perfil deveria exercer uma espécie de auxílio ao desenvolvimento higiênico. Portanto, além da amamentação, "outra função foi sendo agregadas às atividades que deveriam ser desempenhadas pelas esposas-mãe do espaço privado: administração higiênica do lar".[262] No dia 6 de setembro de 1876, no jornal *O Monitor* publicou um texto intitulado: "A primeira educação e sua importância". Buscava-se, a partir de impressões francesas, debater sobre os princípios morais passados pelas mães aos seus filhos desde sua gestação e os supostos valores transmitidos pelas amas de leite através do aleitamento. Henri Marion, jornalista responsável pelo texto, conta que,

> Na opinião de um escritor contemporâneo, o Sr. De Frarière, é somente no berço que se deve começar a educação da criança, mas antes do seu nascimento e talvez desde a sua concepção. [...] Todas as mulheres devem compenetrar-se dela e redobrar a vigilância moral, desde que sentirem os rebates da gravidez [...] Semelhante crença salutar, dado que fosse muito falível, ainda assim, é um grande meio para aperfeiçoar a mãe, fazendo-lhe sentir a gravidade e santidade da missão que lhe incumbe desempenhar na sociedade [...] Eis uma das razões, se não a maior, porque corre o dever ás mães de criar seus filhos, por interesse próprio, e, ainda mais, porque terão a plena certeza de que os filhos não adquirirão as moléstias de que se acham infeccionadas, nem os vícios que essas amas mercenárias, na sua maioria, incutem na criança.[263]

Munido de um argumento de que a "influência moral" da ama de leite contribuía para determinar o caráter da criança através de seus hábitos, o jornalista não comungava da ideia de que o leite era o transmissor dos valores morais. Sua crítica recaia sobre as amas de leite pelo contato cotidiano, não pela crença de que o leite de uma ama "má", "caprichosa" e "dissimulada" (comportamentos que os senhores atribuíam aos escravos) seria transmitido para criança. Os debates em torno da amamentação centrados na representação das amas e na "qualidade" do leite (desde possíveis doenças transmissíveis pela amamentação até os supostos princípios morais) não se limitaram apenas ao universo médico. Como estratégia de desestimular estas relações, as mães foram incentivadas a amamentarem seus próprios filhos. Por motivos óbvios, estes debates não se enquadram na realidade do Asilo dos Expostos, a não ser pela

---

[262] MARTINS, *No seio do debate*, p. 117.

[263] Cf. FBN. Jornal *O Monitor* de 6 de setembro de 1876, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&PagFis=4304>. Acesso em: 29 de março de 2016.

diminuição da utilização de escravas como amas, devido ao simples fato de não existir a presença da mãe natural na vida das crianças abandonadas. O movimento científico-higienista buscava se legitimar enquanto saber através das Faculdades de Medicina, de publicações em artigos, jornais e literatura, ou por meio das *Juntas de Higiene*.[264] Além do combate às práticas populares de cura, o principal discurso estava voltado para construir um projeto civilizador, baseados no controle, diagnóstico e cura dos problemas que assolavam a nação, especialmente as epidemias. O principal alvo era a população pobre.[265]

No que diz respeito ao Asilo dos Expostos, Mahiara Vitoria acredita que o pensamento de alguns médicos também pode ser entendido em um contexto que vai além das teorias sobre um determinando grupo social. Isso porque os médicos higienistas e os membros da mesa administrativa da Misericórdia buscavam creditar as mazelas das crianças às mulheres das camadas mais pobres, pois "a culpa das mortes dos expostos na degenerescência física e moral das criadeiras parecia ser uma boa saída no momento de escrever o relatório a ser entregue ao Presidente da Província".[266] Na interpretação da Santa Casa, o acordo com as amas de leite findaria se surgissem indícios de "desleixo ou relaxação". O artigo 16 do Regulamento mostra as suspeitas da instituição:

> Na concessão dos expostos, recomenda-se todo o cuidado, para que não abusem dos socorros que o Asylo presta aos verdadeiros necessitados algumas mulheres de maus costumes que expõe desumanamente seus filhos, para depois, como amas, os virem tirar. Se alguma coisa a tal respeito for descoberta, ou se na visita algum caso extraordinário se der, que reclame providencias.[267]

O documento ainda definiu que "o Mordomo nunca dará a ama o exposto que for por ela indicado". Isso mostra que a Santa Casa estava atenta às estratégias das mães sem condições de criar seus filhos, que os enjeitavam e retornavam como amas. Na petição realizada no dia 10 de agosto de 1862, Maria Florinda do Espírito Santo obteve êxito ao pedir para continuar com a exposta que ela ajudou a criar, recebendo da Santa

---

[264] Ver: REIS, A *morte é uma festa*, p. 250-251; MARTINS, *No seio do debate*, p. 85.
[265] Ver: SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*,p. 241; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial, São Paulo: Cia da Letras, 1996, p. 29.
[266] VITORIA, *Os filhos da Misericórdia*, p. 71.
[267] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 10-11.

Casa uma pequena quantia. A menina se chamava Olivia "Florinda".[268] Talvez a indicação de um dos nomes das mães, ou a inversão deste, no caso de crianças do sexo masculino, tenha passado despercebido aos olhos do Mordomo. É possível que essas mulheres tenham criado os próprios filhos e recebido o pagamento, ou, ainda, antes de 1862, a fiscalização pode não ter sido suficientemente rigorosa. Em contrapartida, esta hipótese esbarra em uma eventual participação das amas de leite na escolha dos nomes das crianças, no momento do batismo. Todavia, é tentador acreditar que as mães tenham invertido os nomes das crianças através de bilhetes para identificá-las logo em seguida, ao oferecer serviços de ama de leite. Alguns exemplos dão margem para essa hipótese, como na história do exposto Carlos Custodio de Mattos, branco, que foi "dado a criar" para Helaria Custodia do Sacramento no dia 2 de fevereiro de 1842. Assim como Adolfo Justino de Mattos que foi entregue aos cuidados de Justina Maria da Conceição, de 24 de janeiro de 1844 até 1853.[269]

Em 1870, O jornal *Gazeta Médica da Bahia* lançou uma série de incursões sobre as amas. Foram discutidas questões como amamentar as crianças nos primeiros dois meses, o aleitamento de duas em duas horas e sua repetição apenas se a criança mamar pouco cada vez.[270] No dia 28 de julho de 1871, o Mordomo do Asilo recebeu um ofício que mostrava que a cruzada médica havia chegado ao Asilo dos Expostos. Liderados pelo médico Antonio Mariano do Bomfim, o negociante Elysio Pereira Marinhos, o padre Gleiso e a irmã Superiora se juntaram "afim de dizer o que é necessário relativamente à mudança da Casa dos Expostos, por se julgar a existente insalubre e inconveniente aos mesmos". O relatório final também apontou a necessidade de construir de um muro aos fundos do Asilo, para evitar o ingresso de pessoas estranhas.[271] O resultado desta ação saiu na edição da *Gazeta Média* no dia 15 de agosto de 1872, através da apresentação do relatório do estado sanitário do Asilo da Misericórdia, realizado pelo dr. Antonio Mariano do Bomfim, equivalente a 1871-1872. O "mapa" mostra que a mortalidade geral foi de 14,2%, e 37,3% para as crianças

---

[268] ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A19, Est. H, 1857-1875, fl. 108.
[269] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº 1213. Est. H, fl. 3-4. Em ambos os casos não foi possível identificar a cor das respectivas amas.
[270] FBN. Jornal *Gazeta médica da Bahia*. Nº 83, de 15 de janeiro de 1870, p. 130. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165646&PagFis=1015>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.
[271] ASCMBA. Livro 1º de correspondência do Mordomo do Asylo dos Expostos. Nº 150, 1871, fl. 1.

menores de 1 ano.[272] No relatório geral correspondente aos anos de 1857 a 1866, "apesar das condições vantajosas em que ali se acha o Asylo dos Expostos", a mortalidade ficou próximo aos 42%. Porém, entre 1866 a 1868, a mortalidade geral foi de 41,9%. Entre 1870 a 1871, o resultado foi de 44,6%. Estes foram números considerados "normais" visto que perdas "mais cruéis notam-se em estabelecimentos análogos de alguns dos países mais adiantados da Europa".[273]

> Depois que comecei a exercer as funções de medico do Asylo, tive o prazer de ver decrescer consideravelmente a mortalidade dos infelizes expostos: o que atribuo nem tanto a meu fraco auxilio como medico do estabelecimento; mas principalmente á valioso coadjuvação que tenho sempre encontrado da parte de diversas mesas administrativas e também por parte das beneméritas irmãs de caridade [...].[274]

Não obstante, é interessante perceber quais foram os motivos dos óbitos das crianças. O excesso de chuva e o "abaixamento de temperatura relativo" foram apontados como principais causas. Segue abaixo as explicações:

> Como sabe V.S., os expostos da Santa Casa são recebidos em um edicífil de telha vã e não assoalhado, sito em uma baixa [...] Por ocasião das grandes chuvas, e sobretudo, quando são acompanhadas de ventos fortes, encontra-se o chão do edifícil em grande parte molhado. O ar frio e humido, que pelas fendas do telhado ali penetra durante o dia e mais ainda durante as noites de inverno, é muitas vezes para aquellas debeis creaturas como o sopro gelido da morte.[275]

Chama atenção o repertório de doenças que causaram os óbitos àquele ano. A fraqueza "congênita" foi a maior vilã, causando 8 falecimentos, seguida de sarnas e tétano, ambos com 6 mortes. Problemas na dentição, disenteria, febre "tyohidea", "escrophulas", e convulsões, varíola, vermes, "angica", "anasarca", "colite" e abscesso na caixa torácica, foram outros problemas que resultaram na morte dos órfãos.[276]

---

[272] FBN. Jornal *Gazeta Médica da Bahia*, n. 121, p. 2,15 de agosto de 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165646&PagFis=1212>. Acesso em: 06 de junho de 2015.
[273] Idem.
[274] FBN. *Gazeta Médica da Bahia*, n. 121 de 15 de agosto de 1872, p. 2. O médico parece ter se confundido com tantas estatísticas. Depois de ter dito que a mortalidade decaiu no último ano, o Dr. Bomfim, diz que "de 1870 a 1871, a mortalidade naquele ano foi ainda um pouco menor que no ano de 1871 a 1872 que agora finda".
[275] FBN. Jornal *Gazeta Médica da Bahia*, n.121, 15 de agosto de 1872, p. 2.
[276] Idem.

Segundo o jornal, as amas e criadeiras eram "poderosamente" responsáveis pelos elevados índices de mortalidade, devido aos "tratamentos que a estes infelizes prestam as amas externas".[277] Na edição do dia 1876, a *Gazeta Médica* publicou um texto intitulado: "Hygiene Pública", que tratava do *Projecto de Regulamentação das Amas de leite.* O plano foi formulado no Rio de Janeiro pelo médico Moncorvo de Figueiredo, profissional de renome na capital.

> Tem por fim este projeto estabelecer uma fiscalização legal e restrita sobre a indústria de lactação mercenária, já de si um mal necessário quando a materna é impossível ou inconveniente, e torná-la, senão de todo inofensiva à saúde das crianças, tirar-lhe ao menos grande parte da influência que ela exerce sobre a mortalidade na primeira infância.[278]

Segundo o artigo, a ideia surgiu de estudos franceses sobre a contribuição das "más nutrizes" com alimentação insuficiente ou "insalubre", que contribuía para o alto índice de mortalidade infantil. O projeto higienista que passou a culpar as amas pela suposta negligencia, ignorância e fraude, previa a criação de um escritório em cada província do país, em anexo à *Junta Central de Hygiene Pública*, na capital, e às *Inspectorias de saúde* nas demais províncias. Nomeado como *Direção das amas de leite*, o local serviria para garantir administração moral e higiênica sobre a lactação das "mercenárias", impondo fiscalização direta a essas mulheres, fossem elas livres ou escravas. A cobrança ocorreria apenas para os senhores de escravas e procuradores que deveriam pagar 5 mil réis pela inscrição. Equipamentos como sondas, microscópio e caixa reagente para análise de urina eram usados para analisar o estado de saúde e a "qualidade" do leite. Também foi formulada uma medida com a intenção de inibir o senhor de "forçar sua escrava a amamentar criança alheia e, quando ela aceda a esse mister, ficará seu filho garantido".[279] No projeto, as amas deveriam amamentar as crianças das camadas mais abastadas e médias, sem, no entanto, ter outro tipo de relação com as mães destas crianças. Haveria médicos para supervisioná-las, anotando qualquer reclamação levadas pelas amas ou "alugadores". O trabalho também incluía levantar estatísticas publicadas em relatórios ao final de cada ano. Da mesma forma que ocorria

---

[277] Idem.

[278] FBN. Jornal *Gazeta Médica da Bahia*. V. 1, 2ª série, 1876, p. 496. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165646&PagFis=1990>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

[279] FBN. Jornal *Gazeta Médica da Bahia*, p. 498- 501.

com as candidatas a amas na Misericórdia, o projeto em questão emitiria o certificado sobre as características do leite, entregues gratuitamente às amas que declarassem pobreza. É preciso ressaltar que todo este afã não se concretizou, embora tenha contribuído para criar uma atmosfera de mudança na relação da Misericórdia com estas mulheres. No início do século XX, o mesmo movimento que desativou o uso da Roda, pôs fim à figura das criadeiras. As crianças passaram a viver exclusivamente na Santa Casa depois do surgimento da Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil.

Figura 6 - Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Pavilhão Martagão Gesteira (1934)

Fonte: MSCMBA. Documentos avulsos. 1936.

A partir de 1930, ocorreram mudanças estruturais no acolhimento das crianças da Misericórdia. A fotografia acima mostra as enfermeiras cuidando das crianças no pavilhão Martagão Gesteira. O local foi equipado com berços e pessoal para cuidar dos bebês até os três anos, até que fossem transferidos para outra ala. O dr. Joaquim Martagão Gesteira, professor da pediatria da Faculdade de Medicina da Bahia, liderou o grupo formado por pediatras no movimento que ficou conhecido como *A Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil*.[280] A Roda foi substituída pelo Pavilhão e a Santa Casa autorizou os médicos a prestarem cuidados às crianças, sobretudo às recém-nascidas. Por fim, o modelo de assistência infanto-juvenil surgido no início do século XX vigorou

[280] COSTA, *Ações Sociais da Santa Casa*..., p. 52-53.

por quase todo o século, sendo substituído pelo movimento que resultou no surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.4 O ensino das primeiras letras

O fim da primeira infância representava o início da educação formal na vida das crianças institucionalizadas. As amas externas poderiam dar continuidade na criação de meninos e meninas do Asilo dos Expostos. Entretanto, a partir dos seis anos, grande parte das crianças era recolhida ao Asilo Nossa Senhora da Misericórdia para receber educação. Em seguida, os meninos de 10 a 12 anos eram entregues aos mestres de ofício, mas isso não significava o fim do vínculo com a Santa Casa. As meninas permaneciam no claustro e continuavam a receber educação na Escola Interna do Asilo.

Figura 7 – Sala de aula da Escola Interna do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia

Fonte: ASCMBA. Sala de aula da Escola do Internato. Documentos avulsos. Acervo do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia.

Este tópico investiga a educação baseada nas primeiras letras ministrada no Asilo dos Expostos. O Brasil oitocentista ainda guardava relações com o passado da educação jesuítica e das prédicas de Padre Gusmão. A formação das crianças era guiada por noções como o estímulo da “consciência”. Entendia-se como ponte de referência desta formação educacional o “reverbero onde reflete o influxo misterioso da

Providência [divina]".[281] Na edição do dia 25 de janeiro de 1863, o Jornal *O Brazil* publicou na primeira página o texto com o título: "Educação e Consciência". Este tema representava uma filigrana do pensamento à época, cuja máxima sobre a primeira obrigação para com a mocidade deveria ser o estímulo da consciência cristã.[282] Na primeira metade do século XIX, o método de ensino Lancaster foi adotado no Brasil. Este modelo era uma espécie de esboço de escolas monásticas, com classes divididas em pequenos grupos, baseada em sistema de monitoramento mútuo. O paradigma da educação religiosa esteve presente em toda a sociedade brasileira, especialmente nas instituições religiosas.

A educação como conhecemos é um desdobramento das transformações ocorridas a partir da Primeira República. Durante 130 anos a Escola da Misericórdia funcionou sem o conhecimento de grande parte dos baianos. A pesquisadora Ângela Santana revela que existiu três etapas vividas pela Escola Interna da Santa Casa. Na primeira etapa, a escola era dirigida pelas Irmãs de Caridade e funcionava no início da instalação do Asilo; o segundo momento marca o fim da administração da Escola pelas vicentinas e a contratação de uma professora diplomada; a terceira fase ocorreu com o fechamento da Roda em 1934.[283] O modelo educacional oitocentista seguiu os arranjos de uma sociedade com hierarquias sociais definidas e que esboçava um projeto de instrução para crianças pobres dentro do arquétipo de nação. Isso tudo ocorreu tendo em vista a problemática da emancipação do trabalhador cativo. O avanço das doutrinas *higienistas*, o tímido ideário liberal e o surgimento de fábricas no país motivaram algumas mudanças jurídicas em torno da população infanto-juvenil pobre, órfã e "de cor". Ainda assim, não é possível afirmar que tenha ocorrido uma sobreposição dessas ideias em relação à tradição educacional da Escola Interna do Asilo. Afinal, a Escola foi regida por muito tempo pelas Irmãs de Caridade. Portanto, reitera-se a chamada educação "tradicional" como eixo fundamental na formação dos órfãos em asilos e recolhimentos.

---

[281] FBN. Jornal *O Brazil, Jornal Catholico, Literario e Noticioso.* Ano 1, N. 4. Bahia, 25 de janeiro de 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=818917&PagFis=1>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

[282] A matéria compara disciplina e moral, apesar do rigor da primeira "com a precisão de maquinas", não vai de envolto com a imoralidade, pois, "quando se acha só, ser funesta, à moral, porque parecendo substituí-la, alucinando por exteriores irresponsáveis" verdadeira moral deveria formar as virtudes mais intimas da alma, ligadas ao temor a Deus.

[283] SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa* (1862 – 1934). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 21.

No final da década de 1880, quase 20 anos depois da criação do Asilo, a administração da irmandade começava a cogitar a criação de alas internas para manter os meninos que atingissem a idade de 12 anos:

> No pavimento térreo se estabelecera uma oficina de carpina ou de marcenaria, onde deverão eles se aplicar aos trabalhos dessa arte, preparando peças de obras à proporção que se forem habilitandos. Poderá também haver uma secção de pedreiro, de onde saião para as obras do mesmo Asylo, de S. João de Deus e do Hospital de Caridade, devendo ser acompanhados dos respectivos mestres para isso contratados, tanto na ida como na volta. [...] Poder-se-á também criar oficinas de sapataria e de alfaiataria, bem como uma banda de música, cujos instrumentos pertencerão a Santa Casa, estimulando assim o gosto dos mesmos expostos para as artes.[284]

Pelo menos no século XIX, o projeto supracitado nunca ultrapassou o campo das ideias. No entanto, a tentativa de incorporação dos meninos sob as vistas da Santa Casa pode ser lida através do que Foucault chamou de "localizações funcionais". Isso significa que, pouco a pouco, tende-se a "codificar" os espaços livres deixados pela arquitetura que se "definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil".[285]

Ao retomar a discussão sobre o modelo educacional, percebe-se que a Instrução Pública da Província apresentava um quadro de alunos inverso ao que era oferecido pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Na Província, o número de escolas destinadas para meninos era o dobro de instituições voltado para meninas. O avanço do ensino na Bahia pode ser demarcado a partir do ano de 1873, em forma do decreto nº 1.335 que promoveu a criação de escolas noturnas para adultos nas paróquias. Posteriormente, foram criadas mais escolas primárias.[286] No relatório da Presidência da Província de 1872, a instrução primária da Bahia possuía 274 escolas, eram 212 para meninas e 62 para meninas. Deste total, 5 escolas eram subvencionadas, sendo 3 para meninos e 2 para meninas.[287] É interessante observar a distribuição dos livros pelas Escolas Públicas baianas, para termos uma ideia sobre o conteúdo didático:

---

[284] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy 1887-1891, referente aos anos 1888-1889, fl. 46.
[285] FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 20ª ed., 1989, p. 123.
[286] MATTOSO, *Bahia: Século XIX*..., p. 203.
[287] CRL. Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872, fl. 13-14. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000250.html>. Acesso em: 31 de setembro de 2015.

Tabela 7 - Distribuição de livros pelas Escolas Públicas Primárias da Bahia (1872)

Livros	Distribuiu-se	Existe
1º Livro de leitura do Dr. Abilio	2100	191
1º Livro de leutura Manoel de Jesus	894	2104
2º Livro de leitura Manoel de Jesus	1980	16
Gramática de Manoel de Agostinho	881	1702
Gramática de Laudino Coelho	798	--
Desenho linear	1467	1804
Caligrafia	*1035*	--
Bom Homem Ricardo	2997	2179
Aritmética do Engenheiro Pereira	67	276
Aritmética de Ferrão Muniz	23	155
Tabuada	3782	723
Cartas de A, B, C	3445	478
Coleção de translado	251	887
Ditas de números	173	1204
Ditas de sílabas	177	1072
Ortografia de Araponga	2125	1262
Ortografia de Samuel	--	100
Tesouro de Meninos	980	11
Contos Bíblicos	330	670
Método Zaba	16	84
Catecismo do Pará	650	--
História Sagrada	60	--
Sistema métrico	631	--
Total	**998**	**908**

Fonte: *CRL*. Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872, fl. 36. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000272.html>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

Na década de 1880, os internos da Misericórdia receberam os mesmos materiais didáticos utilizados nas escolas públicas. O principal responsável pela doação foi o ex-presidente da Província, e também ex-provedor da Santa Casa, Cônego D. Romualdo Seixas, que ocupava àquela altura o cargo de Diretor da Instrução Pública na Bahia. Muito antes disso, os dados sobre o Asilo dos Expostos eram apresentados nos Relatórios anuais da Presidência da Província, porém, percebe-se, neste ato, muito mais que uma ação de um nome ligado às duas instâncias - o Estado começava a ganhar terreno no projeto de institucionalização da infância.

O *Método Simultâneo*, ou método de *Castilho*, foi um modelo de alfabetização utilizado pela Escola Interna do Asilo dos Expostos. A Cartilha consistia na organização de uma sala multisseriada com alunos de níveis diferentes que eram ensinados por um único professor, com o apoio dos alunos dos níveis mais elevados.[288] Tempos depois, a Escola adotou o método de leitura *João de Deus* em substituição ao de Castilho. Este modelo de aprendizado ainda usado em Portugal foi criado em terras lusitanas pelo sujeito que deu nome ao programa.[289]

> Este sistema funda-se na língua viva. Não apresenta os seis ou oito abecedários do costume, senão um, do tipo mais frequente, e não todo, mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem; de modo que, em vez do principiante apurar a paciência numa repetição nascia, se familiarize com as letras e os seus valores na leitura animada de palavras inteligíveis. Assim ficamos também livres do silabário, em cuja interminável série de combinações mecânicas não há penetrar uma ideia![290]

A forma como o método é descrito em suas páginas iniciais indica que a compreensão das palavras é concebida a partir da reflexão para além da mecanização e memorização. Angela Santana explica que a decrescente aceitação do método de Castilho foi fundamental para que o método João de Deus passasse a ser adotado no Brasil. O principal entusiasta deste modelo era o professor de português positivista

---

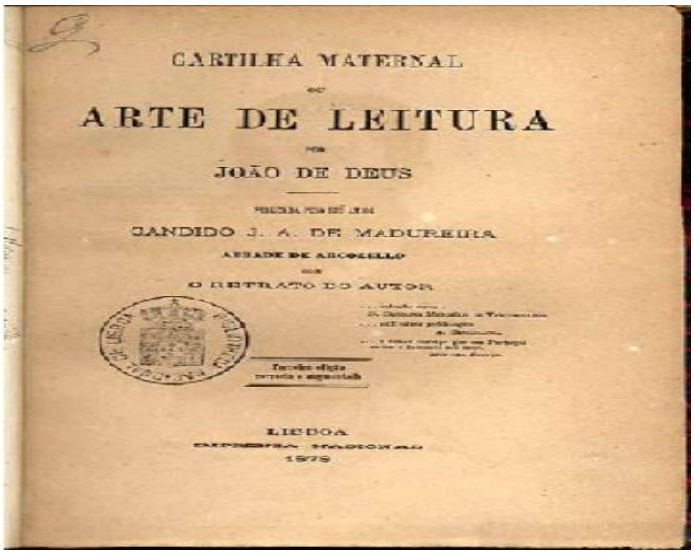
[288] SANTANA, *Santa Casa de Misericórdia*..., p. 161.

[289] As ideias pedagógicas devem ao Poeta João de Deus (1830-1896). O seu principal mentor foi João de Deus Ramos (1878-1856). Seu trabalho foi continuado por sua filha Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (1916-1999); seu neto Antonio de Deus Ramos Ponces de Carvalho. Cf. <http://documentosapei.no.sapo.pt/jornadas_jd_elisaleandro.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

[290] BNP. João de Deus, Cartilha maternal ou arte de leitura: 1830-1896. Publicado pelo seu amigo Candido A. de Madureira, Abbade d'Arcozello com retrato do autor. 3ª ed. Correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878. Disponível em: <http://purl.pt/145>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

Antonio da Silva Jardim Santana.[291] A autora conta ainda que o responsável pela execução deste modelo educacional era um homem, o professor Manoel de Portugal Castro. Ao se desligar do Asilo, o professor da Escola Interna indicou uma professora que dominava o referido método. Dessa forma, além de não mais contar com o professor, as crianças expostas deixaram de conviver com o referencial masculino, voltando, quase que exclusivamente, ao convívio com mulheres.[292]

Figura 8 – Cartilha Maternal ou Arte de Leitura de João de Deus (1878)



Fonte: BNP. João de Deus, Cartilha maternal ou arte de leitura: 1830-1896. Lisboa: Imp. Nacional, 1878.

O Método Simultâneo continuou a ser utilizado pela Escola Interna do Asilo dos Expostos durante a Primeira República. Da mesma forma, as bases religiosas ensinadas na Escola Interna sobrepunham o ensino laico propagado no período. Outra continuidade a ser destacada diz respeito à diferenciação entre meninos e meninas no início do século XX - para além das relações cotidianas que as evidenciavam – através do próprio horário de estudo em que ambos foram submetidos. Os meninos estudavam por 5 horas diárias, o restante do tempo era empregado em atividades domésticas e nos jardins. As meninas estudavam apenas 3 horas por dia, podendo as "mais aplicadas" aprender desenho, pintura e instrumentos musicais aos domingos.[293]

Do ponto de vista prático, das condições objetivas, o maior interesse era o aprendizado de trabalhos manuais associados a determinado sexo. Essa diferenciação

[291] SANTANA, *Santa Casa de Misericórdia*..., p.162.
[292] Idem.
[293] Ibidem, p. 163.

torna o Asilo dos Expostos um espaço privilegiado para que o pesquisador possa observar a construção de identidade de gênero através das políticas educacionais. É possível afirmar que a Santa Casa tenha seguido à risca a reprodução gestual e ideológica das relações raciais, de classe e das diferenças de gênero, como projeto de instrução dos expostos? Se observarmos dentro de uma escala de longa duração, a resposta torna-se retórica. No entanto, a história também é movida pelo conflito. E para chegar com contundência às contradições, relações de domínio e resistência, é preciso observar as exceções que agem como porta de entrada do cotidiano, mesmo que parcialmente encoberta pela repetição da natureza documental da Misericórdia. Trata-se de compreender as informações deixadas conscientes ou inconscientemente por quem registrou os acontecimentos. Ao aproximar a lente sobre as fontes, percebemos as contradições e os conflitos norteadores, sobretudo a partir do binômio: trabalhos de rua/casa, homens/mulheres.

O terceiro capítulo aborda justamente as trajetórias das crianças expostas a partir das contradições entre as regras institucionais e o cotidiano. A intenção é compreender as atitudes individuais e coletivas dos expostos diante das relações de trabalho. A organização da vida das crianças do Asilo dos Expostos esteve ligada às políticas imperiais voltadas para orfandade. Todavia, questões como trabalho, disciplina, afeto, honra, sexualidade, casamento, laços de solidariedade, resistência e negociação, foram lidas através das relações de classe, raça e gênero que estavam presentes no processo que transformou órfãos em trabalhadores.

CAPÍTULO 3. De domésticas (os) a outros ofícios: letras, casamento e contratos de trabalho.

> A árvore que nasce e é cultivada dá frutos perfeitos e sazonados; a que nasce, porém, só à lei da natureza, sem amanho da terra, e sem o auxílio da cultura do braço humano, só por exceção produz bom fruto. O coração em tenra idade é como a cera, que, amolecida, facilmente recebe a imagem indelével nela impressa e jamais [poderá] perdê-la; essa imagem só se firma com a educação moral e religiosa.[294]

No dia 19 de agosto de 1874, o jornal *O Globo*, da capital do império, exibiu a matéria de capa sobre a caridade na Província da Bahia. O jornal dirigido por Gomes de Oliveira era semanal e tratava de temas variados, em diferentes regiões do império. O texto exaltava a importância da Santa Casa de Misericórdia e suas ações para curar os enfermos. Mas, o foco principal era "falar dos colégios destinados a dar educação ao órfão desvalido". No artigo, verifica-se que, assim como a Misericórdia de Salvador, a Santa Casa de Oliveira dos Campinhos, na Bahia, também sustentava um colégio apropriado para "prodigalizar educação ao órfão".[295]

Poucos anos depois da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o tema da instrução dos órfãos propagou-se no Brasil.[296] Acreditava-se que para transformar crianças enjeitadas em trabalhadores dóceis e responsáveis era preciso discipliná-las em instituições que lhes dessem educação moral e religiosa. Os meninos aprenderiam educação literária e ofícios, enquanto as meninas deveriam instruir-se o suficiente para "se tornarem boas mães de família". A interpretação do periódico carioca sobre o tema era liberal e sua finalidade era chamar atenção da iniciativa privada para contribuir financeiramente com a manutenção de colégios para órfãos. Para isso, utilizava-se do

---

[294] BNB. Jornal *O Globo*, Ano I, n. 15, 18 de agosto de 1874. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369381&PagFis=51>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

[295] O jornal também apresentou outras instituições baianas que acolhiam crianças órfãs, como o Colégio de órfãos, Colégio Nossa Senhora do Sallete, Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões e o Colégio do Santíssimo Coração de Jesus. O objetivo era mostrar um balanço da capacidade de acolhimento e arrecadação de cada irmandade.

[296] MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Os desvalidos*: *o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910*): uma contribuição à história das instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996; CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Fórum Educacional*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979; ALMEIDA, José Ricardo de Almeida. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*: história e legislação, São Paulo/ Brasília: EDUC/ INEP/ MEC, 1989.

seguinte argumento: "são estas casas de educação que tendem a regeneração dos homens, com mais proveito do que as leis repressivas com as suas casas de trabalho".[297] Tanto o governo, quanto a iniciativa privada, destinava recursos e mantimentos para o sustento das crianças em instituições como o Asilo dos Expostos.

Este capítulo explora a inserção das crianças do Asilo dos Expostos no mundo do trabalho. Investigo os percursos que os enjeitados trilharam para se tornarem trabalhadores tutelados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. De início, segue uma breve discussão sobre a influência da legislação imperial e as políticas de assistência infantil da Misericórdia. O objetivo é analisar as trajetórias dos órfãos do Asilo e os conflitos entre suas ações e a política educacional da Santa Casa na segunda metade do século XIX. Argumento que a questão racial exerceu influência hierarquizante sobre os destinos dos meninos expostos e as relações de gênero inferiram, entre outras coisas, sobre o predomínio de características femininas do Asilo, causando dificuldades para manter os meninos nas dependências da instituição. Como método analítico, busco ressaltar as contradições, conflitos e negociação que desencadearam reações diversificadas.

Para esta análise utilizamos como fontes as matrículas dos expostos, os contratos de trabalho, o Regulamento dos Expostos, jornais, leis, decretos e relatórios oficiais sobre a instrução pública. A partir da utilização de pequenas biografias coletivas, em diálogo com o uso quantitativo das fontes, buscamos chegar aos sujeitos alvos deste processo, bem como nas atitudes institucionais oficiais e não oficiais da Santa Casa.

3.1 "Alimenta-lo, vesti-lo e ensinar-lhe o ofício"

Phillipe Ariès, um dos primeiros pesquisadores sobre a História da Criança, explica que a "separação" entre crianças e adultos ocorreu somente na era Moderna, como uma espécie de "quarentena", antes de a criança ser "solto no mundo".[298] Esta separação foi chamada de escolarização. A socialização da criança não era assegurada pela família, tampouco era assegurada. O autor ainda aclara que a escola moderna surgiu a partir da necessidade das elites em controlar os corpos e o trabalho. Este

[297] O termo "regeneração" fez parte dos discursos elitistas para depreciar os trabalhadores livres, cativos e libertos, sobretudo a população negra. Baseada nas teorias raciais do século XIX, a população "de cor" era vista como raça degenerada. Jornal *O Globo*, Ano I, n. 15, p. 2. (***Grifo nosso***)
[298] ARIÈS, *História Social da criança*..., p. 10.

‘treinamento’, a princípio, serviria aos interesses da ascendente classe burguesa, determinada por esculpir trabalhadores submissos.[299] No Brasil do século XIX, grassava na instrução pública voltada para crianças pobres a não diferenciação de órfãs, ladinos, ou filhos de trabalhadores, cujo objetivo era discipliná-los e torná-los hábeis nos ofícios manuais.[300]

Figura 9 – Meninos do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia

Fonte: MSCMBA. Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. (Data não registrada)

Ao fundo da sede da Santa Casa ficava a *Escola Interna* do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia. Na fotografia acima, destaca-se as crianças alinhadas, as maiores acima e as menores abaixo. Por trás do traje simples, o infortúnio do enjeitamento dá o contorno de suas expressões. É impossível não destacar a cor destes meninos. Os “de cor”, como se chamava à época, eram maioria, mas é difícil arriscar qualificar estes meninos a partir de sua tez, como foi realizado por mais de dois séculos pelos funcionários da Santa Casa. Ao fundo, a foto quase que esconde a porta e as janelas da Escola que recebeu o nome de *Pavilhão Pereira Marinho*, em homenagem ao Conde de Pereira Marinho, famoso traficante de escravo e Provedor da Santa Casa em meados do século XIX.

---

[299] Idem.

[300] Ver: PAPALI, *Escravos, libertos e órfãos...*, ver o terceiro capítulo intitulado “Os filhos das filhas livres das mulheres escravas”.

Introduzidas de maneira tímida no Brasil oitocentista, as ideias liberais conseguiram influenciar alguns dos discursos que defenderam o treinamento de crianças órfãs e pobres como possível alternativa ao fim da escravidão. O jurista Carlos Arthur Buseh Varella, por exemplo, em conferência realizada em 1871, no Rio de Janeiro, discorreu sobre a ampliação da instrução pública. Em sua arguição, Varella fez a defesa do uso do trabalhado forçado das crianças pobres. A retórica concentrava-se na ideia de 'curar' a "lepra social" (leia-se a pobreza), tal como teria ocorrido na Inglaterra, conta o autor.[301] O primeiro passo seria a defesa da educação: que deveria ser a educação iniciada com a mãe biológica, alertando para importância do modelo de mãe "extremosa" na educação dos filhos. Apesar do afã de importação de modelos europeus, parece que o advogado queria expor seus próprios interesses - e de parte da classe dirigentes. Varella sugeriu a instalação do modelo de instrução baseado no trabalho braçal, na religião e na arte do ofício, que deveria ser introduzido nas camadas mais pobres. O jurista ainda propôs a fundação de colônias agrícolas, inclusive cedendo 'gentilmente' sua fazenda como projeto piloto. A educação doméstica pensada por Varella partiria das mães, que deveriam ser munidas de princípios morais que destoavam da realidade social das mulheres pobres. Parte da elite corroborava com o discurso da educação familiar sem considerar a agência das famílias brasileiras, especialmente àqueles das camadas mais pobres.

O imaginário social de setores da classe dirigente e média girava em torno do suposto temor do "povo". Desde 1871, os políticos e intelectuais debateram sobre soluções que amenizassem o peso da "transição" entre o trabalho escravo para o trabalho livre. Este discurso buscava enquadrar os "ingênuos", os órfãos e os filhos do proletariado em um sistema de educação voltada para o aprendizado de ofícios manuais acompanhados de muita disciplina e submissão. Para Lysie Reis, o Liberalismo encontrou nos discursos da educação gratuita do elemento servil emancipado a instrução que "os adaptaria às regras, aos bons costumes e à moral requerida", tornando-os "trabalhadores efetivos, integrados à exploração capitalista".[302]

Desde 1824, a Constituição que determinou o fim das corporações de ofícios no Brasil, pretendia fundar processos profissionalizantes de instruções das artes mecânicas que assumissem as antigas formas de ensino artesanal. A instrução recebida pelos

---

[301] Instrução Pública – Brasil – Discursos, ensaios, e conferências encadernado com outras obras. Classificação 371. Localização I-111,4,16, n.3, p.4-5 *apud* REIS, A liberdade que veio do ofício, p. 161.
[302] REIS, *A liberdade que veio do ofício*, p. 159.

meninos órfãos era voltada para o aprendizado dos ofícios, inclusive aqueles chamados de ofícios mecânicos. No decorrer da segunda metade do século XIX, o governo realizou algumas medidas em busca de profissionalizar a instrução das artes mecânicas.[303] No entanto, diante da escassez destes estabelecimentos, muitas instituições como as Santas Casas recorriam a qualquer mestre oficial, sem muita cerimônia. A partir dos 12 anos os meninos eram entregues para instituições ou mestres de ofício para aprender alguma profissão. As histórias de vida destes órfãos eram repletas de idas e vindas, muitas vezes por reagirem diante de trabalhos estafantes e excesso de autoridade. Como não havia uma política para mantê-los dentro dos limites do Asilo dos Expostos, o menino que retornava da criação externa, logo, era enviado para outro destino. O Mordomo era o principal responsável pela procura de "um mestre de qualquer ofício, hábil, de boa conduta", disposto a receber qualquer dos "rapazes" nas as seguintes condições:

> 1º - Dar-lhe a Casa durante um ano dois mil réis por mês.
> 2º - Não tê-lo fora da Cidade, e apresentá-lo ao Asilo no 1º de cada mês, e todas as vezes que for exigido.
> 3º - Alimenta-lo, vesti-lo e ensinar-lhe o ofício.
> 4º - Entregá-lo no fim de cinco anos, respondendo pelo fiel cumprimento das condições do contrato: e no caso de falta de alguma, por sua parte, pelo dinheiro que houver recebido, o qual será todo restituído. Da entrega do exposto se lavrará termo, que será assinado pelo mestre e fiador.[304]

O Asilo Nossa Senhora da Misericórdia buscava seguir as orientações das leis do império. No que diz respeito aos destinos dos órfãos do sexo masculino, o seu Regulamento fazia especial menção ao Colégio de Órfãos de São Joaquim, às fábricas, às escolas agrícolas (quando fossem criadas) e à Companhia dos Aprendizes Menores

---

[303] Ibidem, p. 169-170. O primeiro exemplo surgiu em 1858, no Rio de Janeiro, com a Sociedade Propagadora de Belas-Artes. O curso deveria ser ministrado para os trabalhadores pobres e seus filhos. As aulas eram noturnas e baseadas em duas vertentes: ciências aplicadas (aritmética, geometria, álgebra, física, química e mecânica) e as artes (desenho de figura – corpo humano, desenho geométrico, desenhos clássicos, desenho de ornatos, de flores e de animais, desenhos de máquinas, desenhos de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, artes cerâmicas, xilografia, pintura, entre outros). Ainda no período imperial foi criada a Associação Liceu de Artes e Ofícios em Salvador, em 1872; a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em Recife, no ano de 1880; a Sociedade Propagadora da Instrução Popular em São Paulo, no ano de 1882; a Associação Protetora de Instrução Popular em Maceió; a Sociedade Artística Ouropreteana, em Ouro Preto, datada de 1885, entre outras.

[304] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 11-12.

dos Arsenais de Guerra da Marinha.[305] O "menor" ainda podia servir nas demais repartições da Misericórdia, como na Capela, no Asilo São João de Deus ou no cemitério do Campo Santo. A Lei imperial de 1º de outubro de 1828, no artigo 76, dizia que nas cidades ou vilas "aonde não houver casas de misericórdia", o Estado deveria prover a educação dos órfãos pobres e desamparados. Em nota, a lei de 1828 fez referência ao Alvará de 1775, que promovia o serviço doméstico e o aprendizado de ofícios manuais. Na prática, os Juízes dos Órfãos eram os responsáveis por tutelar as crianças em virtude da "deficiência de meios" das Câmaras.[306]

O Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1850, sobre a instrução pública, definiu o escopo do ensino primário que serviu como base para a educação nos Asilos. Tratava-se das seguintes matérias: ensino da gramática da língua nacional, aritmética, noções de álgebras e de geometria elementar. Também havia referência à leitura explicada dos evangelhos, notícia da história sagrada, desenho linear, música e resumo da História nacional.[307] Quatro anos mais tarde, em 1854, o Decreto de nº 1331 passou a regular a instrução pública nas escolas de primeiro grau através da instrução moral, religiosa, escrita e leitura.

> Das escolas públicas; suas condições e regime. Art. 47. O ensino primário nas escolas publica compreende: A instrução moral e religiosa, A leitura e escrita, As noções essenciais da gramática, os princípios elementares da aritmética, O sistema de pesos e medidas do município. Pode compreender também: O desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas. A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da história sagrada, Os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil, Os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida, A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercício de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.[308]

---

[305] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 12.

[306] BRASIL, Coleção de Leis do Império. Lei de 1º de Outubro de 1828. *Dá nova fórma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz*, Lei de 1º outubro de 1828, Rio de Janeiro. Typographia Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

[307] BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto nº630. de 17 de Setembro de 1851. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-630-17-setembro-1851-559321-publicacaooriginal-81488-pl.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

[308] BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto Nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854. Tomo 17. Parte 2ª Seção 12ª, p. 55.

A Lei de 1854 serviu de base para o ensino primário da instrução pública até o final do regime imperial. A "instrução moral" e "religiosa" foi o suporte ideológico da educação pública da época. A repetição de informações sobre sistemas de pesos e medidas na fonte talvez demonstrasse a necessidade em alargar este saber, sobretudo devido ao forte perfil comercial das principais províncias como Salvador, Recife e Rio de Janeiro. O texto também abordava questões ligadas às despesas. O Estado era o responsável pelo fornecimento de vestuário "decente e simples", especialmente para os "meninos indigentes". Isso poderia ocorrer quando os pais, tutores, criadores e protetores não pudessem prover essas roupas.[309] A lei supracitada era um complemento ao texto do Decreto nº 1.331, da capital do Império, de 1º de fevereiro de 1854, que ofereceu novo arranjo jurídico relacionado à criança enjeitada e pobre:

> Art. 62. Se em qualquer dos distritos vagarem menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivam em mendicidade, o Governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um Regulamento especial. [...] Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circunstâncias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução do primeiro grão, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização do Juiz de Órfãos.[310]

Para o final do século XIX, nos locais onde não havia instituições como o Asilo dos Expostos, os Juízes dos Órfãos eram legalmente os responsáveis por proceder sobre a vida das crianças órfãs. Nestas localidades, havia pelo menos três tipos de tutelas:

> A testamentária, quando o pai antes de falecer já havia definido em seu testamento qual seria o sujeito indicado para a guarda da criança e dos eventuais bens materiais. A legítima era aplicada quando existiam pessoas ligadas ao órfão; seguia-se a ordem estipulada por lei na sucessão familiar: primeiro os pais, depois as avós maternas e, por último, as paternas. O terceiro tipo de tutela, chamada de dativa, foi muito comum no Juizado de Campinas, para os casos de ausência "moral" da filiação. Esta estabelecia que o juiz poderia decidir, na

---

[309] BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto Nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854. Tomo 17. Parte 2ª Seção 12ª, p. 55-56.

[310] BRASIL, Coleção das Leis do Império. Lei de 1854, p. 57. Tomo 17, parte 2, secção 12. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/decreto%20n.%201331.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

> falta de um tutor testamentário e legítimo, um responsável pela criança.[311]

O leitor pode notar que o texto destaca a necessidade dos contratos exclusivamente relacionados às oficinas particulares, "sempre debaixo da fiscalização do Juiz de Órfãos". Essa precaução foi tomada em função dos casos do rapto de crianças expostas que eram vendidas como escravas. Apesar de não assumir o controle da assistência infantil, o tom paternalista do Estado muitas vezes coincidia com o papel das irmandades, com algumas ressalvas.[312] Impulsionado pelos discursos laicos sobre a educação, o Estado formulou leis que introduziram algumas disciplinas para além do escopo do ensino ministradas nas instituições religiosas.

Findada a primeira etapa da educação dos meninos, alguns órfãos eram enviados para *a Casa Pia Colégio de São Joaquim*. A Casa Pia era um estabelecimento profissional bastante disputado por oferecer uma diversidade de ofícios, em níveis de ensino diferentes. Em 1799, a Casa Pia foi fundada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo pelo Irmão Joaquim. Somente no século XIX, a instituição foi capaz de despertar o interesse dos negociantes devido a sua capacidade de preparar mão de obra livre, "obediente aos superiores e amantes do trabalho honesto".[313] O Art. 30 do Regulamento dos Expostos apontou a Casa Pia como destino possível para seus órfãos. No entanto, havia uma pequena ressalva: os expostos deveriam ser entregues em "condições aceitáveis".[314] Quais seriam essas condições? Podemos afirmar que sua política de matrículas era bastante restritiva. Antes de responder esta questão é preciso observar as características deste estabelecimento. Entre os anos 1825 até 1910, 70,2% dos internos do Colégio de Órfãos saíram com empregos. Entre as profissões estavam: sapateiros, pintores, alfaiates, ourives, entre outros. Também havia os chamados ofícios "nobres", como o de relojoeiro, tipógrafo, boticário e farmacêutico.[315] Eram acolhidos nessa instituição meninos pobres e órfãos, preferencialmente filhos de relações legítimos, brancos ou pardos. A Santa Casa não fazia distinção sobre a situação dos pais

---

[311] BOTIN, *Trajetórias cruzadas*..., p. 25.
[312] Para Thompson o conceito de paternalismo é incerto porque incide sobre fenômenos dispares e heterogêneos. Seu uso foi empregado a partir de cima, denuncia Thompson, o que insinuava: "calor humano" e relações mutuamente "consentidas". Em forma de mito ou ideologia, o paternalismo, durante muito tempo, foi empregado de maneira que não reconhecia o conflito de classes. Ver Thompson, *Costumes em Comum*..., p. 27-40.
[313] MATTA, *Casa Pia Colégio de Órfãos*..., p. 74-75.
[314] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 12. (***Grifo nosso***)
[315] MATTA, *Casa Pia Colégio de Órfãos*..., p. 141.

dos enjeitados. Entre 1830 a 1859, 44,7% da população infantil da Santa Casa era de brancos; a população de pardos era de 50,4%, os negros representavam apenas4,9%.[316] O estatuto da Casa Pia definiu o atendimento às crianças entre os 7 e 9 anos de idade. Entre 1835 a 1844, o percentual de expostos matriculados no colégio vindos da Santa Casa ultrapassou os 10%. Neste período havia um acerto entre as duas irmandades para que os expostos em idade adequada pudessem entrar no colégio.[317] Ao todo, trinta e duas crianças foram transferidas de uma instituição para outra. Nos registros da Misericórdia, entre as crianças que voltaram de criação junto às criadeiras, estavam Americo Leal e Carlos Custodio de Mattos, ambos brancos, remetidos em 1850.[318] Outros dois expostos pardos de nome Germano de Mattos e Adolfo Justino de Mattos chegaram ao Colégio em 1855.[319] O número de meninos enviados da Santa Casa para Casa Pia tendeu a declinar no final da década de 1860, até o seu definitivo desaparecimento na década seguinte. De 1865 a 1869, apenas uma criança fez o mesmo percurso, após este período não foi constatado o ingresso de crianças vindas da Santa Casa.

Voltemos as "condições aceitáveis", anteriormente referência pelo estatuto da Casa Pia. Pois bem, ao que tudo indica, as restrições estavam em conformidade com a manutenção das hierarquias sociais. A Casa Pia tinha a política de permitir, preferencialmente, o ingresso de menores brancos em detrimento de pardos e outros grupos.[320] Os meninos listados como crioulos, por exemplo, eram quase que totalmente excluídos, embora uma considerável parcela de pardos também fosse aceita. A preferência por crianças brancas pode ajudar a explicar o porquê de a Santa Casa ter deixado de enviar crianças para a Casa Pia. O grande número de brancos na Casa Pia pode ser explicado por, pelo menos, duas hipóteses: a "defesa da honra" das mães e o receio de reprovação social, uma vez que grande parte da origem familiar das crianças era conhecida, mesmo as mães solteiras possuíam registros de endereço.[321] Já na Misericórdia, a grande maioria das crianças chegava sem qualquer registro. Acredito que se deve acrescentar a esta interpretação o lado conservador da manutenção das hierarquias sociorraciais do trabalho. Outra hipótese é que o ingresso de meninos não

---

[316] ATHAYDE, Johildo. Filhos legítimos e crianças expostas (notas para um estudo da família baiana no século XIX). *Revista da Academia de letras*, n° 27, 1879, pp. 9-25.
[317] MATTA, *Casa Pia Colégio de Órfãos*..., 102.
[318] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Estante. Nº 1213. Est. H, fls. 1-3.
[319] ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Estante. Nº 1213. Est. H, fls. 3-4.
[320] MATTA, *Casa Pia Colégio de Órfãos*..., p. 106.
[321] Idem.

brancos na Santa Casa pode ter incidido sobre a baixa no envio para a Casa Pia. Pensar dessa forma ajuda, mas não resolve totalmente este problema. A diversificação dos locais dispostos a receber os órfãos da Misericórdia, como o Arsenal da Marinha, as fábricas, os donos de comércio e o aluguel para o trabalho doméstico, pode ter causado este declínio.

Desde meados das décadas de 1820 e 1830, o Governo Imperial passou a recrutar os órfãos institucionalizados e os menores recolhidos nas ruas à força. O governo cuidou de uma só vez da educação na Corte e das necessidades de suas instituições, sobretudo a Marinha e o Exército. Isso teria ocorrido a partir do momento em que foi criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros e as Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra.[322] Entre 1840 a 1888, 8.586 menores foram enviados para servir nos navios, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários.[323] O objetivo era colocar em prática a política de controle social para os filhos da classe trabalhadora. Criado no dia 27 de agosto de 1840, a primeira companhia de aprendizes-marinheiros teve sede no Rio de Janeiro e conforme o ato do ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, o visconde de Albuquerque, a Armada abarcaria até duzentos jovens com idade entre 10 e 17 anos. Todos estes meninos ficariam subordinados ao Corpo de Empirias Marinheiros.[324] O decreto de 1832 definiu o ingresso das crianças entre 8 e 12 anos de idade. Essas crianças também foram incorporadas nas tropas nacionais, inclusive durante a Guerra do Paraguai.[325] Na segunda metade do século XIX, a Marinha recebeu um grande número de requerimentos para aceitar crianças como aprendizes. Havia pais que acreditavam no alistamento dos filhos como forma de lhes proporcionarem algum ofício e melhoria da condição social. Mas isso não era unanimidade. No dia 25 de dezembro de 1873, o jornal *O Alabama* descreveu um episódio sobre um "desabrido recrutamento" forçado que resultou os incidentes de "variadas espécies":

---

[322] RIZZINI; RIZZINI. A *institucionalização de crianças no Brasil*, p. 25.

[323] NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada*: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 75.

[324] BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência – 1840. Ouro Preto: Tipografia de Silva, v. 11, 1841, p. 281-283.

[325] O exposto Thomaz Florencio de Mattos entrou com o pedido junto a Mesa para se alistar como praça dos "Voluntários da Pátria, e marchar para a campanha do Sul". Como resposta, em ata do dia 7 de fevereiro de 1865 a Mesa aprovou a deliberação por notar o "patriotismo" do órfão. Cf. ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A19, Est. H, 1857-1875, fl. 144.

> Segunda-feira nas Mercês via-se em alto dia, no meio da rua, uma senhora em desalinho, segurando um menino por um braço, enquanto um urbano (sic) o segurava pelo outro. E cada um tomava a direção oposta. Era uma mãe que acabava de ver o filho ser recrutado, saindo do colégio onde é educado, o qual é situado na própria rua onde ela mora; desorientada, saiu como estava para ir arrancar seu filho do poder dos caçadores de gente.[326]

A cena descrita como "curiosa" foi acompanhada de perto pelos "populares" que tomaram partido dos "impulsos do amor materno", os "urbanos" (policiais) tiveram que ceder. Foi justamente a partir da década de 1870 que a direção do Asilo dos Expostos intensificou a saída de meninos acima dos 10 anos para as Forças Armadas.[327] Esta decisão pode ter ligação com o aumento de livres e libertos em Salvador, seguida das recomendações da legislação imperial. Até o início do século XX, a polícia era o principal apoio das Forças Armadas em assunto de alistamento. O historiador Álvaro Nascimento afirma que além da autoridade policial, o recrutamento envolvia o apoio de instituições civis e judiciais.

> Até 1874, pelo menos, havia somente duas formas de alistamento nas Forças Armadas: o "voluntariado com prêmios" e o "recrutamento forçado militar". Caso o primeiro não suprisse as fileiras com o desejado pelas Forças Armadas, abria-se a temporada de "caça" aos novos homens. Sendo irrisória a quantidade de candidatos que se apresentava por livre e espontânea vontade, a saída para as autoridades militares tornava-se a "captura" forçada de outros, prontamente denominada de "recrutados".[328]

O alistamento forçado corriqueiramente conhecido como "recrutamento" só foi proibido pela lei do Sorteio Militar em 1874.[329] Obviamente, estes direitos não serviram para evitar o alistamento forçado de crianças órfão, que viviam em estabelecimentos como os asilos infantis. Ao que parece, as forças armadas serviam como agente de regeneração das pessoas que não se "encaixavam" nas normas de disciplina, auxiliando

---

[326] FBN. Jornal O Alabama, Ano 11, 1873, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=818968&PagFis=26>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

[327] Os registros eram feitos no Livro de Matrícula dos Expostos, neste documento não aparece cláusulas apenas rabiscos sobre salários, datas e funções a ser desempenhadas pelos expostos.

[328] NASCIMENTO, *Cidadania, cor e disciplina*..., p. 84.

[329] Álvaro Nascimento explica que o Sorteio Militar, que prometia extinguir o recrutamento forçado, escolheria os cidadãos entre 19 e 30 anos para servir por 6 anos a bordo dos navios. Estas juntas paroquiais eram formadas por autoridades policiais, pelo vigário e pelo juiz de paz. Ver: Nascimento, *Cidadania, cor e disciplina*..., p. 101.

a polícia no controle social durante o século XIX.[330] Todavia, Hendrix Kraay acredita que pelo menos na Bahia o recrutamento perdeu o sentido de controle social da vadiagem depois de 1830, em função de corresponder apenas às necessidades do Estado. Isto é, o principal objeto do alistamento era empregar trabalhadores nas obras públicas.[331] De 1870 até 1894, entre os expostos em idade adequada para aprender ofício, 21 ingressaram no serviço militar. Temos o exemplo de João Heladio de Mattos, pardo, enviado para a Marinha com 10 anos, sob a guarda de José de Souza Magalhães, para servir de aprendiz de ofício de máquinas. João permaneceu no ofício até completar a maioridade.[332] A trajetória de João foi um caso à parte. Apesar da recomendação, antes de chegar à Marinha, o exposto vivenciava outras experiências de trabalho, em especial a locação de serviços em trabalhos domésticos. Estes episódios foram marcados por atitudes que desagradavam a Misericórdia e os locatários.

A experiência em serviços domésticos pouco habituais no universo masculino do trabalho livre pode ter gerado comportamentos considerados inadequados? Felix de Mattos, de 14 anos, foi alugado para João Francisco de Mello, representado por seu procurador Antonio Maria da Rocha e Silva, para servir como caixeiro. O contratante especificava que o locatário deveria vestir e alimentar o órfão, além de pagar 12$000 mensais pagos à Santa Casa.[333] Não se sabe ao certo o motivo da quebra do acordo. Talvez, o exposto tenha se rebelado contra maus tratos. No ano seguinte, no dia 24 de abril de 1886, Felix foi novamente alugado para trabalhar como copeiro na casa de Antonio José Gonçalves Neres, menos de quatro meses depois, no dia 1 de agosto, o exposto foi restituído para ser enviado à companhia de Aprendizes da Marinha.[334] O documento simplesmente silencia sobre o caso. Aliás, as lacunas e o silêncio são características comuns na documentação de Asilos e Internatos do século XIX. No entanto, o historiador pode optar por fazer destas lacunas um problema, e a partir daí transformar frustrações em reflexão. Pudemos perceber alguns motivos sobre o fim dos contratos, porém, o enredo que desencadeava o comportamento dos expostos não era revelado nas fontes.

---

[330] Ibidem, p. 98.
[331] KRAAY, Hendrik. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Estudos afro-asiáticos*, n 33. Rio de Janeiro, Centro de estudos afro-asiáticos, setembro de 1998, p. 121.
[332] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 10.
[333] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 83.
[334] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 89.

Desde o início dessa pesquisa uma trajetória em especial nos chamou atenção, por se tratar do primeiro caso de envio de um menino para Marinha, em virtude de seu comportamento. Fiel Constantino de Mattos, enjeitado em 1857, saiu "por locação de serviços para a casa de Teodoro Ferreira Gomes", com aproximadamente 13 anos, em 1870.[335] No dia 28 de dezembro de 1870, devido ao suposto "procedimento incorrigível", o Chefe de Polícia esteve na sala dos despachos a pedido do irmão Tesoureiro para enviar Fiel à armada da Marinha. A resistência diante do trabalho doméstico foi essencial para que Fiel tenha demonstrado comportamento de repulsa? Se essa hipótese for confirmada, o recurso à Marinha utilizado pela Misericórdia foi, quase que exclusivamente, usado como última cartada para corrigir meninos considerados indisciplinados.

As relações de gênero exercem relevância nos debates sobre o mundo de trabalho, não apenas circunscritas ao lar e as relações de parentesco. Ao analisar o conceito de gênero como categoria histórica, Scott explica que o mercado de trabalho sexualmente segregado é parte da construção de gênero, assim como a educação, e os sistemas políticos.[336] Saffiotti diz que parte do processo de "naturalização" das relações de gênero atribuía o espaço doméstico para o feminino com a mesma naturalidade de dar à luz.[337] A Santa Casa era enfática ao declarar o trabalho doméstico como atividade do universo feminino, ao mesmo tempo em que expunha seus órfãos do sexo masculino a estas tarefas. No entanto, é preciso salientar que muitas tarefas domésticas, à época, eram entendidas como trabalho masculino: o serviço de copeiro, jardineiro e carregador de água, entre outros. Partindo desse pressuposto, poderíamos imaginar a definição dos serviços domésticos estreitamente ligados à compreensão do feminino? É possível falar de resistência ao trabalho doméstico, sua precariedade e excesso de vigilância, por se tratar de serviços ligados ao trabalhador escravizado?

Os registros de rebeldia ocorreram enquanto os expostos estavam "alugados" nos serviços domésticos e como punição estes meninos tiveram como destino a Marinha. Talvez, o castigo de Fiel tenha servido como forma de coibir a insubordinação dos expostos. Ora, uma vez vistos como "degenerados" e'vagabundos' em potencial, o

---

[335] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 3.
[336] SCOTT, Joan, *Gênero*, p. 87.
[337] SAFFIOTTI, Heleieth I.B, *O poder do macho*, São Paulo: Moderna, 1991, p. 11. Saffiotti explica que a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher torna mais fácil legitimar a "superioridade" masculina.

Asilo utilizou o serviço militar como local de punição. Afinal, este era um local conhecido pela falta de liberdade e excesso de disciplina.

A hipótese de que os garotos "alugados" para serviços domésticos tenham reagido através da indisciplina, pode ser a chave para compreender um pouco mais sobre suas trajetórias. Embora estes meninos fossem legalmente livres, o peso exercido pela "força da escravidão" tornou precárias suas experiências de liberdade e relações de trabalho, semelhantes aos problemas enfrentados por escravos, libertos, ingênuos, africano ou crioulo, pretos e pardos.[338]

No dia 18 de setembro de 1884, na sala dos despachos, Bonifácio de Mattos, se apresentou perante o Provedor da Santa Casa, Conde de Pereira Marinho, para assinar contrato e trabalhar na casa de Antonio Moreira da Rocha.[339] O contrato definia a locação dos serviços do exposto para "serviço doméstico por três anos", mediante uma quantia de 12 mil réis mensais. O contrato era válido até Bonifacio completar a maioridade, quando poderia assinar qualquer contrato por si. Com efeito, o acordo durou apenas seis meses. Em nota, na margem do contrato, a devolução foi explicada pelo seguinte motivo: "este exposto por mau procedimento, foi remetido para a Provedoria". O seu retorno à Misericórdia durou apenas três meses, no dia 30 de março de 1885, o "menor" foi para a companhia do Comandante das armas para "virar praça".[340] No mesmo ano, outro exposto de nome Agostinho de Mattos passou por situação semelhante à de Bonifacio, o menino "cabra", "de 13 para 14 anos", foi recebido na sala dos despachos, no dia 27 de fevereiro de 1884. Manoel Rodrigues Valença havia entrado com pedido junto a Provedoria da Misericórdia três dias antes, solicitando uma criança "para seu serviço doméstico".[341] O contrato também não foi cumprido até a maioridade do órfão. Em seu retorno, Agostinho foi apresentado ao Subdelegado de Santa'Anna, que o enviou para o arsenal de aprendizes Marinheiros, no dia 23 de setembro de 1886.[342]

O detalhe da cor parece ter direcionado a vida de pardos, crioulos e cabras para o serviço doméstico. Das matrículas analisadas, apenas um exposto do sexo masculino de "cor branca" teve seus serviços alugados como doméstico. No dia 28 de novembro de 1890, João Luiz de Mattos de 14 anos assinou contrato válido por seis meses para

---

[338] Ver: CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[339] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 87.
[340] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 58.
[341] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 53.
[342] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 82.

trabalhar na casa de Antonio da Costa.[343] No mês seguinte, o enjeitado retornou para Misericórdia. Há uma nota no *Termo de Saída* do exposto explicando que João Luiz não foi aceito na Marinha, em seguida outra anotação diz que a ordem partiu do próprio provedor que pediu o seu retorno, por despacho do dia 19 de dezembro daquele mesmo ano. Na página seguinte do documento, encontramos um novo contrato de locação de João a pedido de Bernardino Franco Lima. Porém, dessa vez não há referência sobre o tipo de serviço a ser realizado pelo órfão.[344] No dia 6 de agosto de 1891, Januario de Mattos foi alugado para trabalhar nos serviços domésticos na casa dona Maria Carolina Cena de Miranda. Em uma segunda nota foi escrito a seguinte frase: "Este exposto foi devolvido em vista de mau comportamento sendo por esta Provedoria remetido para a Companhia de Aprendizes Marinheiro", em 15 de julho de 1892.[345] Em nota, o escrivão relatou que Januario foi "devolvido por ser de construção fraca e por despacho de hoje foi entregue ao Sr. Conego João Nepanuceno de Souza".[346] A matrícula de outro órfão, Augusto de Mattos, "pardo escuro" diz que o "menor" foi para bordo do Vapor dirigido por José Antonio Franco Lima, "por mau procedimento", conforme o oficio de 1888 do Mordomo do Asilo. Augusto havia chegado ao Asilo em 1875, com dois anos. O órfão possuía 10 anos quando foi alugado pela primeira vez. O rabisco ao final do documento relata sua ida para Marinha, como aprendiz, do dia 15 de outubro de 1886. Em virtude da correspondência trocada com a polícia, o escrivão da Misericórdia soube que o Augusto estava morando na Freguesia da Sé, ladeira da água de Gato.[347]

O detalhe da cor da pele bastava para hierarquizar experiências de trabalho. Os meninos considerados brancos foram isentos de servir como empregados domésticos. Os órfãos que não tiveram essa mesma sorte, quase sempre, tiveram como destino o trabalho doméstico, seguido por acusações de "mau comportamento". E o resultado desses conflitos terminava na Marinha. Isso não significa que as atitudes como revolta ou fuga tenham ocorrido apenas nas vivências do trabalho doméstico. Quero crer que uma vez submetidos aos trabalhos domésticos, era cessada qualquer tipo de liberdade para estes meninos. Em meio a castigos físicos e mentais, órfãos pardos e negros possivelmente foram tratamento de maneira semelhante aos escravos domésticos. Entre 1870 a 1894, não ocorreu relatos de "mau comportamento" para os órfãos que seguiram

[343] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 76.
[344] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 77.
[345] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 79. (***Grifo nosso***)
[346] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 113.
[347] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 76.

para companhia dos mestres de ofício. Embora um órfão tenha fugido. A fuga em questão foi protagonizada por Marcolino de Mattos, de 16 anos.[348] Em 1878, o jovem "pardo" foi alugado para aprender ofício de carpinteiro junto ao mestre José Faustino da Motta, até que o exposto completasse a maioridade. Três anos se passaram e o *carpina* relatou a Mesa da Misericórdia, em anotação no canto do contrato assinado por ambos, que Marcolino havia fugido.[349] A vida junto aos mestres de ofício oferecia um pouco mais de liberdade e muitos meninos aproveitavam para explorar as ruas de Salvador. Ainda assim, suas vidas eram regidas através da disciplina e obrigações. Ter um ofício representava algum tipo de liberdade e muitos destes jovens queriam fazer suas próprias escolhas.

Na segunda metade do século XIX, a Armada da Marinha tornou-se quase que um destino certo para os meninos enjeitados. Suas regras e rigidez, em muitos casos, serviram para punir os expostos que expressaram algum tipo de comportamento considerado inadequado pelos irmãos da Misericórdia. O Regimento da Marinha estabelecia punições referentes às faltas disciplinares e aos crimes praticados. No primeiro caso, punia-se o marinheiro, ou aprendiz, no próprio pátio do convés com chibatadas e prisão a ferros, acompanhada de uma dieta de pão e água. Nos episódios de faltas graves ou crimes, por exemplo, o marinheiro tornava-se réu e responderia a um tribunal chamado de Conselho de Guerra.[350] Mesmo no início do século XIX, apesar da aquisição de uma moderna arma de guerra, a Marinha ainda estava arraigada ao "costume de se corrigir por castigos corporais".[351] Neste período, a maioria dos indivíduos a bordo nos navios de guerra era majoritariamente composta por homens de pardos e pretos.

As trajetórias dos meninos alugados para serviços domésticos quase sempre terminavam na Marinha. Tal constatação passou a fazer mais sentido no momento em que passamos a observar suas trajetórias associada à cor da pele – um destino quase que exclusivo para pardos, cabras e mulatos. Ainda sobre o trabalho doméstico realizado por meninos e adolescentes, temos duas ponderações: quero crer que o perfil feminino do Asilo expôs os órfãos do sexo masculino a tarefas domésticas, sem descartar, obviamente, sua utilidade para punir os meninos que esboçaram comportamentos considerados inaceitáveis. Além disso, os expostos eram vistos como problemas sociais

---

[348] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 57.
[349] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 32.
[350] NASCIMENTO, *Cidadania, cor e disciplina*..., p. 149.
[351] Ibidem, p. 74-75.

pelas autoridades. A Marinha pode ter surgido como última opção em decorrência, talvez, de esgotamento dos meios disciplinares impostos no Asilo. Justamente, devido aos seus temidos meios disciplinares que envolviam castigos rígidos e espancamentos. Cabe ainda ressaltar que o Mordomo dos Expostos poderia repreender verbalmente e aplicar pequenos castigos às crianças que não se comportavam conforme o esperado. Em correspondência do dia 2 de dezembro de 1888, o Mordomo traz notícias sobre um órfão para o Provedor:

> Bem informado foi V. Ex.cia acerca do exposto Aurelio de Mattos, a quem já por vezes tenho repreendido e tentado, de balde, por meios suasórios desvia-lo do caminho que segue, mas a sua índole repele todos os bons conselhos. Resta, pois, o recurso lembrando por V. Ex.cia, para o qual porém precisamos do concurso das autoridades competentes. Perante elas enviarei os meus esforços, esperando da parte de V. Ex.cia para levar a efeito esta tarefa.[352]

Não obstante, a conduta podia definir os rumos da criança, mas nem por isso o silêncio do documento deve simplesmente ser lido sem conflito. Leio o "mau comportamento" destes meninos como forma de resistência quando obrigados a trabalhar em serviços domésticos. Podemos até questionar o quanto tais noções eram captadas conscientemente e compartilhadas pelos expostos. Porém, estas crianças e adolescentes tinham noção da liberdade, autonomia e retorno financeiro que ganhariam ao aprender ofício, ao invés de serem obrigadas a trabalhar como domésticos.

Tabela 8 – Cor dos órfãos do sexo masculino alugados para serviços domésticos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1904)

Cores	**Branca**	**Preta**	**Parda**	**Parda clara**	**Parda escura**	**Escura**	**Crioula**	**Cor ausente**	**Total**
N.os Absolutos	0	1	13	1	1	1	2	6	25
% do Total	**0%**	**4,1%**	**52%**	**4,1%**	**4,1%**	**4,1%**	**8%**	**24%**	**100%**

Fonte: Livro Nº 1216 de Matrícula e Serviço dos Expostos; Livros Nº 1219 de Termos de Saída dos Expostos.

[352] ASCMBA. Correspondência do Mordomo dos Expostos para o Provedor no dia 5 de dezembro de 1882. Documento avulso, 1882. Cx.18.

A tabela acima reitera a questão racial presente no aluguel de meninos que adentrava aos lares desconhecidos para exercer serviços domésticos. O alto percentual de pardos com 52% não foge ao número total de meninos que vivam no Asilo. Os crioulos, cabras e mulatos, de certa forma, estão de acordo com o número total de órfãos do sexo masculino que existiam na Santa Casa. No entanto, não há nenhum exposto de cor branca usados nos serviços domésticos. Cabe lembrar que os brancos representavam o segundo maior grupo entre os órfãos, ao longo de todo o século XIX. Os serviços de "porta adentro", obviamente, não eram totalmente encarados como tarefa exclusivamente feminina pelos irmãos da Santa Casa, e para aqueles que os locavam. Este tipo de relação possui ligações com a utilização de escravos do sexo masculino nos serviços domésticos. A maior certeza é que o órfão branco não podia ser associado a este tipo de trabalho, que muitas vezes foi tido como trabalho de escravo. A falta de exposto de pele branca que exerceram funções domésticas reforça, pelo menos, dois dos nossos argumentos: a sutileza dos mecanismos de hierarquização racial praticados no Asilo e a conotação que os irmãos da Misericórdia fizeram entre o trabalho doméstico masculino e o trabalho escravo.

A Misericórdia aguardou por muitos anos pela criação da *Escola Agrícola da Bahia* (EAB). Primeira instituição criada do país para formar engenheiros agrônomos, a Escola Agrícola também treinou crianças pobres nas técnicas do campo. Desde o surgimento do Asilo dos Expostos, seu Regulamento admitia dedicar "todos os esforços para [os órfãos] serem admitidos nelas". A espera era justificada pelo documento assinado por D. Pedro II em visita a Salvador no ano de 1859. Nas palavras do Imperador, através do Decreto de nº 2.500: "Hei por bem criar uma Associação com o título de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, a qual se regulará por Estatutos organizados segundo as bases".[353] Porém, a Imperial Escola Agrícola da Bahia foi criada pelo Decreto nº 5.957, de 23 de junho de1875:

> Atendendo ao que Me requereu o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 15 de Março de 1875, Hei por bem Aprovar os estatutos da «Escola

[353] BRASIL. Decreto nº 2.500 A – Do 1º de novembro de 1859, p. 3. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66740&norma=82673>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

> Agrícola» fundada em S. Bento das Lages, na Bahia. José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e três de Junho de mil oitocentos e setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independência e do Império.Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.[354]

O Imperial Instituto Baiano Agrícola tinha o objetivo de dar sustentabilidade à lavoura da Província da Bahia. O instituto era formado pela elite econômica que possuía interesses no complexo agroaçucareiro. Sua administração era formada por senhores de engenho, comerciantes e proprietários rurais do Recôncavo.[355] Sua fundação ocorreu em 1877, fruto do projeto de institucionalização da agronomia no Brasil, através de recursos privados e públicos pelos poderes imperiais e provinciais.[356] No dia 5 de dezembro de 1882, o Mordomo dos Expostos enviou uma correspondência para o então Provedor Conde de Pereira, dando parecer sobre as suas expectativas com a recém-criada Imperial Escola Agrícola de São Bento de Lages (atual São Francisco do Conde):

> Para satisfazer a q V. Ex.cia pede em seu ofício de ontem [...] incluo aqui junto uma relação dos expostos que podem ser aplicadas nas disposições dos Art.º 29, 30 e 31 do regulamento d'este asylo. Devo dizer ao á V. Ex.cia que sou de parecer que estes meninos sejam entregues ao Instituto Agrícola, cujo Diretor, há algum tempo, me prometeu seis a oito lugares".[357]

Encontramos apenas três matrículas de órfãos enviados para o Instituto Agrícola, foram eles: Celestino, Thomas e João. Celestino de Mattos, pardo, de 14 anos, saiu por contrato assinado por Francisco Pereira Reis, em julho de 1879, sendo apresentado ao Asilo dois anos depois para o Provedor tomar conhecimento da situação e enviá-lo para a escola agrícola.[358] João, de 12 anos, e Thomaz de Mattos, de 13 anos, também pardos,

---

[354] BRASIL. Decreto nº 5.957, de 23 de junho de 1875, p. 439. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=57053&norma=72905>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

[355] ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Escola Agrícola de São Bento de Lages e a institucionalização da agronomia do Brasil (1877-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Filosofia de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Feira de Santana, Universidade Federal da Bahia, Feira de Santana, Salvador, 2006, p. 9.

[356] Idem, p. 33-34.

[357] ASCMBA. Correspondência do Mordomo dos Expostos para o Provedor no dia 5 de dezembro de 1882. Documento avulso. Cx.18.

[358] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. N 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 35.

assinaram o termo de entrega para serem remetidos à Escola de S. Bento da Lages depois do ofício entregue ao Diretor da instituição.[359]

Figura 10 – Escola Agrícola de São Bento de Lages.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. FBN. Escola Agrícola da Bahia, S. Bento das Lages: [final da construção]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon821982/icon821982.jpg> . Acesso em: 4 de agosto de 2015.

Paralelo ao ensino superior, a Escola Agrícola possuía um anexo gratuito para atividades práticas da lavoura. Sua principal clientela eram os órfãos de São Joaquim, os filhos de pequenos lavradores e meninos abandonados. O curso durava em média três anos e admitia alunos entre 12 e 15 anos. A Escola ensinava noções de gramática, geografia, aritmética, contabilidade, desenho linear e mecânica. Havia também o curso elementar na casa de farinha. As crianças estudavam catecismo e música, além de ter que trabalhar 5 horas por dia. A frequência era bastante irregular e a evasão era constante. Tudo indica que as famílias pobres resistiram à ideia de enviar seus filhos em idade produtiva para cursar o ensino elementar da instituição. O curso acabou adquirindo o perfil de casa de "recuperação" de menores, mas entrou em declínio, enquanto o curso superior, destinado a formar jovens da elite, florescia.[360]

---

[359] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 67.

[360] CUNHA, Mário Pinto. *Memorial de S. Francisco do Conde*, Salvador: Gráfica Central 1977, p. 150; TOURINHO, Maria Antonieta. C. A salvação da lavoura: A Escola Agrícola de São Bento de Lages. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, n. 4, 2000. Sua inauguração ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1877, no Engenho de Lages, em propriedade da Ordem de São Bento. Sua origem está ligada

Em meio ao intenso quadro de debates raciais nas últimas décadas do século XIX, e das hierarquias sociorraciais presentes na sociedade brasileira, as instituições acolhedoras semelhantes à Misericórdia estavam imersas a estes ideais. As análises construídas até aqui sustentam que desde o surgimento do Asilo dos Expostos - os órfãos foram submetidos a relações de trabalho a partir de critérios raciais em que os meninos brancos eram privilegiados. Embora a Santa Casa não tenha feito distinção de cor no ato do acolhimento dos bebês, a legislação interna e os discursos das autoridades silenciaram sobre o processo de *racialização* existente na distribuição dos ofícios para seus órfãos. Os meninos que não foram alugados para serviços domésticos ou encaminhados para outras instituições eram aproveitados junto aos mestres de ofício. No entanto, ao realizarmos o levantamento da tez dos enjeitados e o tipo de trabalho que estes eram obrigados a aceitar, eis que surge uma pergunta complementar ao que foi constatado no trabalho doméstico masculino: os critérios de hierarquização racial definiram os demais ofícios?

Mais uma vez, é possível testar esta hipótese a partir do cruzamento de informações entre a cor e o tipo de ofício aprendido por cada exposto, ou do que foi possível fazer com as fontes disponíveis. Antes, é necessário entender os significados de termos como "ofício" e "trabalho" no século XIX. Segundo o dicionário de Moraes e Silva, o trabalho era definido como: "exercício corpóreo", "rústico" ou "mecânico".[361] A palavra ofício possuía diversos significados, poderia designar "cargo público civil" serviço de "arte mecânica" ou "modo de vida".[362] No mundo da infância abandonada, o trabalho era peça chave do processo de institucionalização. Indubitavelmente, os meninos órfãos de todo o império foram iniciados nos chamados trabalhos de artes e ofícios.

Na Bahia oitocentista, a maestria destes ofícios geralmente era executada por homens "de cor".[363] Conforme observado, apenas os meninos brancos do Asilo dos Expostos não trabalharam em tarefas ligadas ao lar. Mas, como essa relação se dava nos

---

ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, que se manteve até 1904, quando seus bens foram despachados para o Estado.

[361] SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2, 1813, p. 792. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/trabalho>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

[362] SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, v. 2, 1813, p. 361. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/oficio>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

[363] Ver: REIS, *A liberdade que veio do ofício*, p. 70-82.

demais ofícios? Ao analisar o *Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação - 1847-1858*, anterior à própria fundação do Asilo, episódios pontuais alimentaram a nossa hipótese. Os exemplos a seguir são, no mínimo, suspeitos. Separamos informações sobre quatro órfãos, eram eles Jacintho, Cornelio, João e Tibério. O primeiro havia sido empregado no Arsenal da Marinha, após retornar da casa da "criadeira" Josefa M. de São José. Contudo, o então Provedor Francisco José Godinho pediu pessoalmente para dar-lhe outro destino.[364] Cornelio também foi enviado para a Companhia de Aprendizes Menores. Logo depois, o órfão também foi retirado da Marinha, dessa vez por intermédio do Tesoureiro Theodoro Ferreira Gomes. Ambos foram empregados nas repartições da Misericórdia. João e Tibério eram crioulos e foram os únicos expostos que saíram para aprender o ofício de barbeiro, ambos com o mestre Fito Antonio Monteiro, também "crioulo".[365] Sabe-se que os negros e mulatos compunham o ofício dos sangradores.[366] Diversos estudos já demonstraram que a profissão exercida pelos barbeiros era ligada aos escravos e homens de cor.[367]

Os exemplos analisados, apesar de despertar curiosidades, não oferecem consistência suficiente para explicarmos ao leitor nossas hipóteses. Diante das lacunas da documentação referida acima, avançamos para o período entre a década de 1870 a 1890, por contar com mais informações. Entre 1870 a 1890, exatamente 38 crianças e adolescentes, entre 12 e 16 anos, saíram para a companhia dos mais variados mestres de ofício. Das profissões encontradas estavam: aprendiz de arte, alfaiate, barbeiro, carpina, charuteiro, cozinheiro, caixeiro, construtor, dourador, farmácia, ferreiro, funileiro, maquinista, operário, padeiro e pedreiro. Os expostos eram mais requisitados para trabalhar como caixeiro nas lojas da cidade, ao todo contamos a presença de 2 brancos, 2 pardos e 4 expostos sem referência sobre a cor. Uma fábrica recebeu 5 órfãos, divididos em 4 pardos e 1 branco. Apenas os meninos pardos e brancos saíram para aprender os ofícios considerados de maior prestígio social: como aprendiz de farmácia e maquinista. Os crioulos e cabras foram os únicos que saíram para aprender os ofícios de

---

[364] ASCMBA. Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H, 1847-1858, p. 2.
[365] ASCMBA. Livro de Entrada dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H, 1847-1858, p.7.
[366] DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, São Paulo, Livraria Martins, 1940 *apud* CUNHA, Manuela C. Negros, estrangeiros - os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 32 DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, São Paulo, Livraria Martins, 1940.
[367] Ver: PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar*: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1997_____, Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

barbeiro, cozinheiro e charuteiro. Muitos escravos e libertos passaram a vida trabalhando nestes três ofícios.

Não é possível perceber se o mestre oficial, quando "de cor", como o mestre Fito, optava por requerer como aprendiz as crianças a partir destes mesmos critérios raciais. Por outro lado, nenhuma documentação aborda nitidamente como se dava o processo de escolha. No Brasil do século XIX, muitas profissões concentraram sujeitos que se distinguiam por raça e condição social. De certo, os órfãos de tez branca além de não seguirem para os trabalhos domésticos, foram os únicos, juntamente com os de pele parda, a servirem com aprendizes nas demais repartições da Santa Casa. Os brancos, pardos, cabras e crioulos, em algum momento tiveram seus destinos decididos hierarquicamente, conforme a ordem citada. Finalmente, cabe assinalar que os mecanismos de hierarquização racial nas escolhas dos ofícios eram sutis e a Santa Casa dissimulava enquanto a sua existência.

3.2 Mulheres educadas nos "*misteres do sexo*"

Figura 11 – Meninas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia

Fonte: MSCMBA**.** Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Data: 1933.

A fotografia muitas vezes esconde ou revela informações para além do que nossos olhos podem captar. Nesta foto, duas características chamam atenção ao primeiro olhar: os cabelos cortados das meninas mais novas e a demonstração de afeto

entre uma órfã maior e outra menor. A primeira constatação dá conta das noções de higiene da época, enquanto o segundo aspecto é apenas uma demonstração sutil de afeto construído em um local historicamente conhecido pela dor e pelo silêncio. Ao fundo, a Escola Interna do Asilo dos Expostos. Sob o silêncio do claustro, tentaremos demonstrar as diversas facetas por trás da compreensão da educação destinada às meninas. Por trás da aparente noção de uniformidade nesta imagem, se comparada a fotografia apresentada ao leitor anteriormente, as noções do feminino e masculino eram evidenciadas desde cedo.

Na literatura do século XIX, homens e mulheres emergiam das páginas com vocações distintas e que se complementavam. Acreditava-se que o homem havia nascido para mandar e conquistar, enquanto a mulher deveria agradar por suas virtudes e vocação "natural" para ser esposa e mãe.[368] Para Lígia Bellini, os cronistas, médicos, filósofos, teólogos e juristas, ao longo dos séculos, expressaram concepções sobre a mulher através do "paradigma da natureza contraditória – anjo e monstro -".[369] No entanto, a historiadora consegue perceber pelo menos dois estereótipos sobre a mulher no percorrer da história no ocidente: o imaginário noturno e negativo; e seu caráter sublime.[370] No mundo ibérico, por exemplo, os atributos como recato e castidade conviveram com noções lascivas e a "imperfeição" feminina.[371] Neste mesmo período, a medicina parece ter se apropriado do papel de difundir informações sobre a mulher, especialmente sobre seu corpo. Ao analisar o discurso médico sobre a o papel das mulheres, Carolina Silva observa a "persistência" dos argumentos biológicos da maternidade inerente ao mundo feminino, em que o dever de mãe seria colocado em perigo no momento em que as mulheres passassem a almejar outras perspectivas de vida.[372] A historiadora ainda reflete sobre o modelo moralizador que enquadrava os significados sobre "honestidade" e "honra" feminina, sobretudo o entendimento destes atributos na classe social. E a conservação do hímen, por exemplo, mesmo havendo relações sexuais, era uma forma de demonstrar a conservação da honestidade, no entendimento de muitas mulheres pobres.[373] Tais valores parecem ter resistido ao tempo. No livro *Em defesa da honra*, sobre o Rio de Janeiro na primeira metade do

---

[368] DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil***.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 122.
[369] BELLINI, Ligia. A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 51.
[370] Ibidem, p. 52.
[371] Ibidem, p. 53.
[372] SILVA, *Com um fórceps na mão...*, p. 47.
[373] Ibidem, p. 79

século XIX, a pesquisadora Sueann Caulfield observa que o homem considerado honesto era o bom trabalhador, leal, respeitável e que não desonraria uma mulher. Enquanto a honestidade feminina referia-se estreitamente à virtude moral no sentido sexual que, inclusive, era uma grande preocupação teórica e da jurisprudência.[374] A naturalização dos papéis de homens e mulheres encorpava esta perspectiva. Portanto, "a honestidade era, uma condição social e um atributo moral selado por um estado fisiológico".[375]

O comportamento feminino foi idealizado sob uma vigorosa ação da religiosidade nos espaços de clausura. O referencial da instrução recebida pelas meninas do Asilo dos Expostos era baseado no aprendizado de tarefas ligadas ao lar. Desde cedo, havia o cuidado em preparar as meninas para se tornarem boas mães de família e trabalhadoras honradas. Na cidade de Salvador da segunda metade do século XIX, as crianças escravas também desempenharam atividades domésticas ainda na infância. As escravas, assim como os escravos, eram iniciadas no mundo do trabalho doméstico ainda crianças, porém, "as meninas provavelmente permaneciam em atividades que exigiam mais tempo em casa e, portanto sujeitas a maior controle".[376] A realidade do trabalho doméstico e a precariedade das relações de trabalho aproximam meninas escravas e órfãs, uma vez que o controle poderia ser exercido pelo senhor de escravo, por funcionários das instituições acolhedoras e as famílias que alugavam os serviços das expostas. No Asilo, a conduta dos expostos era monitorada sempre pela rigorosa supervisão das Irmãs de Caridade, enquanto estas se submetiam a autoridade da Irmã Superiora. Conforme o Artigo 32 do Regulamento:

> As meninas, assim como os meninos frequentarão a escola do Estabelecimento: aquelas receberão uma educação acomodada à sua condição, pela qual se tornem boas mães de família, e se habilitem a passar a vida com o resultado do seu honesto trabalho.[377]

O relatório da Provedoria referente aos anos de 1863 a 1864, mostra com detalhes o rol de "habilidades" desenvolvidas no cotidiano pelas expostas:

---

[374] CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra; moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 (Coleção Várias Histórias), p. 77.
[375] Ibidem, p. 78.
[376] PINHEIRO, Cristina. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 177, 2005.
[377] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 13.

> Já as meninas fabricam flores de pano mui delicadas e perfeitas bordão de muitas maneiras usadas, prestam-se a cozinhar, a lavar, a engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, estas aprendendo a fabricar calçados de senhora com uma mestra para isso contratada por 40$00 mensais, usando já algumas desse calcado; e tudo fazem, sem mais imaginarem que lhes seja aviltante, como outrora supunham no Recolhimento. Com a educação assim dirigida mais fácil será no futuro que tenham emprego as expostas maiores, ou Recolhidas, pois além de casamento para aquelas que o poderem conseguir, estarão habilitadas para ganharem a vida com honestidade cosendo, bordando, lavando, engomando, cozinhando, fazendo flores e calçado e finalmente servindo em casa de família.[378]

Apenas as meninas maiores de 12 anos desempenhavam as tarefas descritas acima. A reprodução cotidiana de tarefas como engomar, cozinhar e bordar ajudava a demarcar o lugar social que as moças ocupariam na sociedade soteropolitana. Todas as "obrigações" elencadas fizeram parte da formação para o trabalho doméstico, mais conhecido como serviços de "porta adentra".

A *Escola Interna* do Asilo representava a outra vertente da instrução feminina. Localizado aos fundos do prédio da Misericórdia, as aulas eram direcionadas para meninas e meninos de 6 a 14 anos, independentemente de sua cor. Nas primeiras décadas do Império, a Bahia possuía apenas alguns colégios privados, a Casa Pia, o Colégio Médico-cirúrgico e algumas Aulas Régias instituídas pela chamada reforma Pombalina. Na segunda metade do século XIX, houve uma expansão significativa de oferta de ensino. Na época da criação do Asilo dos Expostos, a Província da Bahia possuía 42 aulas públicas para o sexo feminino e 166 para o sexo masculino.[379] A educação feminina de grupos mais abastados na Bahia oitocentista, de maneira geral, resumia-se as prendas do lar, as economias domésticas, os cuidados com a maternidade e com o marido.[380] Em alguns casos, as moças aprendiam também noções da língua francesa e noções musicais. A Escola do Asilo oferecia o ensino da língua portuguesa e matemática. Nos limites do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, o cotidiano girava em torno da vida religiosa e da clausura. O regime de funcionamento era muito parecido com os colégios para órfãos e moças que existiam em outras cidades do Brasil. Porém, a

---

[378] ASCMB, Relatório da Provedoria..., 1863-1864, p.131.
[379] NUNES, Antonieta. Educação da Bahia no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia***,** Salvador, n. 93, p. 171-185, 1997.
[380] CASTRO, Dinorah. *A mulher submissa***:** teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996, p. 16-19.

pequena e lenta onda laica chegou aos programas educacionais, inclusive àqueles dirigidos aos órfãos.

De certa forma, ocorreu uma correlação de forças entre o ensino religioso e a instrução "útil a si e à Pátria". Muito embora, a educação religião não tenha perdido o seu espaço no Brasil oitocentista. Sua importância se dava, entre outros aspectos, pela garantia da transmissão de preceitos morais. Mesmo na virada do século, a educação religiosa sequer foi cogitada ficar de fora da escola oficial.[381] A Escola do Asilo era gratuita e oferecia vagas para meninas pobres que poderiam ficar à margem do processo educativo formal. Desde o final da década de 1850, o espaço educacional da Misericórdia foi acrescido sem, no entanto, significar a mesma abrangência em termos de vagas oferecidas.[382] A Escola Externa da Santa Casa recebeu alunas internas e externas, sob a direção das Irmãs de Caridade. Em 1872, a nova escola foi fundada por méritos do Mordomo Antonio de Lacerda e no ano seguinte, sob as orientações da Irmã Lasnier, a Irmã superiora do Asilo, ao todo 65 meninas foram educadas.[383]

Quero acreditar que algumas famílias pobres que viviam nos arredores e/ou que possuíam algum vínculo com a Santa Casa, aproveitaram a oportunidade para colocar suas filhas escola. No dia 16 de agosto de 1863, Ana Borges Fernandes Almeida enviou uma petição à Misericórdia que elucida nossa suposição:

> Diz D. Ana Borges Fernandes de Almeida, viúva de Luiz Tiburcio Fernandes de Almeida, que tendo a Suplicante feito criar em sua companhia, desde 7br^{o} (sic) de 1849, a enjeitada desta Santa Casa, de nome Virgilia Cliceria de Matos, promovendo depois a educação da mesma, [...] no Colégio regido pelas Irmãs de Caridade, ao Campo da Pólvora, posteriormente removido para o de Nazaré, para cuja extinção finalmente regressarão todas que[estão em] sua companhia nesta mesma Freguesia de Santana, do que tudo tem a Suplicante feito ciente a esta Nobre Mesa, sempre que isso lhe há sido exigido, especialmente pelos respectivos Editais á respeito; e constando agora de novo que respeite semelhante exigência, pelo mesmo meio, de tal declaração, se apressa pois novamente a suplicante a vir remove-la mediante a presente petição pela quer requer porto.[384]

---

[381] RIZZINI; RIZZINI.*A institucionalização de crianças* no Brasil, p. 25.
[382] COSTA, *Ações sociais da Santa Casa*..., p. 24.
[383] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Bernardo de Castro Brum, 1872-1873, p. 10.
[384] ASCMBA. Petição de Anã Borges Fernandes Almeida, 16 de agosto de 1863, documento Avulso, Cx. 17, 1863.

A petição foi escrita pelo escrivão da Santa Casa, já que dona Ana não sabia escrever. O escrivão pede, ao final do texto, que se conceda a prorrogação para que dona Ana continue em companhia da exposta Virgilia. Nesse caso, ao que parece, trata-se de um pedido movido pelo amor de criação entre a criadeira e a exposta. A residência da requerente ficava próximo ao Asilo e suas filhas também eram alunas da escola. A petição de Virgilia foi deferida.

A escola para órfãs existia antes mesmo da criação da Escola Interna do "novo" Asilo dos Expostos em 1862. Em 1861, o escrivão Antonio Joaquim Damazio trocou cartas com o então Provedor José de Figueiredo Leite sobre a inspeção que a professora das expostas havia realizado na escola do Recolhimento, entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861. Entre as "cento e tantas que frequentavam a escola", apenas nove apareceram para o exame. Na **Tabela 9**, temos o boletim da Casa dos Expostos em Educação:

Tabela 9- Desempenho escolar das expostas da inspeção realizada entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861.

Expostas	Escritura	Leitura	Análise	Aritmética
Romana de Mattos	Bem	Bem	Bem	Sofrível
Theodora Constança de Mattos	Sofrível	Bem	Sofrível	Bem
Aula Carolina de Mattos	Bem	Mal	Bem	Sofrível
Maria de Mattos	Sofrível	Sofrível	Sofrível	Pouco
Germana Blandina de Mattos	Sofrível	Sofrível	Sofrível	Bem
Felippa Roiz de Mattos	Sofrível	Sofrível	Bem	Bem
Augusta Rosa de Mattos	Mal	Mal	Sofrível	Pouco
Brigida Roiz de Mattos	Mal	Mal	Sofrível	Nada
Balbina Ang[a] de Mattos	Mal	Não quer ler	Sofrível	Nada

Fonte: ASCMBA. Correspondência interna do escrivão Antonio Joaquim Damazio para o Provedor Manoel Figueiredo Leite, Bahia, 30 novembro de 1861. Cx. 17.

O fraco desempenho das alunas pode ser explicado pela própria precariedade da educação que recebiam? Nota-se que poucas alunas se destacaram na avaliação. Em uma instituição voltada para o aprendizado de técnicas manuais sexualmente segregadas, o tipo de ensino mostrado acima parecia mera formalidade. Em estudo sobre a educação de mulheres no século XVIII, Martine Sonnet diz que em qualquer dessas escolas ninguém se arrisca a sair sábia:

> Tanto o convento como a escola elementar oferecem apenas uma experiência limitada do saber, quer pelo tempo que lhe é consagrado quer pelo escasso leque de conhecimentos proposto. Só a educação familiar bem orientada é susceptível de produzir mulheres de cultura comparável a que o colégio despensa aos rapazes. A bagagem da comum mortais não se prende com curiosidades acadêmicas, está cheia de verdades piedosas e de trabalho de agulha. [385]

Ivani Silva defende que a partir do século das Luzes, a noção de educação feminina para além dos Conventos e recolhimentos foi alargada. No entanto, mesmo nestes espaços laicos, não importando se fossem conventos ou colégios, se empreendia "no quotidiano ou constituía um, de uma mãe de família: a cozinha, os cuidados com as crianças mais novas, a manutenção da roupa da casa e de vestir, o manejo do fio, das agulhas, da lã, dos tecidos".[386] Este modelo serve apenas para descrever os locais que recebiam mulheres pobres. A questão econômica produziu instituições religiosas bastante distintas. Em instituições claustrais voltadas para grupos dominantes, as mulheres eram, de fato, moldadas para a vida religiosa, o que incluía o domínio da escrita e o desenvolvimento intelectual, por vezes, motivada por questões financeiras ou pela falta de pretendentes da mesma "qualidade".[387]

Ainda sobre a tabela acima, em nota, a professora ressalta a classificação de Romana de Mattos: em primeiro lugar na classificação. Outra informação interessante é que Theodora Constança de Mattos estava como professora de Felyppa "porque esta era menor de 8 anos". As alunas Maria e Aula Carolina possuíam 12 anos 14. Como já dissemos, as turmas eram multisseriadas e as alunas aprendiam com uma única professora no Método Simultâneo. Na prática, honra e trabalho valia mais que educação formal.[388]

No cotidiano, as expostas se ocupavam de tarefas internas como participar da oficina de sapataria, lavar e engomar a roupa de todos, cozinhar, ensinar aos menores, limpar a casa e a capela. As moças ensinavam as meninas mais novas na tarefa escolar,

---

[385] SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, George; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, v.3: Renascimento a Idade Moderna, p.141-178.
[386] SILVA, *Porta adentro*, p. 141-142.
[387] ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. A clausura feminina no mundo ibero-atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. *Tempo*, 2012, v. 18, n 32, p. 95-113, 2002. Lígia Bellini, Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*, 3/4, p. 209-218, 2006/2007. Cf., sobretudo, p. 213-214.
[388] Sobre os métodos educacionais utilizados na Bahia do século XIX, ver: NUNES, *Educação da Bahia*..., p. 165-203.

ajudavam na enfermaria, costuravam roupas e produziam objetos.[389] A direção do Asilo recomendava que a instrução fosse prática e aplicada segundo as aptidões de cada exposta nos afazeres domésticos. A organização social se baseava na hierarquização do cotidiano, as Irmãs de Caridade desempenhavam o controle das expostas mais velhas que eram designadas para instruir as meninas mais novas. O sentimento de pertencimento conferiu a estas expostas certas experiências coletivas para ler de maneira consciente as relações de poder e evitar eventuais punições? O bom comportamento, a partir do ideal de mulher que se propunha construir, era reforçado por recompensas. A dedicação ao trabalho e o comportamento exemplar – submisso – poderia garantir licença à recolhida para visitar seus parentes e receber visitas. Pois, era proibido receber visitas sem a licença escrita do Provedor. Depois de completar 20 anos, Theodora Constança, branca, citada anteriormente, se desligou do Asilo para viver com seu irmão Antonio Raymundo de Souza, por despacho da Mesa de 2 de julho de 1871. É possível que o reencontro familiar tenha ocorrido em virtude das licenças obtidas pela exposta, como recompensa pelo cumprimento de tarefas domésticas e pelo auxílio na educação das órfãs mais jovens.

Segundo Angela Santana, os meninos e meninas experimentaram papéis "naturalmente" masculino e feminino no Asilo. Mesmo com o passar dos anos algumas coisas eram praticamente imutáveis, tanto na supervisão como nos papéis que deveriam ser exercidos por meninos e meninas.[390] Havia diversos mecanismos para controlar as meninas, fosse motivado por questões morais ou através da disciplina do trabalho. Um exemplo era a obrigatoriedade do ritual da primeira comunhão apenas para mulheres. Foi estabelecido oficialmente, desde 1862, que haveria "prêmios" distribuídos para as expostas que sobressaíssem em qualquer ramo do ensino, trabalho ou por seu comportamento "exemplar". Para isso,

> No dia 8 de Setembro de cada ano, terá lugar uma exposição de todos os objetos executados ou fabricados pelas expostas que concorrerem aos ditos prêmios, declarando-se em rotulo pendente cada um deles o nome e idade de quem tiver produzido.[391]

---

[389] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Francisco Rodrigues da Silva, 1880-1881, p. 7.
[390] SANTANA, *Santa Casa de Misericórdia*..., p. 95.
[391] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p.16.

O Regulamento dos Expostos não explica o que as expostas produziam. Quais objetos eram fabricados?

> Já as meninas fabricam flores de pano mui delicadas e perfeitas bordão de muitas maneiras usadas, prestam-se a cozinhar, a lavar, a engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, estas aprendendo a fabricar calçados de senhora com uma mestra para isso contratada por 40$00 mensais, usando já algumas desse calcado; e tudo fazem, sem mais imaginarem que lhes seja aviltante, como outrora supunham no Recolhimento. Com a educação assim dirigida mais fácil será no futuro que tenham emprego as expostas maiores, ou Recolhidas, pois além de casamento para aquelas que o poderem conseguir, estarão habilitadas para ganharem a vida com honestidade cosendo, bordando, lavando, engomando, cozinhando, fazendo flores e calçado e finalmente servindo em casa de família.[392]

O Provedor da Santa Casa era responsável por ordenar e promover a exposição com distinta solenidade na entrega dos prêmios que deveriam ser julgados por juízes. A premiação era individual e valia para a exposta que se destacasse em qualquer ramo do ensino e trabalho, ou por seu comportamento exemplar. Há algumas possibilidades de interpretação sobre o exame. Acredito que o julgamento, a priori, carregado de símbolos, teria dois sentidos: normalizar e vigiar as alunas. Sob a vigilância das irmãs de caridade, as moças deveriam se esforçar para construir bons objetos, através da disciplina de produção. Para Foucault, cujos textos realçam a centralidade do corpo humano nas relações em que o poder de instituições psiquiátricas, médicas e educacionais é exercido, o exame adquire uma função controladora. Pois, a avaliação "estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados".[393] Ao mesmo tempo em que caberiam recompensas aos melhores trabalhos, este processo controlariam os corpos e permitiria qualificar as moças. Seu desígnio se baseia em formar trabalhadoras submissas, especializadas e que reconheçam ou expressem os comportamentos desejáveis pensados hierarquicamente.

No dia 14 de junho de 1885, ocorreu uma exposição aos moldes do que foi proposto em regulamento. O escrivão fez questão de registrar a fala da "inteligente" e "simpática" recolhida, Mathilde de Mattos. Em discurso dirigido ao Provedor, Mathilde fala sobre satisfazer a altura "o interesse do nosso atual benfeitor pelo futuro bem estar de tantas criaturas que uma sina fatal roubou-lhes o direito de se aquecerem no ninho

---

[392] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite, (1863-1869), 1863-1864, p. 131.
[393] FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 154.

paternal".[394] A enjeitada explica que, como intérprete das suas "companheiras de infortúnio", dirigidas por sua boa mãe (a Regente), a exposição era para enfatizar o trabalho que as expostas realizaram durante o ano. Creio que o ritual do exame era uma representação do lugar social das expostas que, ao mesmo tempo, reafirmava o conteúdo das relações de gênero. Do provedor até as órfãs, o poder social simbolizado no exame era despeço e ganhava novos significados quando alastrado entre as funcionárias do Asilo, as Irmãs de Caridade e o Mordomo dos Expostos. Pois, o poder social é uma constelação incoerente de forças. Aos olhos das autoridades da Santa Casa, a demonstração da consciência da própria condição da orfandade, seguida de rituais de submissão, era o sinal do bom funcionamento do Asilo. De certa forma, essa interpretação se aproxima a compreensão do "pode social" foucaultiano, doravante "entendido como constelações dispersas de relações sociais desiguais discursivamente construídas em 'campos de forças'".[395]

Portanto, leio o discurso da órfã Mathilde como negociação entre grupos que ali existiam. Por fim, em momentos como este é que percebo o papel de agência das órfãs que, conscientes do seu lugar social, encenaram situações para, talvez, fugir aos castigos, bem como para conseguir sair temporariamente da Santa Casa e ter alguma liberdade.

3.3 Casar ou *viver por si*

> As meninas serão, depois da idade de seis anos, educadas no Asilo, d'onde sairão para casar, ou para companhia de alguma família capaz, debaixo de contrato, ou ainda para viverem sobre si, se quiserem, depois de completarem a maioridade.[396]

Até o final do século XIX, o acolhimento de crianças abandonadas no Brasil foi protagonizado por instituições religiosas. O fragmento destacado acima, retirado do regulamento interno do Asilo dos Expostos de Salvador, pode ser lido como uma síntese da legislação que regeu a vida das meninas acolhidas. Embora a instituição tenha abrigado crianças de ambos os sexos, a clausura e o controle agiram com maior vigor

---

[394] ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Conde de Pereira Marinho, (1881-1887), 1885-1886, p. 60.
[395] SCOTT, Gênero, p. 11.
[396] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, fl. 12.

sob a população feminina. A centralidade do casamento na política de formação das mulheres foi influenciada pela representação do matrimônio como ideal de honra e moralidade, conectadas aos princípios religiosos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A condição social oriunda da orfandade reservou a estas mulheres uma educação alicerçada pela especialização nos trabalhos domésticos, como garantia de sustento ao se desvincularem da Misericórdia. A clausura nem sempre representou para a mulher oitocentista o silêncio e a perda sua autonomia. Ao estudar os aspectos da vida monástica feminina, através de escritos de autoras portuguesas entre os séculos XVII e XVIII, Lígia Bellini procura entender estratégias de autoridade e relativa autonomia feminina. Segundo a prezada autora, "Desde a Idade Média, o domínio das letras foi uma via pela qual mulheres adquiriram autoridade e uma certa autonomia religiosa no universo cristão".[397] Diante das relações de poder, especialmente em instituições femininas, os sujeitos buscavam brechas a partir de relações tecidas no cotidiano. A história é repleta de ações de mulheres transgrediam a rigidez de comportamentos preestabelecidos, ou, simplesmente, usavam as brechas e alcançavam relativa autonomia através da negociação, ousadia e conflitos.[398]

A elite branca e letrada do Brasil construiu este imaginário através de modelos europeus, como o romantismo francês. Todavia, a influência romântica era associada a elementos de origem religioso, que avizinhava o feminino ao celestial. Portanto, o verossímil e a vida experimentada moldaram o imaginário coletivo do modelo feminino a ser perseguido no Brasil.

Para percorrer as vicissitudes das órfãs no período final de seus vínculos com a Misericórdia, precisamos entender os significados do casamento e as possibilidades por trás do termo *viver por si*. Conforme já ressaltamos, o objetivo do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia era formar mulheres honradas para o casamento e prendadas o suficiente para sobreviver do seu próprio trabalho. Sem dúvidas, entre as possibilidades das órfãs, o casamento foi o mais estimulado, inclusive com o aporte do dote. Ao casar, a exposta recebia o dote de 400$000 (quatrocentos mil réis) em dinheiro e o enxoval de casamento que era feito por suas companheiras. A lista era objetos era bastante simples:

---

[397] BELLINI, *Vida monástica*..., p.209-210.

[398] Refiro-me, sobretudo, às estratégias das mulheres que escreviam no convento e que utilizavam a "fórmula da modéstia", que envolvia afirmação da humildade e baixo valor de reivindicação de autoridade. Para Bellini, "está presente a combinação entre a declaração de que não são dignas de escrever e ter suas obras publicadas, por um lado, e a ousadia de fazê-lo, por outro, inclusive lançando mão de expedientes como a associação com patronos influentes nos meios secular e eclesiástico". Bellini, Idem, Ibidem, p. 209.

> Art. 35º A exposta que se casar, se dará além do dote de quatrocentos mil réis em dinheiro, um vestido branco de cassa, para o ato do casamento, e um enxoval dos objetos seguintes: 1º, seis camisas; 2º, seis pares de meia; 3º, dois pares de sapatos e dois pares de chinelos; 4º, quatro vestidos brancos e de chita; 5º, seis lenços; 6º, duas cobertas de chita, dois cobertores e dois lençóis de algodão; 7º, quatro fronhas; 8º, seis toalhas; 9º, um baú.[399]

O dote desponta como peça importante neste ritual, agindo com uma espécie de atrativo aos pretendentes. As recolhidas que se desligaram da Santa Casa para levar uma vida como mulheres solteiras receberam o chamado "meio dote", equivalente a 200$000 (duzentos mil réis). Aos 18 anos, a exposta era orientada a se casar com um pretendente aceito pela mesa administrativa da Misericórdia; continuar no Asilo e locar sua mão de obra para o trabalho doméstico; ou, por último, se desligar da instituição para viver por conta própria. As tratativas para o casamento eram bastante formais, depois de feito o pedido à Mesa, o pretendente esperava uma resposta que durava em média uma semana. Muitas vezes o pedido era negado, especialmente quando as informações sobre o comportamento do pretendente não agradavam aos irmãos da Mesa. Innocencia Theophila de Mattos, moça "cabra de cor escura", magra, cabelos crespos, chegou ao antigo Asilo ainda recém-nascida, em 1849. A enjeitada casou com João Raymundo de Macêdo, no dia 13 de janeiro de 1872, após ter seus serviços alugados uma única vez, em 1870.[400] Raymundo fez o pedido de casamento junto a Mesa. O pretendente de Innocencia precisou do documento emitido pela paróquia da Freguesia da Sé para comprovar o seu local de residência. O casório foi realizado na própria capela do Asilo, como era de costume. Após o casamento, a provedoria entregou 400#000 (quatrocentos mil réis) para o noivo, como valor integral do dote.

Apesar da rigidez da reclusão, as moças buscavam formas para se comunicar com o mundo externo. Fosse através da liberação para visitar familiares, por meio de bilhetes ou quando alugados seus serviços, dava-se um jeito de entrar em contato com os pretendentes.

Na década de 1870, o casamento foi responsável pela saída de 32,8% das mulheres que se desligaram da Misericórdia. Estes dados se equiparavam ao total de moças que resolveram viver por si e meninas que foram viver com algum parente. Nas

---

[399] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 13.
[400] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 15.

duas décadas seguintes este percentual aumentou, sendo 57,1%, de 1881 a 1890, e 50%, de 1891 a 1894. Em todo o período citado, 73 órfãs se desligaram para se casar. Estes números não deveriam ser tão satisfatórios, visto que o objetivo principal da Misericórdia era formar mulheres para o casamento. Isso apenas reforça o principal interesse da instituição em formar mulheres consideradas honradas e prendadas, sobretudo aptas para o casamento. Outro detalhe importante diz respeito à cor das expostas que se casavam - o que sugere uma dinâmica nas escolhas das esposas que estava além do controle da Santa Casa.

Tabela 10 - Cor das expostas que se desligaram da Santa Casa de Misericórdia através do casamento (1870-1894)

Expostos	**Parda**	**Parda escura**	**"De côr"**	**Crioula**	**Cabra**	**Branca**	**Cor ausente**
N.os Absolutos	17	1	2	2	3	21	27
% do Total	**23,3**	**1,4%**	**2,7**	**2,7**	**4,1**	**28,8%**	**36,9**

Fonte: ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894; ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1219, Est. H, 1871-1893.

A população do Asilo dos Expostos era majoritariamente "parda".[401] Conforme as informações acima, as expostas de tez "branca" se casaram em maior número, representando 28,8% do total, contra 23,3% de pardas. É impossível saber a cor das órfãs quando o escrivão não fazia o registro. Em algumas oportunidades, porém, quando confrontados diferentes documentos produzidos sobre uma determinada exposta é possível perceber que estas mulheres não eram brancas.

A palavra abre fissuras por onde os sujeitos constroem relações em determinada época. O conjunto de ações como nomear e difundir ideias, seja pela escrita ou através da oralidade, no que diz respeito ao modelo de beleza feminina, culminou na idealização da cor branca como referencial para o casamento. No imaginário social oitocentista, a pele branca feminina referenciava um modelo de beleza fantasiado, especialmente quando descritas como pálida. Na obra *Uma Senhora*, Machado de Assis expõe este ideal de beleza ao chamar atenção para a característica de D. Camila: "Cor

[401] O total de matrículas dos expostos por cor contabilizadas entre 1870 a 1894, incluindo meninos meninas, era de 109 de cor ignorada, 86 pardos, 56 brancos, 15 crioulos, 12 cabras, 12 pardos escuro, 5 pardos claro, 2 "de cor" e 1 "cor preta". Ver: ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894.

de leite, fresca, inalterável, deixava às outras o trabalho de envelhecer. Só queria existir".[402] Vale lembrar que a cor branca foi exaltada como sinônimo de beleza em outras obras de Machado de Assis. Um bom exemplo é a personagem Eulália, "uma morena pálida", cuja palidez se traduziu em admiração por seu admirador "porque ele, romântico acabado, do grupo clorótico, amava as mulheres pela falta de sangue e de carnes".[403] Talvez isso explique o porquê da maior incidência do casamento das expostas de pele mais clara. Mas, isso não é tudo. A juventude, obviamente também estava ligada aos padrões de beleza.

Dentro do cenário colonial, Sheila de Castro Faria percebe, através da documentação dos processos de dispensa, que não havia necessariamente relação entre o casamento e a virgindade nas camadas populares. O pobre não estava muito preocupado com o passado sexual da mulher, principalmente se ela levasse para o matrimônio uma quantidade de filhos em idade produtiva.[404] Em relação às mulheres pertencentes aos grupos com algum prestígio social e econômico, a autora demonstra que a realidade era diferente, pois a virgindade estava ligada à honra da família. Todavia, "isto não significa necessariamente abstinência sexual por parte das mulheres, mas, sim, que, com maior facilidade, tais práticas puderam ser encobertas".[405] Ao identificar os discursos médicos e literários sobre as distinções de homens e mulheres, Joel Silva observa a influência da *Eugenia* no processo de escolha do par conjugal.[406] Apesar de evidenciar estes reflexos apenas nos círculos da elite baiana, não é forçoso acreditar que este tipo de relação tenha ocorrido nas demais camadas sociais com um nível de influência menor.

O casamento celebrado no século XIX se caracterizava como opção apenas para uma pequena parcela da população, especialmente entre a elite branca. Segundo Eni Samara, estes grupos tentaram limitar de várias formas os casamentos enquanto à cor, desigualdade de nascimento, princípios de honra e riqueza. Entretanto, nas camadas

---

[402] ASSIS, Machado de. *Uma Senhora*. Volume de contos. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. 2. Portal Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000204.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

[403] ASSIS, Machado de. *A Mulher Pálida*. Publicado originalmente em A Estação, 15/08/1881 e 30/09/1881, p. 06. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17355>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

[404] FARIA, *A colônia em movimento*, p. 64-65.

[405] Idem, p. 68.

[406] SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. *Casamento, cabaço e cabaceira*: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 36.

populares os critérios eram muito menos seletivos e preconceituosos.[407] No entanto, quando observamos a média de idade das órfãs que se casavam e confrontamos com o critério racial, percebemos uma maior procura por noivas brancas e jovens. As órfãs brancas se casavam em média aos 22 anos e as pardas se matrimoniavam aos 27 anos. Apesar de revelador, é preciso relativizar a subjetividade das escolhas nestes dados porque havia mulheres "de cor" que também se casaram muito jovens. Podemos observar isso, por exemplo, a partir das expostas Innocencia Rufila de Mattos, "cabra de cor escura", casada aos 23 anos, em 1872; Adelaide de Mattos, parda, com 18 anos; e Victoria Chevrolet de Mattos, brancas, de 21 anos.[408]

Quando o casamento tardava, a exposta maior de idade podia continuar vinculada à Misericórdia ou findar as relações. As mulheres que permaneciam podiam negociar seus próprios contratos de aluguéis para o trabalho doméstico, como correu com Amelia Julia de Mattos, "parda escura", que permaneceu ligada à Santa Casa até os 32 anos. Em seu último contrato como empregada doméstica, a exposta possuía 27 anos. No dia 5 de agosto de 1892, Amelia foi trabalhar na casa de Antonio Ferreira Garcia de Andrade, "1º Tenente", por 12#000 (doze mil réis) mensais.[409] Amélia se casou com Manoel Barbosa dos Santos cinco anos mais tarde, no dia 29 de dezembro de 1897. Seu dote foi de 400#000 (quatrocentos mil réis). Amelia ainda recebeu mais 789#816 (setecentos e oitenta e nove mil oitocentos e dezesseis réis) de dote legado do Conde Elias Batista da Silva. Este valor foi conquistado a partir da petição feita por Manoel, seu marido, que não sabia escrever, como registrou o escrivão. O interessante é que este valor foi entregue ao esposo somente treze anos mais tarde, em 1909.[410] É possível que as expostas mesmo depois de casadas ainda continuassem a frequentar a Santa Casa, mantendo relações com o pessoal que trabalhava no local. Quero acreditar que ao longo destes anos, Amelia usou de forma hábil os ritos de respeito e subserviência para conseguir um valor muito mais alto que o seu dote original.

A exposta que decidia "viver por si" recebia metade do dote de casamento. Ao que parece, esta foi a fórmula que a Santa Casa encontrou para estimular o casamento e compor o imaginário social sobre a mulher casada. Em muitos casos, este valor era acrescentado ao dinheiro juntado durante a "locação" dos serviços das expostas. A

---

[407] SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 93, set. 87/fev. 88.
[408] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fls. 6, 13, 28.
[409] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 87.
[410] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 119.

expressão "viver por si" significava que a mulher, uma vez desligada da proteção natural da Misericórdia, passaria a viver sem a figura do segundo protetor: o marido. Esta expressão também foi muito utilizada nas relações escravistas do século XIX. Engana-se quem pensa que essas mulheres, uma vez que tomaram seu próprio caminho, tenham sido relegadas a solidão. Aliás, o próprio Asilo reconhecia uma série de arranjos e destinos possíveis para essas mulheres:

> Art. 39. A respeito das expostas que atingirem à maioridade, observar-se-á a disposição do § 3º, cap. 20 do Compromisso, dando a Casa á que sair a quantia de duzentos mil réis para princípio de seu estabelecimento, observando-se quanto as que saírem casadas, o que se acha disposto acerca do dote. Art.40. Aos expostos se dará alta definitiva, quando: 1º, mudarem de estado; 2º, estiverem completo o tempo convencionado para lhes ensinarem os ofícios; 3º, tiverem sidos recebidos em algum dos estabelecimentos criados pelo Estado na forma do Art. 30. Art. 38. Também a casa dará objeto de n. 1 a 9 do art. 35 às expostas que saírem para a companhia das famílias, ou para viverem sobre si, sairão para casar, ou para a companhia de alguma família capaz, debaixo de contrato, ou ainda para viverem sobre si, se o quiserem, depois de completarem a maioridade.[411]

Mesmo àquelas moças que resolveram viver por si, quando se casaram, barganharam o dote. Este dispositivo serviu para influenciar o comportamento de algumas mulheres, mesmo depois de desligadas da irmandade. A exposta Josephina de Mattos, parda clara, se casou aos 27 anos, depois de ter seus serviços alugados para trabalhar na residência da baronesa de Guary, por três meses, pelo valor de 15#000 (quinze mil réis).[412] Apesar da idade, a exposta manteve-se ligada à Misericórdia até se casar. Antes disso, Josephina foi viver no Rio de Janeiro em companhia da sua patroa. No dia 18 de maio de 1890, foi lida em ata da Mesa administrativa da Misericórdia o seguinte documento:

> Comunica que tendo deixado no Rio de Janeiro a exposta Josephina de Mattos, que deste Estabelecimento fora retirada por sua senhora Viscondessa de Guahy mediante termo, providenciara para que fosse reparado o mal pelo casamento, como da certidão que apresenta [...].[413]

---

[411] ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 16.
[412] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 68.
[413] ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A21, Est. H, fl. 65.

A intenção de Josephina era de que o caráter religioso e sagrado da certidão de casamento poderia agir como elemento apaziguador de relações sociais. A estratégia da moça se baseava na lógica de formação das expostas: preparadas para o casamento. No entanto, o "reparo do mal", não foi o suficiente para os fins a que se prestava, uma vez que a "honra" era um dos valores mais exaltados nos princípios do Asilo dos Expostos. Inclusive, este tema era repetido seguidas vezes nos documentos e nas falas dos irmãos da Santa Casa. É preciso relembrar que a escolha do marido e os ritos da cerimônia deveriam passar pelo crivo da Mesa administrativa. O casamento de Josephina foi bastante diferente por não seguir nenhuma das regras definidas pelo regulamento interno do Asilo. Segundo o escrivão da Misericórdia, apesar do casamento ter ocorrido em "condições normais" (nos princípios da igreja), a exposta não poderia receber o dote. Na margem superior da matrícula de Josephina há o seguinte registro: "esta exposta se casou no Rio de Janeiro em condições convencionais; em consequência de que, e pelo seu irregular procedimento, fica sem direito a dote e qualquer regalia da Santa Casa".[414] Certamente, a própria Josephina foi quem enviou o documento no intuito de assegurar o dote a que buscava ter direito. O casamento foi celebrado no dia 31 de março de 1890.

Parece que algumas regras básicas da convenção interna foram quebradas. A primeira delas parece ter sido afrouxada pela própria instituição, uma vez que a exposta esteve por muito tempo longe da instituição responsável por protegê-la e vigiá-la. Pelos termos apresentados, a exposta ainda era dependente da Santa Casa.

É possível tecer um paralelo entre o episódio supracitado e as estratégias matrimoniais no Brasil oitocentista, em que os matrimônios "realizados à revelia dos pais, em geral, resultavam em punições de diversos tipos e significados, em muitos casos, a exclusão dos filhos na participação do patrimônio familiar".[415] Estas implicações, inclusive, eram apontadas nas Ordenações Filipinas. Acredito que o posicionamento da Santa Casa, contrário ao dote, tenha seguido os aspectos ressaltados acima, como uma espécie de metáfora em que a instituição ocupa o papel de protetor das expostas. Pois, as relações patriacarlistas extrapolam a família e se caracteriza como expressão de diversas formas de poder. É preciso ainda destacar que as relações de gênero também podem ser entendidas como forma primária de articular e significar as

[414] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 96.
[415] SAMARA, *Estratégias matrimoniais*..., p. 94.

relações de poder. Este conceito estrutura a percepção concreta e simbólica da vida social, de tal forma, que se encontra implicada nas relações de poder. Na medida em que estas referências estabelecem distribuição de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero encontra-se doravante implicado na concepção e na construção do poder em si.[416] Nessa perspectiva, podemos dizer que a Santa Casa se viu em uma situação de quebra de acordos simbólicos e por isso negou o pedido ao dote. Pois, os irmãos da Mesa, encorpados pela simbologia que a instituição carregava, se encontravam no papel de agentes reguladores de toda a vida social das expostas, sobretudo no que diz respeito ao casamento. Obviamente, a negação do dote ocorreu devido ao que os irmãos da Misericórdia consideraram como um duplo erro: a exposta ter se relacionado sexualmente antes do casamento e o fato do noivo não ter passado pelos rituais de aprovação da irmandade. Ainda que nas camadas mais pobres a relação entre o sexo, honra e casamento não causava grandes constrangimentos, uma exposta, apesar de pertencer ao mesmo grupo social, deveria obedecer às noções de honra mais comuns às mulheres de grupos sociais dominantes.

Existe um fato que quase passou despercebido em minhas leituras. Para finalizar esta discussão, ao olhar brevemente os nomes dos Provedores da Santa Casa durante o século XIX, pude perceber que a Viscondessa Guary, que viria a se tornar baronesa Guary, era esposa do Provedor barão de Guary, então Provedor da Misericórdia. Daí, podemos explicar o porquê da liberação para exposta mudar de província, por meio de contrato. Talvez, o fato de se relacionar com pessoas do mais alto escalão da irmandade, tenha encorajado Josephina a escrever a petição em função do dote.

Outra exposta que se casou sem o consentimento da instituição foi Gertrudes de Mattos, “branca”, de 25 anos. No dia 18 de janeiro de 1894, a exposta foi alugada para trabalhar na casa de Gustavo Adolpho F. da Silva mediante a quantia de 12#000 (doze mil réis). No contrato, por ser maior de idade, a exposta ficaria então desligada da Santa Casa. Neste caso, Gertrudes teria o direito a receber diretamente os seus salários e possuiria também o direito ao dote se viesse “a se casar se procedendo aprovação da Mesa”.[417] No dia 5 de outubro no mesmo ano, o mordomo trouxe notícias sobre Gertrudes e suas tarefas na casa de Gustavo. O que a Misericórdia não esperava era que Gertrudes se casasse sem a permissão da Mesa. No dia 30 de setembro do ano seguinte, a órfã entrou com petição “declarando-se casada com Julio Francisco Lopes, e pedindo

---

[416] SCOTT, Gênero, p 12.
[417] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 131.

dote". A decisão da Provedoria veio no dia 2 de outubro de 1885.[418] Nela, o Provedor diz que "a exposta não tem direito a dote algum" e nem merece receber pelo tempo que esteve alugada na casa do locador Gustavo. A exposta ainda foi criticada por ter abandonado o serviço "em vez de procurar a proteção da Santa Casa, como outras suas companheiras, portanto indeferido".[419]

O fim das obrigações entre a irmandade e a exposta maior de 21 anos poderia ocorrer a qualquer momento, caso solicitado pela interna. As moças seguiram para outras instituições religiosas, para o trabalho doméstico na casa de alguma família, foram viver ao lado de familiares ou não informaram o seu destino. Sob o termo "viver por si", muitas moças romperam com a Santa Casa para viver com mães, pais, irmãos, avós e tias. As irmãs Maria Candida de Santa Clara e Roza Candida do Sacramento, ambas com 21 anos, se desligaram da irmandade para viver em companhia de sua avó Anna Rita. As duas expostas entraram com pedido de desligamento e foram recebidas na sala do despacho no dia 29 de abril de 1879. Anna Rita também compareceu para assinar o termo que liberava as irmãs da responsabilidade da Santa Casa. Cada uma das irmãs receberam o dote de 200#000 (200 mil réis).[420] Outra exposta que foi viver ao lado de familiares foi a "parda" Aurelia Ceciliana de Mattos, de 32 anos. Depois de várias locações, Aurelia foi morar com sua irmã Maria Melchiades Ferreira de Carvalho, moradora da ladeira da preguiça, no bairro Dois de Julho.[421] A escolha das mulheres em se desligar da Santa Casa vai além dos poderes institucionais, um dos poucos momentos de liberdade.

Tabela 11 - Cor das órfãs que se deixaram o Asilo para "viver por si" (1870-1894)

Expostos	**Parda**	**Parda clara**	**Parda escuro**	**Cabra**	**Crioulo**	**Branca**	**Cor ausente**	**Total**
N.os Absolutos	19	1	4	6	4	9	22	**65**
% do Total	**29,2%**	**1,5%**	**6,1%**	**9,2%**	**6,1%**	**13,8%**	**33,8%**	**100%**

Fonte: ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1219, Est. H, 1871-1893. ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894.

[418] ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 131.
[419] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 95.
[420] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 60-61; ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 34.
[421] ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 32; ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 58.

A questão racial parece ter exercida uma influência consideráveis nas saídas das expostas. Afinal, as órfãs brancas se casaram muito mais que as outras órfãs. Além disso, o número de brancas que decidiram "viver por sí" pode ser considerado baixo se comparado ao total de brancas que existiam no Asilo. Porém, é preciso lembrar que os sentimentos de liberdade, o cultivo de relações com os padrinhos e o elo com os familiares poderiam ser os principais sentimentos por trás da busca pela autonomia feminina. Apesar dos esforços da Santa Casa, um número significativo de mulheres se desvinculou para "viver por si". Dos registros analisados no *Livro de Matrículas* e *Locação e Serviços dos Expostos*, ao todo 65 mulheres fizeram esta escolha, o que representou 39,8% das expostas que lá existiam. Das 63 expostas que se desligaram do Asilo para "viver por si", em 17 matrículas havia declaração que estas mulheres foram viver com familiares e padrinhos.

3.4 Os contratos de "porta adentro"

Na segunda metade do século XIX, o Brasil assistiu ao alargamento das relações de trabalho livre e ao desenvolvimento de arranjos de contrato de trabalho. Historicamente ligados ao desenvolvimento do liberalismo, estes eventos do mundo do trabalho brasileiro não podem ser associados à influência da ideologia liberal. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia criou sofisticados contratos de trabalho em uma época ainda marcada por relações de trabalho baseadas em acordos verbais. Estes contratos serviram para regular os aluguéis dos serviços domésticos de adolescentes e jovens órfãs que viveram no Asilo dos Expostos. Vale ressaltar o perfil religioso da irmandade que possuía, inclusive, em seus quadros de funcionários, trabalhadores livres, libertos e escravos. O que torna ainda mais instigante a existência dos contratos da Santa Casa foi o fato de a Câmara de Salvador ter aprovado algumas medidas que passaram a regulamentar a relação entre os trabalhadores e seus patrões, apenas em 1886.[422]

[422] SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Trabalho doméstico livre e lei nos anos finais da escravidão no Brasil. *VI Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, p. 1-20, 15 a 18 de maio de 2013. Vale ressaltar a importância da pesquisa realizada por Lorena Féres da Silva Telles que parte da regulamentação dos contratos de trabalho em São Paulo. Ver TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados*. Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada do escravismo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Sem dúvidas, ao discutir relações de trabalho no Brasil, despontamos para o impacto da transferência de cativos das regiões Nordeste para o eixo Centro-Sul. Seu impulso influenciou, entre outras coisas, na reorganização do trabalho nos grandes centros urbanos do país. A historiografia tratou de discutir esta dinâmica de maneira satisfatória, inclusive gerando novas possibilidades de estudos sobre o tema.[423] Nas últimas décadas do século XIX, o declínio do trabalho escravo no Brasil fez emergir a necessidade de reforçar o controle dos trabalhos livres. Regulamentação e vigilância talvez tenham sido as palavras de ordem na pauta da elite da capital baiana. João José Reis acredita que tal necessidade surgiu para controlar as relações comerciais exercidas por grupos de pessoas descendentes diretos da escravidão que se organizavam nos chamados *cantos*.[424] As teorias que cunharam termos como "substituição" e "transição" do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, que vigorou até meados da década de 1870, foi sendo sedimentada pelos avanços dos debates na historiografia.[425] Silva Hunold Lara fez importantes críticas no que diz respeito às complexas relações de trabalho no Brasil, entre livres, libertos e cativos. Uma vez que as teorias anteriores não poderiam perpassar durante muito tempo ignorando a noção de "processo" existente na história. Os historiadores da chamada "geração de 1980", além de incorporar escravos, imigrantes e o trabalhador nacional livre na História do Trabalho do Brasil, trataram de assinalar na escravidão a gênese do trabalho no Brasil. Atualmente, os avanços deste tipo de estudo se desdobraram nos significados da liberdade e nas lutas por cidadania.[426]

Em 1970, cerca de dezesseis anos antes da regulamentação do trabalho doméstico em Salvador, a Santa Casa passou a formalizar os chamados serviços de "porta adentro". A investigação destes contratos firmados pela Misericórdia é um objeto de estudo recente e sua investigação foi inaugurada pelo historiador Maciel Silva. Segundo o autor, "o elemento basilar de todo o quadro que forma um mercado de trabalhadores e trabalhadoras domésticas é mesmo a precariedade ou inexistência de

---

[423] Ver entre outros: CONRAD, *Os últimos anos da escravatura*; COSTA, *Da senzala à colônia*, 4ª ed., São Paulo: UNESP, 1998; MELLO, E. C. de. *O Norte Agrário e o Império*: 1871-1889, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1999; Maria de Fátima Novaes Pires, *Fios da vida...;* CHALHOUB, *Visões da liberdade*; SILVA, *Dom Obá d'África*...; NEVES, *Sampauleiros Traficantes*...; GRAHAM, "*Nos tumbeiros mais uma vez?*

[424] REIS, João José. De olho no Canto, trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, n. 24, Universidade Federal da Bahia, p.200-204.

[425] LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto história: revista do Departamento de pós-graduação da PUC-SP. São Paulo: EDUC,* n. 16, p. 25-38, 1997.

[426] Ver, entre outros, ALBUQUERQUE, *O jogo da dissimulação*; NASCIMENTO, *Cidadania, cor e disciplina*; REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício;* FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

vínculos familiares com pais e mães".[427] Ainda sobre o tema, Mahiara Vitoria procurou estabelecer relações entre a inserção dos órfãos da Santa Casa no mundo do trabalho doméstico e as demandas da população baiana do século XIX.[428] Neste sentido é que buscamos contribuir para este recente debate, oferecendo novos pontos de vista.

Para Maciel Silva, o sentido religioso e pedagógico do contrato da Misericórdia foi o de fixar domésticas nos lares entendidos como honrados. Estas moças, uma vez submetidas à relação de troca de seus serviços, ganhariam experiência e atributos idealizados que formavam o perfil para uma mulher cristã - para além do valor monetário presente na transação.[429] Mas, para além da idealização do modelo de mulher, e das famílias que as acolhiam, o dinheiro era uma forma de incentivo da manutenção deste comportamento. Ora, apesar do valor relativamente baixo, o salário – cuja maior parte era pago à Santa Casa, enquanto a exposta era menor de idade - era depositada em uma espécie de fundo que, ao menos em tese, dava condições para a exposta se sustentar por um breve período ao se desligar da irmandade. Ainda segundo Maciel Silva, este grupo heterogêneo, unido pela falta dos pais e pelas mazelas da vida, formava um tipo peculiar de trabalhadoras domésticas:

> "Portanto, as criadas originárias da orfandade e do abandono, expostas à caridade pública, são um tipo específico de trabalhadora doméstica. Se formalmente eram livres, na prática, viviam condições e cerceamentos pouco compatíveis com o status formal de liberdade".[430]

A regulamentação das relações de trabalho dessas domésticas tuteladas pela Misericórdia possuíam características distintas das demais trabalhadoras do lar. O historiador Henrique Espada Lima diz que a regulamentação do trabalho não era necessariamente uma preocupação nova, mesmo em uma sociedade escravocrata.[431] Ainda que livres, imperava a condição servil nos arranjos de trabalho, tal como restrições à mobilidade, e outros impedimentos como a fuga do contrato sem a anuência do empregador. O contrato de locação das expostas apresentava elementos que revelam

---

[427] SILVA, *Domésticas criadas...*, p. 72.
[428] VITORIA, *Os filhos da Misericórdia*, p. 83.
[429] SILVA, *Domésticas criadas...*, p. 77.
[430] SILVA, *Domésticas criadas...*, p. 76.
[431] LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: Arranjos e contratos entre autonomia e a domesticidade. *Cad. AEL*, v.14, n 26, p. 133-175, 2009, p. 141. Ver também: _____ Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.

o caráter restritivo da mobilidade e retaliações às fugas sem aval da Santa Casa, em uma perspectiva que partilha elementos da escravidão.

O primeiro documento a registrar os contratos da Santa Casa – *o Livro H 1218 de Termo de Locação e Serviço de Expostos* - possui apenas quatro páginas preenchidas. Havia informações sobre quatro expostas e seus respectivos contratantes. Criado em 1870, o modelo foi abandonado no mesmo no e deu lugar a outro livro que continha informações de órfãos de ambos os sexos, com um nível de informações e de clausulas bem superficiais. Depois de 1870, os registros de locação dos expostos deixaram de ser preenchidos em um livro específico, para compor os registros de todos os tipos de saída dos expostos, incluindo também informações sobre os expostos do sexo masculino. Mahiara Vitoria defende que o abandono do livro pode ter ocorrido por motivos de controle e organização, pela facilidade de manter todos os registros juntos. Acredito que o abandono do livro tenha se dado, entre outras coisas, pelo aumento de órfãos do sexo masculino que passaram a ser empregados nos serviços domésticos. O que sustenta esta hipótese são as cláusulas do livro de contrato abandonado e suas referências nítidas às condições materiais e simbólicas ligadas ao feminino.

Apesar do *status* de trabalhadores livres, o tipo de serviço doméstico executado por essas moças e rapazes estava longe dos significados de liberdade que os trabalhadores almejavam. Em especial, porque o confinamento na casa do patrão e sua vigilância não fazia parte do imaginário social dos trabalhadores como atributos ligados às noções de liberdade.

Em 1870, as primeiras expostas a assinarem o contrato de locação foram as irmãs Angélica Maria e Margarida Angélica, ambas brancas e com idades de 17 e 19 anos, respectivamente. Abaixo segue a descrição do contrato:

> Aos dezessete dias do mês de Março de 1870, na Casa de Asylo dos Expostos, ao Campo da Pólvora, perante o Snr. Mordomo dos Expostos, Bernardo Dias Lima Sobrinho, compareceram as expostas Margarida Angelica de Mattos e Angélica Maria de Mattos, esta com 17 anos de idade, tendo entrado para o Asylo com 5 anos em 5 de Janeiro de 1856, e aquela com 19 anos, tendo entrado igualmente para o Asylo na mesma data, com 6 anos, e ambas brancas, naturais da Bahia, de estatura regular, cabelos castanhos, rosto redondo, e Antônio Vicente da Costa, casado, empregado público, morador à ladeira da Prata, primeiro sobrado do lado direito, Freguesia de Sant‟ Anna, como provou perante o referido Mordomo, – e disse estava pronto e contratado a receber como receberá do 1º de Abril em diante as expostas acima ditas em sua casa, utilizando-se dos seus

> serviços(exceto externos, isto é – exceto os serviços vulgarmente chamados de rua, nos quais não poderá empregá-las), mediante o salário de seis mil réis mensais por cada uma a contar da data do recebimento que será no referido dia 1º de Abril, e todas as mais condições abaixo expressas, que lhe foram lidas , e ele de sua livre vontade aceitou obrigando-se a cumpri-las sob as multas expostas. E as expostas a que igualmente foram lidas do mesmo modo se obrigaram a observas as obrigações que lhes dizem respeito.[432]

Angelica Maria retornou para o Asilo no dia 15 de julho de 1870, e saiu dois dias depois, sem a companhia da sua irmã, para trabalhar na casa do Bacharel Manoel Jesuino Ferreira.[433] A velocidade em que Angelica assinou novo contrato revela que existia um mercado interessado nos serviços das expostas do Asilo. Além das irmãs, mais duas expostas assinaram o contrato de trabalho: Antonia Maria e Laurina Joaquina de Mattos. Antonia, "parda" foi acolhida na Santa Casa no dia 18 de março de 1857. Com apenas 13 anos, a exposta foi alugada para trabalhar na casa de Thomé da Costa Passos Júnior, casado, morador da Ladeira de São Miguel, nº03, Freguesia da Sé, por 10 mil réis mensais. Apesar da pouca idade, a exposta recebeu uma quantia muito maior que as irmãs Angelica e Margarida. A cor não foi impactante para esta diferença salarial, muito menos a experiência, uma vez que este seria o primeiro contrato de locação de Antonia. Os serviços prestados pelas expostas citadas foram os mesmos: todo o tipo de tarefa doméstica. É plausível que o contratante tenha se proposto a pagar a quantia que ainda era considero um valor pequeno para contratar uma doméstica. O contrato foi assinado no dia 16 de maio de 1870. O documento descreve Antonia da seguinte forma: "estatura regular, corpo cheio, cabelos ondulados, olhos pequenos e pretos, tem uma cicatriz do lado esquerdo do pescoço por baixo do maxilar".[434] Laurina Joaquina de Mattos possuía 19 anos quando assinou o contrato de locação no dia 1º de junho de 1870. As informações do contrato revelam que Laurina, "natural da Bahia", entrou para o Asilo em 4 de julho de 1851, recém-nascida. Outras informações revelam a descrição cuidadosa de sua cor, "cabra", e características físicas: alta, cabelos ondulados e pretos, olhos grandes e pretos, corpo cheio. Seus serviços foram alugados pelo valor 5 mil réis para Antonio Vicente de Andrade, casado, morador do Largo Dois

---

[432] ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870, fl. 2. (***Grifos do original***).
[433] ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870, fl. 5.
[434] ASCMBA. Termo de Locação de Serviço dos Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870, fl. 03.

de Julho, Freguesia de S. Pedro, "como provou perante o referido Mordomo", para "tomar conta de crianças, varrer casa, etc".[435]

Margarida, Angelica, Antonia e Lauriana assinaram contratos que continha a maior parte das cláusulas impressas. O acordo era lavrado na sala dos despachos da Misericórdia. Comparecia o Mordomo, o Provedor, a exposta e o locatário. Depois que o contrato era lido, o locatário aceitava as condições enquanto a jovem "obrigava-se" a aceitar. Registrava-se à mão (e descrita entre parêntese) a proibição dos "serviços regularmente chamados de rua". O principal argumento era de que a proteção da honra direcionava esta proibição. E o fato de se tratar de uma instituição religiosa dava razões suficientes para Santa Casa "proteger" as adolescentes e jovens das ruas.

A contradição presente na "proteção" da Misericórdia poderia representar formas de controlar a liberdade destas mulheres? A Santa Casa buscava diferenciar suas enjeitas das mulheres que trabalhavam nas ruas, muitas vezes estas eram cativas e/ou chefes de famílias solteiras. A representação social dessas trabalhadoras era exatamente o perfil antagônico àquele que a Misericórdia entendia como imprescindíveis às suas expostas. Afinal, estas mulheres, muitas vezes chefes de família, se fizeram livres através de suas escolhas, mesmo diante de situações precárias e realçadas pela tradição escravista.

Essa interpretação não pode ser limitada apenas à Santa Casa. Segundo Lorena Telles, o modelo de "criada livre ideal, para os patrões destituídos de escravos domésticos, responsável por toda a faina diária da casa, disponível para realizar as necessidades e caprichos dos moradores das casas".[436] Apesar do nosso trabalho não se propor em avançar na investigação das vidas dos locatários, é possível que algumas famílias que alugaram órfãs tivessem escravos. Ora, o argumento da autora parece servir também para o imaginário dos locatários que possuíam escravas. Diferenças da condição jurídica à parte, a obediência e o capricho nas tarefas domésticas era o que interessava aos patrões. Afinal, o processo de regulamentação de trabalhadoras do lar se fez distante do intrépido interesse pela manutenção dos valores presentes da ordem escravocrata do Brasil oitocentista.

O locatário se responsabilizava por alimentar, vestir e calçar a exposta. Em caso de doença prolongada, a recolhida era encaminhada "gratuitamente" para o Hospital da Misericórdia. A exposta não podia ser transferida para outro locador. Tudo isso

---

[435] ASCMBA. Termo de Locação de Serviço dos Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870, fl. 04.
[436] TELLES, *Libertas entre sobrados*, p. 154.

compunha o discurso de proteção da "honra" feminina. O terceiro ponto do contrato resguardava a exposta, pois obrigava o locatário "a conservar a exposta sob seu poder e guarda em virtude de contrato, não lhe sendo licito transferi-lo a o outrem, nem pôr a exposta sob ordens de pessoa estranha á própria família e casa". As expostas deveriam trabalhar na casa do locatário até completar a maioridade, mas as órfãs e os órfãos buscaram alternativas para que, na prática, essa exigência não fosse cumprida quando não era do seu agrado, fosse através da dissimulação ou pela resistência demonstrada em seus comportamentos.[437]

O salário de uma exposta poderia sofrer desconto em caso de doença e o locatário deveria entregar "uma terça parte á exposta para seus afinêtes (sic), e entrando com o restante para a tesouraria da Misericórdia".[438] Em caso de atraso por mais de 30 dias na devolução da enjeitada, o locatário se responsabilizava por pagar a multa de 10% por cada trimestre retardado. O salário pago por uma empregada doméstica da Santa Casa de Misericórdia era absurdamente abaixo do valor recebido por outras mulheres para cumprir as mesmas tarefas. Muitos destes acordos revelam salários entre 6 a 12 mil réis. Segundo João José Reis, 5 mil réis dava para comprar uma arroba (15 quilos) de carne em 1857. Maciel Henrique Silva observa que mesmo o aluguel de uma escrava no Recife era em média 25 mil réis.[439] Lorena da Silva Telles, ao investigar os contratos de trabalho doméstico em São Paulo na segunda metade do século XIX, observa que os vencimentos pagos as trabalhadoras giraram em média entre 15 a 25 mil réis.[440]

Ao analisarmos a presença dos meninos empregados nos serviços domésticos pudemos perceber que os órfãos descritos como "brancos" não partilharam destas experiências. Em geral, "pardos", "crioulos" e "cabras" vivenciaram o trabalho na casa dos respectivos locadores em vários serviços de casa que eram praticados por homens, como copeiro e jardineiro. O enquadramento racial por tarefa observado nos serviços praticados pelas expostas não apresentou o mesmo vigor de hierarquização racial observado anteriormente no trabalho doméstico masculino.

---

[437] Foi raro encontrar alguma matrícula em que órfãos de ambos os sexos tenham permanecido nos serviços domésticos até o final do contrato nas casas dos locatários.
[438] ASCMBA. Termo de Locação de Serviço dos Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870, fl. 03.
[439] SILVA, *Domésticas criadas entre textos..., p.* 75.
[440] TELLES, *Libertas entre sobrados*; Ver o capítulo 2.

Tabela 12 - Cor das expostas alugadas para serviço doméstico pelo Asilo dos Expostos (1870 a 1904)

Expostos	Branca	Cabra	Crioula	Parda	Parda clara	Parda escura	Cor ausente	Total
N.os Absolutos	9	4	1	18	3	8	8	51
% do Total	**17,6%**	**7,8%**	**1,9%**	**35,2%**	**5,8%**	**15,6%**	**15,6%**	**100%**

Fonte: ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893. ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894.

Os resultados da tabela acima são ligeiramente proporcionais ao percentual total de expostas por cor que existia no Asilo. Adentrar ao lar de terceiros em uma situação de total submissão foi uma tarefa enfrentada por adolescentes e mulheres, independente da cor. Os primeiros contratos datados de 1870 foram inaugurados com mulheres brancas. Apenas uma mulher registrada como "crioula" foi alugada nos serviços domésticos. Se levarmos em consideração a população total de brancas no Asilo em relação à idade para ser alugada como empregada doméstica, o percentual é ligeiramente baixo, com 17,6%. As expostas brancas e pardas eram maioria no Asilo, entretanto, as pardas saíram para servir como doméstica em número muito maior que as brancas. Todavia, a tarefa doméstica, por si só, era considerada serviços dignos das expostas independentes de critérios raciais.

Podemos definir o perfil dos contratos, na ótica da Mesa e do Provedor, em duas palavras: honra e obediência. Inclusive, no que tange ao comportamento, a exposta era "obrigada a permanecer na obediência do locatário por todo o tempo do contrato, prestando-se com todo o zelo, diligencia e boa vontade ao serviço para que tiver sido contratada". Em contrapartida, do ponto de vista das trabalhadoras, é possível traçar outro perfil: precariedade e falta de liberdade. Para manter estas trabalhadoras na linha, o locatário poderia impor penas disciplinares, menos os castigos corporais. Será que as regras eram realmente respeitadas? Oficialmente, a medida prevista para estes episódios era a suspensão por um ou mais trimestres da parte do salário pertencente à exposta, sendo entregue diretamente aos cofres da Misericórdia. As diversas formas de castigar as expostas não foram elencadas no documento. Diante de uma cultura de violência e exploração de trabalhadoras domésticas no Brasil, intrinsecamente ligada à escravidão, a proibição dos castigos corporais não pode ser lida como simples proteção. Pois, o silêncio ensurdecedor da documentação pode ter acortinado torturas psicológicas e

chantagens de todas as espécies (que poderia culminar em duras sanções aplicadas pela Misericórdia).

No último trecho do contrato percebe-se que a quebra do acordo girava em torno da obediência. O extrato a seguir demonstra que a Misericórdia buscava resguardar-se de possíveis situações de perigo para as enjeitadas:

> 2. º Por morte da mulher do locatário casado, quando não lhe fiquem filhas maiores que vivam em sua companhia. 3.º Quando o locatário viúvo deixar de ter em sua companhia filha ou filhas maiores com quem a exposta vivia. 4. º No caso de casamento da Exposta. 5. º No caso de mudança do locatário para fora das freguesias da cidade, conforme o n.º3 do art. 3.º. §Único. E só poderá ser rescindido no caso de má índole da exposta, ou por seu mau procedimento, verificado pelo Mordomo, depois de esgotados os meios de correção permitidos pelo n. º6 do art. 4. º. Desfeito o contrato, a exposta terá o destino que a Mesa julgar mais conveniente.[441]

O contrato poderia ser rescindido no caso de "má índole da exposta, ou por seu mau procedimento", se assim fosse constatado pelo Mordomo. Uma vez esgotado os meios previstos no contrato, a Mesa daria outro destino para exposta. Em geral, as opções eram empregar a exposta na casa de outras famílias.[442]

Com o desaparecimento dos contratos no ano seguinte, o livro adotado dava conta da locação, serviços e saída de todos os expostos. Todas as cláusulas que fizeram do contrato de locação algo tão singular, mesmo que recheada por convenções sociais e munida de simbolismo comum à época, desapareceram no ano seguinte. Acredito que suas cláusulas ainda tinham validade e continuaram a ser lidas em voz alta, antes da assinatura do termo. Porém, a guinada rumo aos acordos verbais que deixaram de lado as formalidades contratuais, não teriam colocado as expostas em condições ainda mais vulneráveis? Sem a formalidade contratual, qual seriam as imposições e obrigações que os contratantes teriam submetidos estas moças? Boa parte dos locatários pertenciam a famílias bem estabelecidas e naturalmente se colocavam em situação de domínio e "proteção". Para Maciel Silva, "o insucesso dos contratos, as idas e vindas, a desestabilização como regra, mostram os limites desta suposta proteção e as

---

[441] ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870.
[442] ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870. Condições do Presente Contracto, condição 6ª do Artigo 4º.

incongruências entre os significados da liberdade para pessoas livres pobres e os livres abastados".[443]

Finalmente, os contratos de trabalho representaram uma extensão dos rituais que compuseram a vida dos órfãos, independente do gênero, neles os rituais de obediência, respeito e submissão estavam impressos em forma de cláusulas. A Santa Casa buscava formar trabalhadoras domésticas de baixo custo, pois sua maior intenção era, através dos serviços domésticos, pôr em prática o aprendizado que estas órfãs tiveram no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.

[443] SILVA, *Domésticas criadas entre textos*..., p. 82.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o final do Império e a ilegalidade do trabalho escravo no país, em 1888, ocorreram mudanças nas políticas de acolhimento da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Estas transformações se apresentam nitidamente nas matrículas dos órfãos, sobretudo no início dos nos anos 1890. As mudanças foram elaboradas em sintonia com os acontecimentos nas relações de trabalho e o fim de um ciclo de políticas institucionais voltadas para criança abandonada no Brasil. Todavia, é importante dizer que as balizas temporais do programa republicano para as crianças abandonadas são mais complicados. Pois, se analisarmos a conduta interna da Santa Casa e os projetos oficiais no início da primeira República, as mudanças estruturais e programáticas do acolhimento infanto-juvenil ocorreram décadas mais tarde. Os novos tempos trouxeram os chamados orfanatos, que se consolidaram apenas nas décadas iniciais do século XX. A chamada fase de Bem Estar Social do Menor, no século XX, ocorreu a partir da inauguração do primeiro conjunto de leis propriamente estabelecidas para as crianças.[444] O ponto de referência foi o Código de Menores de 1927, que iniciou uma nova fase nas políticas voltadas para a criança no Brasil.[445] O desenrolar destas ações perdurou até o início da redemocratização do país que, felizmente, ganhou novas e diferentes interpretações sobre a população infanto-juvenil, nas linhas do Estatuto da Criança e do Adolescente.[446] Este trabalho, porém, se propôs a dar conta do processo que vai até o ano de 1889, com o final do Império e as transformações ocorridas até ali.

No final do século XX, o país esboçou um grande avanço na concepção de uma nova política de assistência à criança pobres e abandonadas, que hoje são chamadas de crianças em "situação de vulnerabilidade social". Em tese, atualmente, a internação seria o último artifício a ser usado pelo Estado. No entanto, há pelo menos duas

---

[444] MARCÍLIO, *História Social da criança abandonada*, p. 193-194.

[445] BRASIL. Decreto n.16.272, de 20 de dezembro de 1923, "aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes". Diário Oficial da União - Seção 1 – 21 de dezembro 12 de 1923, p. 32391 (Publicação Original). Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-norma-pe.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015. BRASIL. Coleção de Leis do. Decreto n.17.943ª, de 12 de outubro de 1927. "O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º do decreto n. 5083, de 1 de dezembro de 1926, resolve consolidar as leis de assistência e proteção a menores, as quais ficam constituindo o Código de Menores, no teor seguinte". 31 de dezembro de 1927, p. 476 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

[446] RIZZINI; RIZZINI.*A institucionalização de criança no Brasil*, p. 28-39.

características que ainda perduram na mentalidade coletiva e nas práticas de assistência infanto-juvenil: reclusão e esquecimento. Todavia, é durante o século XIX que se inicia a tradição de institucionalizar as crianças. Na verdade, este período é marcado por incertezas: sobre os rumos da "nação", o futuro do sistema escravista e a manutenção das relações raciais. Algumas considerações devem ser tecidas no intuito de colaborar com novas possibilidades de estudos dedicados a temática infanto-juvenil. Ainda sobre o esquecimento, poderia lembrar que apenas uma pequena parcela das crianças e adolescentes foi acolhida nas poucas instituições que existiam. Mesmo sem romper os laços familiares, muitas destas crianças foram esquecidas pela falta de perspectiva e compulsoriamente sujeitas à violência do trabalho.

É preciso retomar algumas considerações sobre a infância desvalida na mudança do Império para República. O governo imperial era responsável pela educação na Corte e nutriu as demandas de suas instituições com a Marinha e o Exército, através da criação de Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra e a Companhia de Aprendizes da Marinha. Este cenário teve como pano de fundo a tentativa da "limpeza das ruas". Contudo, nas principais capitais do Império, inclusive no Rio de Janeiro, as irmandades continuaram a assistir crianças pobres e abandonadas a partir do modelo religioso conventual, educando as órfãs principalmente para o trabalho doméstico e para o casamento. A preocupação com o menino órfão era o arranjo, logo que possível, de qualquer pessoa ou instituição responsável por lhe prover alimentação, roupas e o aprendizado de qualquer ofício. Pode-se dizer que milhares de crianças vagaram pelas ruas destas cidades por não receber assistência, embora o caráter panfletário de categorias de profissionais como médicos e juristas tivessem escolhidos às crianças abandonadas como objetos de investigação. O Estado enxergou nessas crianças, em algum momento, uma força de trabalho alternativa e/ou complementar ao escravismo. O que se viu foi a tentativa de recrudescimento do controle sobre estes grupos. O desempenho do Estado no processo conhecido como a institucionalização da criança pobre no Brasil estava longe de exercer controle sobre a infância desvalida. No Asilo dos Expostos, e abrigos similares, a religiosidade ainda representava o pano de fundo da assistência infanto-juvenil no país. O dia a dia das crianças que passaram pelo Asilo era marcado pela valorização de comportamentos subservientes e o aprendizado da religiosidade. Em síntese, o trabalho doméstico e o casamento deveriam fazer parte do universo das órfãs, enquanto os meninos deveriam aprender qualquer ofício manual, inclusive os serviços domésticos.

Se a principal preocupação com a questão da infância pobre e desvalida no Império brasileiro era a ilustração do povo, na perspectiva da formação para o trabalho e na contenção das massas desvalidas, o paradigma republicano se concentrou nos estudos das reformas necessárias para o aparelhamento institucional capaz de conduzir a infância brasileira no século XIX. Na República, o sistema recém-criado não deu conta da demanda que ele próprio criou. Cada vez mais ocorreram elaborações de leis. Muito embora, o debate encabeçado por setores das elites brasileiras não tenha se transformado em uma política de assistência capaz de ser exercida no cotidiano. Afinal, ao longo do século XX, a incapacidade dos juízes de conseguir internar todos os casos que chegavam às suas mãos se fez notória. Os ventos republicanos também sopraram na Santa Casa de Misericórdia que estava ambientada com os aspectos filantrópico da assistência à criança pobre. Professores, médicos e enfermeiras passaram a fazer parte do quadro permanente do Asilo dos Expostos. Conforme já apontamos, a educação mostrou mudanças, sobretudo com a presença de professores laicos. Desde 1914, com o novo Regulamento dos Expostos, foram efetuadas mudanças importantes na organização do Asilo. O sistema de ensino passou a contar com creches, jardins de infância, ensino primário e profissional. Além da manutenção da instrução moral e religiosa, foram incorporados ao quadro de aulas o estudo cívico e dos cantos patrióticos. Apesar da aparente remodelagem da instituição, ao longo da primeira metade do século XX, alguns pontos centrais não mudaram na vida das crianças expostas. Por fim, as crianças abandonadas continuaram a servir em tarefas domésticas nas casas das famílias abastadas de Salvador e a reprodução da instrução feminina manteve o casamento como alvo.

As discussões sobre classe, raça e gênero desenvolvidas ao longo do texto foram pensadas maneira relacional, buscando entender como funcionavam na lógica da segunda metade do século XIX. Apesar de entender que a “classe” possui uma centralidade nas relações sociais e subjetivas na questão da infância abandonada, neste contexto, raça e gênero ocuparam o papel de destaque em diversos momentos das relações sociais e, portanto, das minhas interpretações. Tais categorias são centrais em diversas reflexões neste trabalho, já que ditavam as relações sociais no Brasil e no interior do Asilo dos Expostos. No conhecido prefácio do primeiro volume de *A formação da classe operária inglesa*, E. P. Thompson pensa a classe como uma *categoria histórica*, isto é, como um processo que vai adiante do lugar que determinando conjunto de sujeitos ocupa nas relações de produção. O historiador inglês

nos mostra que estas relações incluem "experiências" compartilhadas e lutas políticas dentro de um determinado "sistema de valores". A classe, portanto, é uma "relação", um "processo", e não possui início e fim essencialmente rápido. Para este autor, a formação cultural e social da classe surgiria "de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico."[447] Acredito que este argumento se conecta não apenas às órfãs que se tornaram trabalhadoras domésticas, mas, também, aos órfãos, de modo geral, que foram submetidos a relações que faziam parte da gênese da formação da classe trabalhadora do Brasil. Neste trabalho, procurei seguir esta noção de classe como uma *categoria histórica*. Ao mesmo tempo, e ainda de acordo com Thompson, busquei localizar a *experiência* dos sujeitos estudados, ou seja, suas perspectivas, a compreensão do seu lugar no mundo e seu trabalho, tentando trazer à tona a experiência das crianças expostas.[448] Assim, procurei colocar em evidência a resistência dos expostos em relações de subordinação, tanto na luta contra o controle de famílias patronais, como do corpo de sujeitos que representavam a instituição. Como resistência, talvez, a discussão que se apresentou mais evidente diz respeito às acusações de "mau comportamento" que os meninos receberam quando submetidos às relações de trabalho doméstico. O que estava em jogo era a busca por liberdade que outros postos de trabalho poderiam proporcionar.

Não podemos nos esquecer do papel da naturalização das relações raciais e de gênero, tão entranhada no Brasil oitocentista quanto às hierarquias de classe. Deste modo, a exemplo dos trabalhos desempenhados apenas por meninos expostos, a condição de pobreza, isto é, de classe, que os nivelaram, ficou em segundo plano no obscurecido sistema de escolhas nos processos de locação dos meninos junto aos mestres de ofício. Se a classe vinha em primeiro lugar no processo de criação desses órfãos, as escolhas dos ofícios eram movidas pelos critérios raciais, embora nunca escancaradas pela instituição. Esse processo se repetia quando os órfãos eram enviados para instituições disciplinadoras, ou serviam na própria Santa Casa. Portanto, um órfão do sexo masculino de "cor branca", apesar de não poder escolher qual ofício seguir, devido à sua condição de orfandade, poderia acessar alguns postos de trabalho indisponíveis para os órfãos classificados como não brancos. Assim, puderam se livrar da Marinha, por exemplo, considerada instituição mais disciplinar e temida: nesses

---

[447] THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. V. I. "A Árvore da Liberdade", p. 12.

[448] THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros:* uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 16-17 e 182.

casos, a cor era mais importante que a classe. De outro ângulo, ao observarmos alguns dos tópicos do Regulamento dos Expostos, podemos perceber que o gênero operava como catalisador das relações sociais. Isso fica mais evidente diante da limitada oferta de trabalho e das tentativas de controlar as moças órfãs, que eram empregadas apenas nos trabalhos domésticos - independentemente da sua cor - se comparado ao universo masculino. Portanto, neste aspecto, gênero ocupava uma posição reguladora das relações sociais e trabalhistas, se sobrepondo à cor (definição da documentação sobre raça).

É necessário relativizar a ideia de controle que médicos, instituições e juristas exerceram nas camadas populares a partir de seus ideais de civilidade no final do século XIX, sobretudo no que diz respeito ao controle dos corpos e da sexualidade, de figuras como amas de leite e crianças enjeitadas. A historiografia já demonstrou que a população a quem estes ideais deveriam ser transmitidos, rejeitavam a figura do médico. A medicina não era uma instituição homogênea, muito menos coerente com os interesses das autoridades públicas. Alguns trabalhos demonstraram que o longo processo da institucionalização do saber médico foi conflituoso e contraditório. Ocorreu uma incessante luta, durante o segundo Reinado, contra a burocracia imperial, em busca de legitimação da própria autoridade profissional.[449] Além das questões destacadas, a própria população a quem este saber se propunha operar era tradicionalmente vista com desconfiança pela população que rejeitava às vacinas e às práticas da medicina oficial.[450] No que diz respeito à sexualidade, as mulheres ousaram em produzir a própria liberdade, através de estratégias de dissuasão e astúcia ao declararem controle dos corpos, apesar do combate dos homens da lei que buscavam propagar padrões de comportamento difundidos através do efeito propagador e didático dos julgamentos públicos.[451] Isso vale, de maneira geral, para ilustrar as estratégias das moças da classe trabalhadora, sobretudo aquelas que vivam em instituições de regime conventual, com as órfãs do Asilo dos Expostos. Os esforços das elites e letrados baianos param se construir uma modernidade que incluíssem a instrução de crianças abandonadas, reformas profundas na forma de agir, na arquitetura e na legitimidade de saberes

---

[449] SAMPAIO, *Nas Trincheiras da Cura*, p. 47.
[450] CHALHOUB, *Cidade Febril*, 1996, passim.
[451] Ver: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

médicos, podem ser refletidas através da seguinte frase: “os letrados e a modernidade que não veio”.[452]

As linhas escritas até aqui, portanto, foi uma tentativa de construir uma história de crianças abandonadas, as quais foram instruídas para se tornarem trabalhadoras. Apesar de não avançar no período republicano, percebi que, durante a República, o projeto de tornar as crianças pobres e órfãs em trabalhadoras deixou de orbitar na esfera das instituições religiosas para se reorganizar cada vez mais junto ao Estado, buscando suporte nos campos da medicina e da jurisprudência. O final do século XIX foi palco de interesses sobre a infância, sobretudo por parte de setores de prestígio social como os médicos e juristas. Esta movimentação ajudou a forjar, no século seguinte, o sentimento moderno de infância, isto é, a criança, paulatinamente, passou a ser percebida de maneira diferente do adulto.

Enquanto novos estudos são desenvolvidos no campo da História Social, no que diz respeito à temática infantil, observa-se a substituição dos modelos explicativos mais gerais por estudos de trajetórias, com o objetivo de observar questões mais específicas do cotidiano infantil. Um grande mosaico começa a surgir sobre as crianças no Brasil, desde a época colonial até os dias atuais. Algumas questões pouco desenvolvidas em nossa pesquisa como a relação entre os apadrinhamentos e possíveis formas de exploração da mão de obra infanto-juvenil, podem servir para estimular ainda mais novos estudos no campo do abandono infantil e do trabalho. Da mesma forma, a utilização das cores na indumentária dos bebês abandonados pode revelar, talvez, um sistema de crenças religiosas afro-brasileiras, não oficiais, dos pais que enjeitavam as crianças. Espero ter contribuído, especialmente, no avanço de debates que une a História da Criança e a História Social do Trabalho, através das discussões que acompanharam a transformação de crianças abandonada em trabalhadores. Esta pesquisa buscou contribuir com questões para além do seu recorte temporal, sobre a necessidade de se construir uma política de educação e cidadania para a criança em situação de vulnerabilidade social que englobe o Estado, a sociedade e a família.

---

[452] Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazarras nas ruas:* comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora Unicamp, 1999. Ver, sobretudo, o primeiro capítulo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Algazarras nas ruas:* comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora Unicamp, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. Vida privada e ordem privada no Império, In: _____ (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*: Império, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI**,** Leila Mezan. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EdUnb, 1993.

ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. *Amamentação - um híbrido natureza cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

ALMEIDA, José Ricardo de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*: história e legislação. São Paulo/ Brasília:EDUC/ INEP/ MEC, 1989.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. A clausura feminina no mundo ibero-atlântico: Pernambuco e Portugal nos séculos XVI ao XVIII. *Tempo*, v. 18, n 32, p. 95-113, 2012.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima*. O caso de Luiza Jeje. Escravidão, família e mobilidade social. Bahia (1780-1830). Tese (Doutorado) -Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Escola Agrícola de São Bento de Lages e a institucionalização da agronomia do Brasil (1877-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Filosofia de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Feira de Santana, Universidade Federal da Bahia, Feira de Santana, Salvador, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução: Dora Flaksman, 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ATHAYDE, Johildo. Filhos legítimos e crianças expostas (notas para um estudo da família baiana no século XIX). *Revista da Academia de letras*, n. 27, p. 9-25, 1979.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

BAKOS, Margareth Marchiori. Regulamento sobre os serviços dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984. Disponível em:

<http://ampuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=33g/>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

BANDINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado:* o mito do amor materno. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem:* os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945). Dissertação (Mestrado em História) –Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

BARICKMAN, Bert. 'Até a véspera', o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n. 21-22, Bahia, p. 177-223,1998-1999.

BELLINI, Lígia. *A coisa obscura:* mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*, 3/4, p. 209-218, 2006/2007.

BOTIN, Lívia. *Trajetórias cruzadas:* meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras das diferenças: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2º sem. 2002.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra; moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 (Coleção Várias Histórias).

CASTRO, Dinorah. *A mulher submissa***:** teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Salvador: Press Color, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

_____. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD. Robert Edgar. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à colônia*, 4ª ed., São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1983.

COSTA, Paulo Segundo da. *Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Editora Contexto e Arte Editorial LTDA, 2 ed. Salvador, 2010.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Fórum Educacional*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979.

CUNHA, Manuela C. *Negros, estrangeiros - os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CUNHA, Mário Pinto. *Memorial de S. Francisco do Conde*. Salvador: Gráfica Central 1977.

DAVID, Onildo. Reis. *O inimigo invisível*: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856. Dissertação (Mestrado), PPGH-UFBA, Salvador, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*: *Sociedade e cultura no início da França moderna*. Oito Ensaios, tradução de M. Corrêa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORI, Mary. O papel do branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: _____. (Org.), *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996.

_____. *História do amor no Brasil***.** São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertino de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUNN, L. C; DOBZHANSKY, Theodosius. *Herança, raça e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1962.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres*: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 20ª ed., 1989.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH-UFBA, Salvador, 1996.

_____. *Encruzilhadas da liberdade*: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob regime patriarcal. 34ª Ed, Rio de Janeiro, Record, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr., São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais:* Morfologia e História, 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um império*: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto- século XVIII). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 07, UFBA, p. 121-160, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.

GUTIERRES, Damiana Guimarães Valente. *No colo da ama-de-leite*: prática cultural da amamentação e do cuidado das crianças na Província do Grão-Pará no século XIX. Dissertação (Mestrado) –Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: *ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. ‘Amas mercenárias’: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, 305-324, abr.-jun. 2009.

KRAAY, Hendrik. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Estudos afro-asiáticos*, n 33. Rio de Janeiro, Centro de estudos afro-asiáticos, setembro de 1998.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. Porto Alegre, Mediação, 1998.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto história: revista do Departamento de pós-graduação da PUC-SP. São Paulo: EDUC,* n 16, p. 25-38, 1997.

LE GOFF, Jacques. *A história nova***.** 5ª ed. Trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Os limbos. *Signum, Revista da ABREM*, São Paulo, n. 5, 2003, p. 253-289.

LEITE, Miriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *A História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto. 4ª ed., 1990.

LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: Arranjos e contratos entre autonomia e a domesticidade. *Cad. AEL*, v.14, n 26, 2009.

_____. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista. *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Os desvalidos*: *o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910*): uma contribuição à história das instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARKO, Tamera. "A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician, and two Babies: negotiation of a 'raceless' motherhood ideal and cultural legacies of slavery in 1880 Rio de Janeiro. _____; WARREN, Adam (Ed.). Women, ethnicity, and medical authority: historical case studies in reproductive health in Latin America. San Diego: Center for Iberian and Latin American Studies/University of California, 2004.

MARTINS, Luiz Carlos Nunes. *No seio do debate – amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim:* de recolhido a assalariado. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso et. al., Salvador: o processo de urbanização. *Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas-CPE,* Habitação e urbanismo em Salvador, Salvador, 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia*: a cidade de Salvador e o seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Bahia, Século XIX*: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1992.

_____. O filho da escrava. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed.,1996.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MELLO, E. C de. *O Norte Agrário e o Império*: 1871-1889. 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MONTEIRO, John M. "As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte os enjeitados:* o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo, Annablume, FINEP, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada*: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros em 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NUNES, Antonieta. Educação da Bahia no século XIX. *Revistado Instituto Histórico e Geográfico da Bahi*a, n. 93, Salvador, p. 165-203, 1997.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos*: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo. Annablume: FAPESP. 2003.

PASSOS, Elizete S. *A educação das virgens- um estudo do cotidiano no Colégio N. Srª das Mercês*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PAULA, Leandro da Silva de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1840-1882). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

PAZ, Daniel Juracy Mellado. Mais Público do que Passeio - A Vigência do Passeio Público de Salvador (1815-1894). In: Elane Ribeiro Derntl Peixoto et. al., (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo:* Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/mais-publico-do-que-passeio-vigencia-do-passeio-publico salvador-1815-1894>. Acesso em: 18 de março de 2016.

PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face*: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*: *estudo do contato racial*. Rio de Janeiro: Nacional, 1945.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro, IIN/EDUSU/Amais, 1995.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar*: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

_____, Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

PINHEIRO, Cristina. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia*, n. 32, 159-183, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida*: *tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

REIS, João José Reis. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. A Greve Negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 18, p. 6-29, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988/27719>. Acesso em: 03 de junho de 2015.

_____. De olho no Canto, trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, n. 24, Universidade Federal da Bahia.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício:* práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIZZINI, Irene *A criança e a Lei no Brasil:* revisitando a história (1822-2000). Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000.

_____. *O Século Perdido*: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

RUSSEL-WOOD, Anthony John *R. Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB: 1981.

RODRIGUES, Andréia da Rocha. *A infância esquecida:* Salvador 1900-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SAFFIOTTI, Heleieth I.B, *O poder do macho*, São Paulo: Moderna, 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita, Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, v. 8, n 15, p. 91-105, set. 87/fev. 88.

_____ As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX, São Paulo: Ed. Marco Zero/Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 1989.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. *As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, n. 18, p. 165-188, 1996.

SANTANA. Angela Cristina Salgado de. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa* (1862 – 1934). Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)* – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos poucos claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 115-137, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo, Cia. Das Letras, 1993.

_____. *Retrato em Branco e Negro*: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Círculo do Livro, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos:* engenhos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*: A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: (1609-1751). São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), p.71-99, 1995.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990.

SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação*: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)**.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo:* vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Ivani Almeida Teles da. *Porta adentro:* formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. *Casamento, cabaço e cabaceira*: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais*: Recife e Salvador (1870 -1910). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

_____. Trabalho doméstico livre e lei nos anos finais da escravidão no Brasil. *VI Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, p. 1-20, 15 a 18 de maio de 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. *Na época de D. Maria e João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa, Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia* (UFBA), Salvador, v.1, n.23, p. 87-144, 2000.

SKIDMORE, Tomas E. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, George; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, v.3: Renascimento a Idade Moderna.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. V. I. "A Árvore da Liberdade".

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. V. II A Maldição de Adão. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981;

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*: As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

VITORIA, Maihara Raianne Marques. *Os filhos da Misericórdia*: Cotidiano e Vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890), Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015.

FONTES

Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMBA)

ASCMBA. Livro Roda dos Expostos. Nº8, Est. H.

ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Nº1206, Est. H, 1843-1854.

ASCMBA. Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H, 1847-1858.

ASCMBA. Livro da Roda dos Expostos. Estante. Nº 1214. Est. H.

ASCMBA. Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-1894.

ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870.

ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893.

ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario, 1874.

SCMBA. Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar. 199 B (1731-1732).

ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A19, Est. H, 1857-1875.

ASCMBA. Livro de Atas da Mesa. Nº A 21, Est. H.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy, 1887-1891.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite, 1863-1869.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Conde de Pereira Marinho, 1881-1887.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Francisco Rodrigues da Silva, 1877-1881.

ASCMBA. Correspondência interna do escrivão Antonio Joaquim Damazio para o Provedor Manoel Figueiredo Leite, Bahia, 30 novembro de 1861. Documento Avulso, 1861-1863. Cx. 17.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Bernardo de Castro Brum, 1872-1873.

ASCMBA. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel Pinto, 1875-1876.

ASCMBA. Correspondencia do Mordomo dos Expostos para o Provedor no dia 5 de dezembro de 1882. Documento avulso. Cx.18. 1882.

ASCMBA. Mappa demonstrativo dos Expostos de 13 de março de 1862 a 20 de junho 1864. Documento avulso, Cx. 21.

ASCMBA. Petição de Ana Borges Fernandes Almeida, 16 de agosto de 1863. Documento Avulso, 1863. Cx. 17.

ASCMBA. Guia das amas do mez de julho, agosto e setembro de 1862. Documento avulso. 1862. Cx. 17.

ASCMBA. Lista das amas que não tem guias do mez de agosto de 1862. Documento avulso, 1862.Cx. 17.

ASCMBA. Ficha de Entrega de Domiciano Dias de Mattos à Maria da Conceição. Documento avulso. Cx. 18.

ASCMBA. Livro 1º de correspondência do Mordomo do Asylo dos Expostos. 1871. Nº 150.

DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*. Typographya de Camillo de Lellis Masson & C.

Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. (FBN)

Jornal A Verdadeira Marmota, nº. 24, 15 mar. 1851.

Jornal O Noticiador Catholico, n. 3, ano 1. 10 jun. 1848,

Jornal O Noticiador Cacholico, n. 3, ano 1, de 10 de junho de 1848.

Jornal O Alabama. Bahia ano IV. Série 8º, n. 73, 14 de julho de 1866.

Jornal O Alabama, ano 11, 1873.

Jornal O Alabama. Terça feira, 25 de novembro de 1879.

Jornal O Brazil, n. 4, ano 1, 1863.

Jornal O Globo, n. 15, ano I, 18 de agosto de 1874.

Jornal Gazeta Médica da Bahia, 1870, 1871,1872, 1876 e 1886.

Jornal O Monitor, 1876, 1877, 1878, 1879 e 1880.

Jornal da Bahia, 1873.

Jornal Diário de Notícia da Bahia, 1877.

Jornal Correio da Bahia, 1881.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência – 1840. Ouro Preto: Tipografia de Silva, v. 11, 1841.

Relatório com que passou a administração da Província da Bahia excelentíssimo senhor doutor Pedro Leão Velloso ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos (ambos Vice-Presidente) em 15 de outubro de 1866. Bahia: Typographya de Tourinho & C. 1866, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=4688>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Recenseamento do Brasil em 1872: Bahia.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

DEUS, João de. Cartilha maternal ou arte de leitura: 1830-1896. Publicado pelo seu amigo Candido A. de Madureira, Abbade d'Arcozello com retrato do autor. 3ª ed. Correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1619, por Pedro Craesbeeck, Lisboa, 31 jan. 1619. Fundo Geral Monografias, sc-7700-p, fl. 1. Disponível em <http://purl.pt/13349>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, Lisboa: Typ. do Colégio, 1685.

Center for Research Libraries (CRL)

Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo vice-presidente da provincia, Dr. José Algusto Chaves, no dia 1º de setembro de 1861, Bahia, Typographia. de Antonio Olavo da França Guerra, Salvador, 1 set. 1861.

Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 – ano de 1879.

Leis e Decretos

BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto nº630. de 17 de Setembro de 1851.

BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto Nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854. Tomo 17. Parte 2ª Seção 12ª, 1824.

BRASIL. Coleção das Leis do Império de 1854, p. 57. Tomo 17, parte 2, secção 12, 1854.<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/decreto%20n.%201331.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854, p. 57. Tomo 17, parte 2, secção 12, 1854.

BRASIL. Decreto nº 2.500 A – Do 1º de Novembro de 1859.

BRASIL. Decreto nº 5.957, de 23 de junho de 1875. Disponível em:<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=57053&norma=72905>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

BRASIL, Coleção de Leis do Império. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova fórma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz, Lei de 1º outubro de 1828, Rio de Janeiro. Typographia Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

BRASIL,Coleção das Leis do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1871.

BRASIL. Decreto n.16.272, de 20 de dezembro de 1923. Diário Oficial da União - Seção 1 – 21 de dezembro 12 de 1923, p. 32391 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-norma-pe.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015.

BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto n.17.943ª, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

Outras Fontes

MORAES FILHO, Mello. *Cantos do Equador: Sertões e florestas nocturnas e phantasias poemas da escravidão*, Rio de Janeiro, Typ. De G. Leuzinger & filho, Ouvidor 31, 1881, p. 111-112. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179484>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio***.** Lisboa: Europa-América, 1990.

VIDE. D. Sebastião Monteiro. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo, Typographya 2 de Dezembro, 1853. Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

Cândido Mendes de Almeida. Código Phillippnio ou Ordenações e Leis do Reino de Poryugal Recopiladas por Mandado D'El-Rei D. Philippe I. Livro IV, Lisboa: Fundação Calouste Dulbenkian, 1985, Facsímile da edição organizada por C. Mendes de Almeida em 1870.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, vol. 2, 1813, p. 792. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

ANEXOS

Cláusulas do contrato de locação das expostas do Livro de Termos de Locação de Serviço de Expostos. Nº 1218, Est. H, 1870.

Condições do presente contrato: – ARTIGO 4. º Serão condições necessárias á toda locação e exigíveis, ainda quando não expressas no contrato, as seguintes: 1. ª Durar a locação por todo tempo que faltar para a maioridade exposta. 2. ª Correrem as despesas de alimentação, roupa, calçado da exposta e seu curativo, no caso de moléstia, por conta do locatário. Nas moléstias prolongadas poderá a exposta ser recolhida gratuitamente no Hospital da Misericórdia, a requisição do locatário com aquiescência do Mordomo do Asilo ou por ordem deste, ouvindo o médico deste Asilo, e daí, restabelecida, voltará para a casa do locatário. 3. ª Obrigar-se o locatário a conservar a exposta sob seu poder e guarda em virtude de contrato, não lhe sendo licito transferir a o outrem, nem pôr a exposta sob ordens de pessoa estranha à própria família e casa. 4. ª Ser o salário, que só sofrerá desconto pelo tempo em que a exposta estiver por moléstia no Hospital, e que será ajustado com o Mordomo, de acordo com a Superiora do Asilo, com atenção à idade e habilitações da exposta, satisfeito pelo locatário no fim de cada trimestre pela fórmula seguinte: entregando uma terça parte á exposta para seus alfinetes, e entrando com o restante para a tesouraria da Misericórdia; ficando no caso de mora por mais de 30 dias obrigado a pagar a multa de 10% por cada trimestre retardado. 5. ª Conservar a Misericórdia o direito de velar sobre a exposta, e portanto poderem as Irmãs do Asilo, o Mordomo ou quem pela Mesa para isso for autorizado, inspecionar a execução do contrato, o estado da exposta, ou mesmo julgar isso preciso para salvar a honra, a honestidade ou a vida da exposta, ou mesmo subtrai-la a maus tratamentos, dando-lhe a Mesa o destino que julgar conveniente. 6. ª Ser a exposta obrigada a permanecer na obediência do locatário por todo o tempo do contrato, prestando-se com todo o zelo, diligencia e boa vontade ao serviço para que tiver sido contratada. No caso de justa queixa do locatário, reconhecida pelo Mordomo do Asilo, poder este, esgotados os meios suasórios, impôs por si, ou autorizar aquele a impor pela disciplinares, menos as de castigo corporais; e até poder o Mordomo privar a locadora por um ou mais trimestres da parte do salário, que lhe deveria ser entregue, o que então entrará também para o cofre da Misericórdia. 7. ª Caducar o contrato no caso de que em tempo dele a

exposta venha a casar com consentimento da Mesa. 8. ª. Fazer o locatário a competente participação ao Mordomo, si durante o contrato mudar sua residência: e, quando não o faça no mês contado da mudança, pagar uma multa equivalente ao valor de um trimestre do salário que vencer a exposta. Art. 6. º Os locatários dentro de 30 dias, contados do recebimento das expostas, farão perante o inspetor de polícia de seu quarteirão as declarações precisas para serem estas incluídas no arrolamento, e deste apresentarão ao Mordomo do Asilo uma certidão no tempo sob a multa do n.º 8º art. 4º. Art. 7º O Contrato feito com exposta menor só se considerará a acabado antes do tempo fixado na condição 1. ª do art. 4. º: 1. º Por morte do locatário ou da exposta; neste segundo caso o locatário comunicará imediatamente ao Mordomo do Asilo o falecimento da exposta para proceder-se ao competente exame de identidade, e ordenar se o enterro; sob pena de pagar o locatário pela falta do cumprimento desta obrigação uma multa correspondente a um ano do salário da exposta falecida. 2. º Por morte da mulher do locatário casado, quando não lhe fiquem filhas maiores que vivam em sua companhia. 3.º Quando o locatário viúvo deixar de ter em sua companhia filha ou filhas maiores com quem a exposta vivia. 4. º No caso de casamento da Exposta. 5. º No caso de mudança do locatário para fora das freguesias da cidade, conforme o n.º3 do art. 3.º. §Único. E só poderá ser rescindido no caso de má índole da exposta, ou por seu mau procedimento, verificado pelo Mordomo, depois de esgotados os meios de correção permitidos pelo n. º6 do art. 4. º. Desfeito o contrato, a exposta terá o destino que a Mesa julgar mais conveniente.